

**FLÁVIA DE MELLO NEVES**

**MEMÓRIA, TERRITÓRIO E CIDADANIA: A EXPERIÊNCIA E OS DESAFIOS NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DA AGENDA 21 DA CULTURA EM MURIAÉ.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civalle

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

N518m  
2024

Neves, Flávia de Mello, 1975-  
Memória, território e cidadania: a experiência e os desafios  
na implantação do programa da Agenda 21 da cultura em Muriaé  
/ Flávia de Mello Neves. – Viçosa, MG, 2024.  
1 dissertação eletrônica (195 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de História, 2024.

Referências bibliográficas: f. 125-130.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.295>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Cultura popular - Muriaé. 2. Desenvolvimento urbano  
sustentável - Muriaé. 3. Cidadania - Muriaé. I. Civale, Leonardo,  
1962-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural,  
Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 306.098151

**FLÁVIA DE MELLO NEVES**

**MEMÓRIA, TERRITÓRIO E CIDADANIA: A EXPERIÊNCIA E OS DESAFIOS NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DA AGENDA 21 DA CULTURA EM MURIAÉ.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 04 de abril de 2024.

Assentimento:



Documento assinado digitalmente

FLÁVIA DE MELLO NEVES

Data: 22/07/2024 14:09:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Flávia de Mello Neves  
Autora



Documento assinado digitalmente

LEONARDO CIVALE

Data: 22/07/2024 18:49:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Leonardo Civalo  
Orientador

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2024**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de me capacitar e lograr êxito no propósito de contribuir para, de certa forma, transbordar os conhecimentos adquiridos para a cidade de Muriaé.

À minha família, principalmente meus filhos, Matheus e Mariana, minhas maiores inspirações para que eu continuasse firme e não desistisse mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais que me deram apoio e suporte para que eu pudesse assistir às aulas.

Agradeço também aos que colaboraram com minha pesquisa, meu orientador Leonardo Civale, meu maior incentivador, e ao José Oliveira Junior meu segundo maior incentivador e que contribuiu valiosamente para o fruto deste trabalho.

Aos nossos mestres que contribuíram com suas trocas e conhecimento para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha amiga Francislaine Gravelli pela ajuda com os mapas desta dissertação.

À minha sócia Mariah Menezes que sempre compreendeu minhas ausências.

Aos meus colegas da Fundarte que sempre me apoiaram para que eu pudesse concluir essa importante fase da minha vida.

Por último, e não menos importante, agradeço ao amor da minha vida, Douglas Rodrigues Freire por todo incentivo e torcida.

O fruto deste trabalho também é mérito de todos vocês!

*Não há cidade quando falta cultura.  
Uma cidade que não tem cultura  
própria não existe como cidade.*

**Vilém Flusser**

In: Cidade e Cultura, p. 28

## RESUMO

NEVES, Flávia de Mello, Universidade Federal de Viçosa, março de 2024. **Memória, território e cidadania: a experiência e os desafios na implantação do programa da Agenda 21 da Cultura em Muriaé.** Orientador: Leonardo Civile.

Este trabalho se dedica a analisar a participação de Muriaé no programa desenvolvido pela organização internacional Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU, denominado *Cultura nas cidades sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21 Ações* ou *Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura*. Para compreender o papel da cultura no desenvolvimento local sustentável, estabeleceu-se a trajetória dos conceitos de desenvolvimento: primeiramente, a perspectiva baseada em crescimento econômico; posteriormente, sua evolução para o conceito de sustentabilidade em três dimensões (econômica, social e ambiental); e o conceito mais contemporâneo que considera a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável; e, por fim, a cultura como desenvolvimento sustentável. Ao analisar a simbiose entre cultura e economia, a cultura passa a ser considerada como ativo, agregador de valores intangíveis na economia criativa. O papel da cultura na cidade criativa passa por várias imbricações de cunho: simbólico, econômico, turístico e urbano, possibilitando a formação de um ambiente criativo e inovador. O debate da cultura e sua relação com a cidade e como ela pode ser instrumento de regeneração urbana, a considerou como elemento chave para se alcançar o ODS 11, “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A CGLU ao elaborar a Agenda 21 da Cultura, o documento *Cultura 21: Ações* e o programa *Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura* propõe diretrizes e métodos que contribuem para a defesa de fatores culturais no paradigma das cidades sustentáveis, auxiliam as cidades a compreender a ligação entre cultura e desenvolvimento sustentável, permitem a concepção de ações inovadoras através da colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil. A participação de Muriaé como Cidade Piloto tem proporcionado uma experiência de desenvolvimento local tendo os processos culturais como perspectiva central na formulação de políticas públicas para Muriaé como cidade criativa e sustentável.

Palavras-chave: cultura, desenvolvimento sustentável, cidade

## ABSTRACT

NEVES, Flávia de Mello, Universidade Federal de Viçosa, march, 2024. **Memory, territory and citizenship: the experience and challenges in implementing the Agenda 21 Culture program in Muriaé.** Adviser: Leonardo Civalo

This work analyzes the participation of Muriaé in the program developed by the International Cities and Local Governments - UCLG, denominated Culture in sustainable cities. Learning with Culture 21 Actions or Cities Pilot Agenda 21 for Culture. To understand the role of culture in sustainable local development, the trajectory of development concepts was established: first, the perspective based on economic growth; later, its evolution towards the concept of sustainability in three dimensions (economic, social and environmental); and the more contemporary concept that considers culture as the fourth pillar of sustainable development; and, finally, culture as sustainable development. In analyzing the symbiosis between culture and economy, culture is considered as an asset, an aggregator of intangible values in the creative economy. The role of culture in the creative city undergoes several interlocks: symbolic, economic, tourist and urban, making possible the formation of a creative and innovative environment. The debate on culture and its relationship with the city and how it can be an instrument of urban regeneration, considered it as a key element to achieve ODS 11, "making cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable." The UCLG, in drawing up the Agenda 21 for Culture, the document Culture 21: Actions and the Pilot Cities Program of Agenda 21 for Culture, proposes guidelines and methods that contribute to the defense of cultural factors in the sustainable cities paradigm, help cities understand the linking culture and sustainable development, allow the design of innovative actions through collaboration between government, private sector and civil society. The participation of Muriaé as a Pilot City has provided a local development experience with cultural processes as a central perspective in the formulation of public policies for Muriaé as a creative and sustainable city.

Keywords: culture, sustainable development , city

## Lista de Figuras

---

<b>Figura 1:</b> Mapa das Regiões Geográficas de Minas Gerais .....	13
<b>Figura 2:</b> Mapa das Regiões Geográficas Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora .....	13
<b>Figura 3:</b> Distribuição dos municípios carentes e afluentes da RG Int de Juiz de Fora segundo IMRS-2018 .....	15
<b>Figura 4:</b> Municípios que fazem divisa com Muriaé .....	16
<b>Figura 5:</b> Divisão administrativa do município de Muriaé .....	17
<b>Figura 6:</b> Mapa da Zona de Preservação Histórica de Muriaé – Caminho Cultural..	18
<b>Figura 7:</b> 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 .....	41
<b>Figura 8:</b> Visão geral da valiação de Muriaé em relação aos ODS .....	42
<b>Figura 9:</b> Radar dos ODS de Muriaé .....	42
<b>Figura 10:</b> Antes e Depois do casario da Praça João Pinheiro, Muriaé-MG .....	58
<b>Figura 11:</b> Estrutura do evento Gastronomia na Serra no antigo terreiro de café no distrito de Pirapanema, Muriaé-MG.....	58
<b>Figura 12:</b> Desenho da implementação da atividade 3 do programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura .....	83
<b>Figura 13:</b> Primeira reunião com equipe da Fundarte.....	86
<b>Figura 14:</b> Gráfico (radar) com resultado da primeira avaliação .....	88
<b>Figura 15:</b> Mapa - Zonas de Especial Interesse Urbano .....	97
<b>Figura 16:</b> Imagem aérea do Rio Muriaé desde o Bairro da Barra até o Bairro do Porto.....	98
<b>Figura 17:</b> Logo do programa de Muriaé em inglês, francês e espanhol.....	111
<b>Figura 18:</b> Lista das Cidades Piloto .....	112
<b>Figura 19:</b> Mapa das Cidades Piloto .....	112
<b>Figura 20:</b> Nova marca proposta para Fundarte .....	113

## **Lista de Quadros**

---

<b>Quadro 1:</b> IDH municípios da microrregião de Muriaé .....	14
<b>Quadro 2:</b> Cultura como tema das políticas de desenvolvimento. Marcos Internacionais selecionados .....	25
<b>Quadro 3:</b> Cultura no, para e como desenvolvimento sustentável.....	36
<b>Quadro 4:</b> novos ODS possíveis incluindo a cultura .....	29
<b>Quadro 5:</b> ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis .....	63
<b>Quadro 6:</b> Cronograma do 1º Seminário da Agenda 21 da Cultura de 2017.....	86
<b>Quadro 7:</b> Objetivos e diretrizes da OUC.....	98
<b>Quadro 8:</b> Evolução do panorama das políticas culturais em Muriaé .....	107

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

---

- AMM** Associação Mineira de Municípios
- AMLE** Academia Muriaeense de Letras
- CGLU** Cidades e Governos Locais Unidos
- CMPC** Conselho Municipal de Política Cultural
- CNM** Confederação Nacional de Municípios
- COMPAC** Conselho Municipal de Patrimônio Cultural
- COMUPLAM** Conselho Municipal de Planejamento
- CONJUV** Conselho Municipal de Juventude
- CP 21** Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura
- ECO-92 / RIO-92** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- FNP** Frente Nacional de Prefeitos
- FUMPAC** Fundo Municipal de Patrimônio Cultural
- Fundarte** Fundação de Cultura e Artes de Muriaé
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICLEI** Governos Locais para a Sustentabilidade
- IGMC** Índice de Gestão Municipal de Cultura
- IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LAB** Lei Aldir Blanc
- LICAMUR** Liga Carnavalesca de Muriaé
- LPG** Lei Paulo Gustavo
- MEC** Ministério da Educação
- MERCOCIDADES** Mercado Comum de Cidades ou Rede de Cidades do Mercosul
- MROSC** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
- ODS** Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONG** Organização Não Governamental
- ONU** Organização das Nações Unidas
- OUC** Operação Urbana Consorciada
- PMC** Plano Municipal de Cultura
- PNAB** Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
- PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SMC** Sistema Municipal de Cultura

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNCTAD** Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 Cultura e Desenvolvimento Sustentável</b> .....	<b>26</b>
1.1. A Cultura nos ODS .....	37
1.2. Cultura e Economia .....	42
1.3. Cultura e Cidade Criativa.....	48
1.4. Cultura e Regeneração Urbana .....	50
a) Relatório Mundial sobre a Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Cultura: Futuro Urbano .....	63
<b>CAPÍTULO 2 Memória, Território e Cidadania</b> .....	<b>65</b>
2.1. O Programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura e o Cultura 21: Ações .	65
2.2. Memória, Território e Cidadania .....	67
2.2.1. Memória.....	68
2.2.2. Território .....	70
2.2.3. Cidadania .....	73
2.3. Entrevistas.....	74
<b>CAPÍTULO 3 Muriaé: Cidade Piloto do programa “Cultura nas cidades sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações”</b> .....	<b>83</b>
3.1 Candidatura e seleção .....	83
- Reforço da ligação em rede regional e internacional.....	85
3.2 Cidade líder, perito externo e ponto focal local.....	87
3.3 Atividade 1.....	90
3.4 Atividade 2.....	97
3.5 Atividade 3.....	107
3.6 Atividade 4.....	113
3.7 Atividade 5.....	116
<b>Considerações finais</b> .....	<b>120</b>
<b>Referências</b> .....	<b>125</b>
<b>Produto - Cartilha</b> .....	<b>131</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>162</b>

## Introdução

---

Muriaé é um município mineiro com cerca de 110 mil habitantes (IBGE, 2022) e está inserido na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora (IBGE, 2017), composta por 146 municípios, distribuídos em 10 Regiões Geográficas Imediatas<sup>1</sup> (Figuras 1 e 2). Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora no PIB estadual foi de 5,7%. A Região, entretanto, apresenta grande desigualdade na distribuição da estrutura produtiva, dado que o município de Juiz de Fora foi responsável, isoladamente, por 43,9% do PIB territorial. O setor agropecuário corresponde a 5,7% do PIB da Região. É vizinha das Regiões Intermediárias de Ipatinga, Belo Horizonte, Barbacena e Pouso Alegre, além de fazer divisa com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Muriaé é a cidade sede de uma dessas microrregiões que englobam as cidades de Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Eugenópolis, Miradouro, Miraí, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Vieiras (Figura 4). O município de Muriaé possui uma área territorial de 841,69 km<sup>2</sup>, encontra-se no entroncamento das BRs 116 e 356 e possui sete distritos espalhados por seu território numa vasta zona rural: Belisário, Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira, Itamuri, Macuco, Pirapanema e Vermelho (Figura 5).

---

<sup>1</sup> A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional. As unidades mesorregionais e microrregionais passam a receber respectivamente os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas. A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas 2017 pretende subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>>.



Especificamente, este estudo pretende ater-se às características culturais de Muriaé, para compreender como essa cidade, pouco conhecida no território nacional, de uma das regiões onde a maioria dos municípios possui IDH menor que a média de Minas Gerais (Quadro 1), pode tornar-se a única cidade brasileira a participar de um programa internacional sobre a Agenda 21 da Cultura.

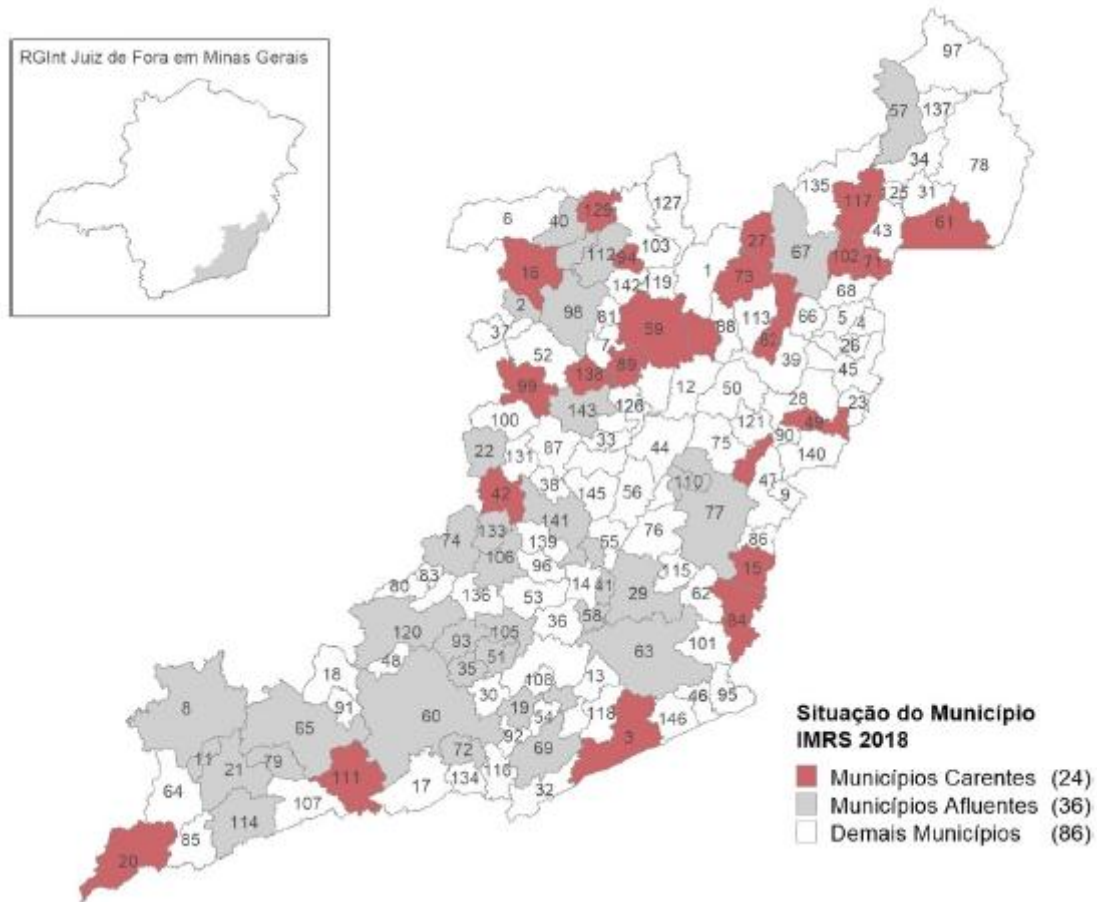
Quadro 1: IDH municípios da microrregião de Muriaé

MUNICÍPIO	IDH
ANTÔNIO PRADO DE MINAS	0,684
BARÃO DE MONTE ALTO	0,649
CAIANA	0,633
CARANGOLA	0,695
DIVINO	0,605
ESPERA FELIZ	0,663
EUGENOPOLIS	0,675
FARIA LEMOS	0,687
FERVEDOURO	0,580
LARANJAL	0,714
MIRADOURO	0,663
MIRAI	0,680
ORIZANIA	0,562
PATROCÍNIO DO MURIAÉ	0,682
PEDRA DOURADA	0,655
ROSÁRIO DA LIMEIRA	0,662
SAO FRANCISCO DO GLORIA	0,663
SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	0,660
VIEIRAS	0,668
TOMBOS	0,718
MURIAE	0,734
MINAS GERAIS	0,731

Quadro 1. Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/37/30255>> e <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-muriae.html?page=2>>

Muriaé é considerada uma cidade polo de sua microrregião (Figura 3), sendo considerado um município afluente segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2018) publicado pela Fundação João Pinheiro.

Na área cultural, Muriaé obteve destaque na classificação do índice de gestão municipal em cultura elaborado pelo IPEA divulgado em 2009. Muriaé ficou em 55º lugar no Brasil e 7º no Estado de Minas Gerais (IGMC, IPEA, 2009). Contribuíram para estes avanços os investimentos feitos em restaurações de bens de grande significado cultural e patrimonial da cidade: Paço Municipal em 2008, Grande Hotel Muriahe em 2009, Biblioteca Municipal em 2010, Teatro Municipal inaugurado em 2013. Todas essas edificações abrigam hoje espaços culturais.



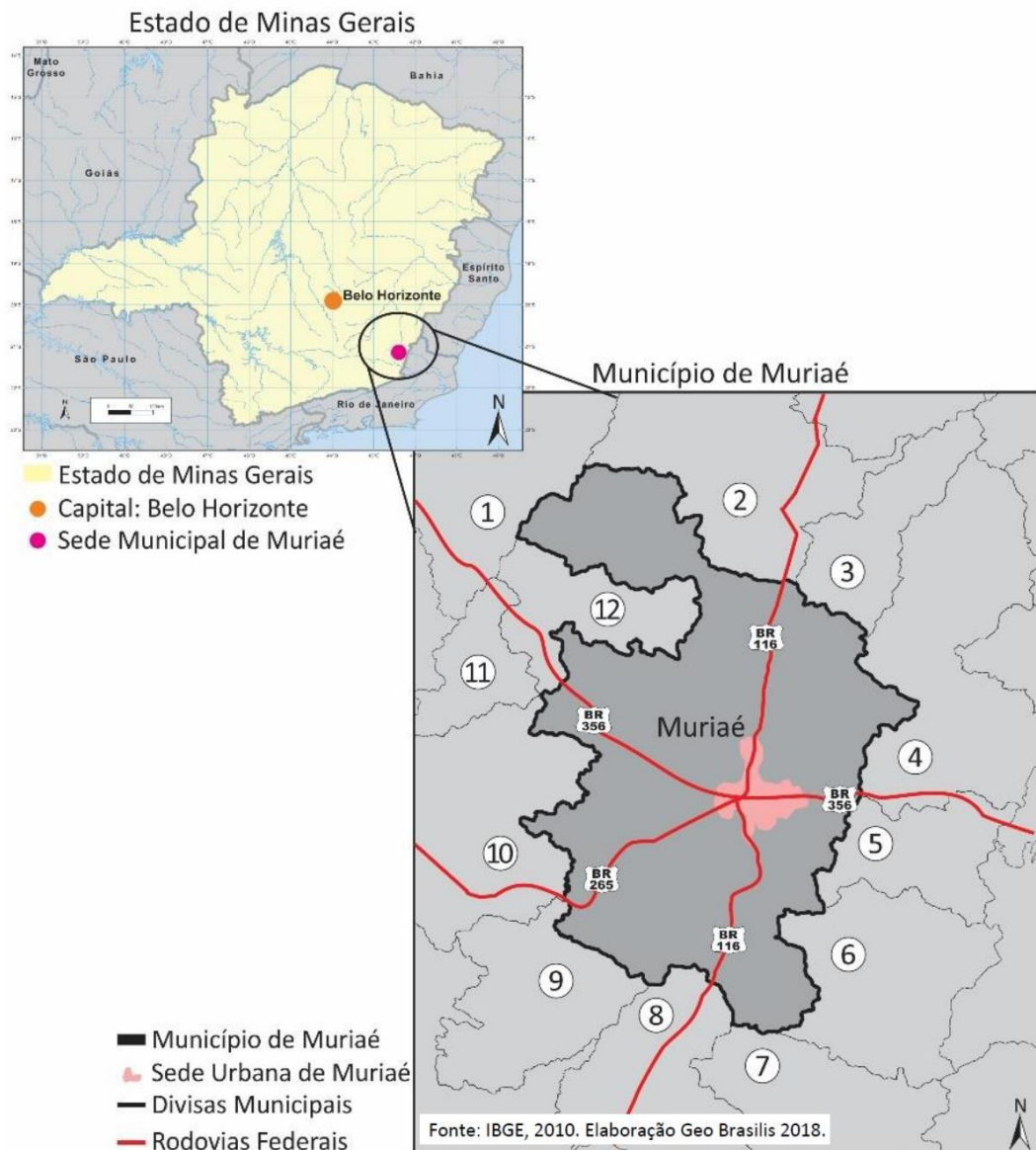
Fonte: IMRS/Fundação João Pinheiro, 2020.

Lista de municípios: [1]Abre Campo, [2]Acaiaca, [3]Além Paraíba, [4]Alto Caparaó, [5]Alto Jequitibá, [6]Alvinópolis, [7]Amparo da Serra, [8]Andrelândia, [9]Antônio Prado de Minas, [10]Araçatuba, [11]Aranitina, [12]Arapongá, [13]Argirita, [14]Astolfo Dutra, [15]Barão do Monte Alto, [16]Barra Longa, [17]Belmiro Braga, [18]Bias Fortes, [19]Bicas, [20]Bocaina de Minas, [21]Bom Jardim de Minas, [22]Brás Pires, [23]Caiana, [24]Cajuri, [25]Canaã, [26]Caparaó, [27]Caputira, [28]Carangola, [29]Cataguases, [30]Chácara, [31]Chale, [32]Chiador, [33]Coimbra, [34]Conceição de Ipanema, [35]Coronel Pacheco, [36]Descoberto, [37]Diogo de Vasconcelos, [38]Divinésia, [39]Divino, [40]Dom Silvério, [41]Dona Euzébia, [42]Dores do Turvo, [43]Durandé, [44]Ervália, [45]Espera Feliz, [46]Estrela Dalva, [47]Eugenópolis, [48]Ewbank da Câmara, [49]Faria Lemos, [50]Fervedouro, [51]Goiana, [52]Guaraciaba, [53]Guarani, [54]Guarará, [55]Guidoval, [56]Guicema, [57]Ipãema, [58]Itamarati de Minas, [59]Jequeni, [60]Juiz de Fora, [61]Lainha, [62]Laranjal, [63]Leopoldina, [64]Liberdade, [65]Lima Duarte, [66]Luisburgo, [67]Manhuaçu, [68]Manhumirim, [69]Mar de Espanha, [70]Maripá de Minas, [71]Martins Soares, [72]Matias Barbosa, [73]Matipó, [74]Mercês, [75]Miradouro, [76]Mirai, [77]Muriaé, [78]Mutum, [79]Olarina, [80]Oliveira Fortes, [81]Oratório, [82]Orizânia, [83]Paiva, [84]Palma, [85]Passa Vinte, [86]Patrocínio do Muriaé, [87]Paula Cândido, [88]Pedra Bonita, [89]Pedra do Anta, [90]Pedra Dourada, [91]Pedro Teixeira, [92]Pequei, [93]Piau, [94]Piedade de Ponte Nova, [95]Pirapetinga, [96]Piraúba, [97]Pocrane, [98]Ponte Nova, [99]Porto Firme, [100]Presidente Bernardes, [101]Recreio, [102]Reduto, [103]Rio Casca, [104]Rio Doce, [105]Rio Novo, [106]Rio Pomba, [107]Rio Preto, [108]Rochedo de Minas, [109]Rodeiro, [110]Rosário da Limeira, [111]Santa Bárbara do Monte Verde, [112]Santa Cruz do Escalvado, [113]Santa Margarida, [114]Santa Rita do Jacutinga, [115]Santana de Cataguases, [116]Santana do Deserto, [117]Santana do Manhuaçu, [118]Santo Antônio do Aventureiro, [119]Santo Antônio do Gramma, [120]Santos Dumont, [121]São Francisco do Glória, [122]São Geraldo, [123]São João do Manhuaçu, [124]São João Nepomuceno, [125]São José do Mantimento, [126]São Miguel do Anta, [127]São Pedro dos Ferros, [128]São Sebastião da Vargem Alegre, [129]Sem-Peixe, [130]Senador Cortes, [131]Senador Firmino, [132]Sericita, [133]Silverânia, [134]Simão Pereira, [135]Simonésia, [136]Tabuleiro, [137]Taparuba, [138]Teixeiras, [139]Tocantins, [140]Tombos, [141]Uba, [142]Uruçânia, [143]Viçosa, [144]Vieiras, [145]Visconde do Rio Branco, [146]Volta Grande

Figura 3: Distribuição dos municípios carentes e afluentes da RG Int de Juiz de Fora segundo IMRS-2018. Fonte: Fundação João Pinheiro, disponível em: < [http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/05.07\\_Inf\\_CIS\\_08\\_2021.pdf](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/05.07_Inf_CIS_08_2021.pdf)>

Vale destacar a criação do *Caminho Cultural*<sup>2</sup>, Zona de Preservação Histórica de Muriaé (Figura 6) estabelecida pelo Plano Diretor de 2006 e regulamentado por lei em 2009. O Caminho Cultural abrange as principais edificações, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos tombados e edificações inventariadas no centro da cidade, entre as Praças Coronel Pacheco de Medeiros e a Praça João Pinheiro. Esta área concentra as ações executadas em prol da preservação e valorização do Patrimônio Cultural deste município.

<sup>2</sup> Lei Municipal nº 3.782, de 27 de outubro de 2009. Institui o Caminho Cultural, Zona de Preservação Histórica de Muriaé estabelecida pelo Plano Diretor Participativo (Lei nº 3.377/2006). Esta Lei estabelece diretrizes de preservação e de uso dos bens tombados, inventariados e de seu entorno.



1: Ervália, 2: Miradouro, 3: Vieiras, 4: Eugenópolis, 5: Patrocínio do Muriaé, 6: Barão do Monte Alto, 7: Palma, 8: Laranjal, 9: Santana de Cataguases, 10: Mirai, 11: São Sebastião da Vargem Alegre, 12: Rosário da Limeira.

Figura 4: Municípios que fazem divisa com Muriaé. Fonte: Produto 2 – Leitura técnica e comunitária da elaboração do Plano Diretor de Muriaé-MG. Geo Brasilis, 2018.

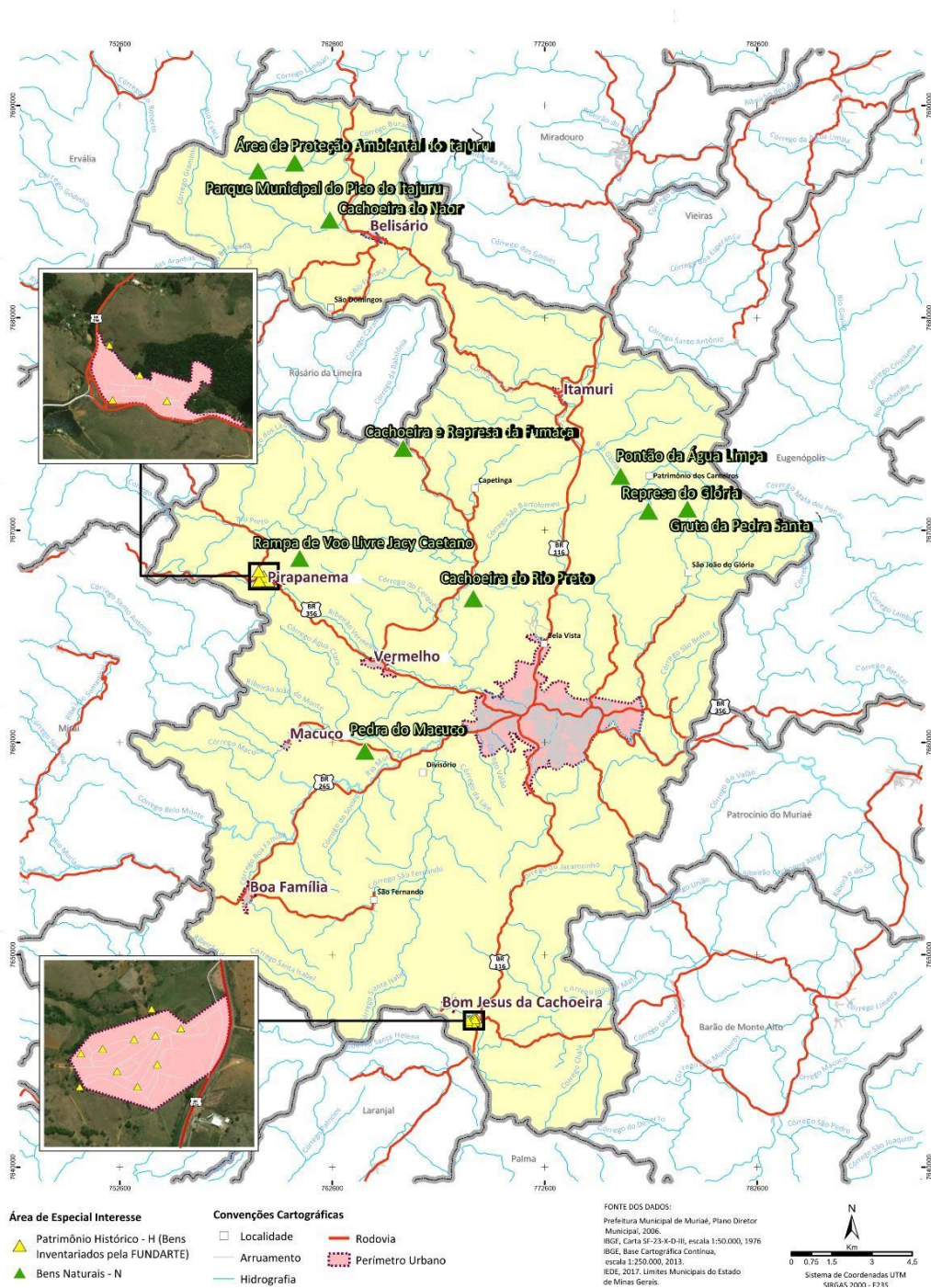


Figura 5: Divisão administrativa do município de Muriaé. Mapa das Áreas de Especial Interesse. Produto 4 do Plano Diretor Participativo de Muriaé. Fonte: Geo Brasilis, 2018. Disponível em: <[www.muriae.mg.gov.br](http://www.muriae.mg.gov.br)>. Acessado em dezembro de 2018.

A gestão municipal da cultura em Muriaé é de responsabilidade da Fundarte – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé que em 2017 completou vinte anos de existência. A Fundação é uma instituição da administração indireta da Prefeitura Municipal de Muriaé, responsável pela gestão municipal de cultura, turismo, esporte, juventude e patrimônio cultural; não possui receita própria e, portanto, é mantida pela administração municipal. É sua atribuição a administração dos seguintes

equipamentos culturais: o Memorial Municipal, com Museu e Arquivo Histórico, que funciona no antigo Paço Municipal; a Biblioteca Municipal Vivaldi Venceslau Moreira com o Teatro Gregório de Matos Guerra; o Centro Cultural e Turístico Regional Dr. Pio Soares Canêdo que funciona no antigo Grande Hotel Muriahe, com Galeria de Artes e Cinemateca; a sede da Fundarte com o Teatro Zaccaria Marques e Galeria de Artes; o Teatro Municipal Belmira Vilas Boas.

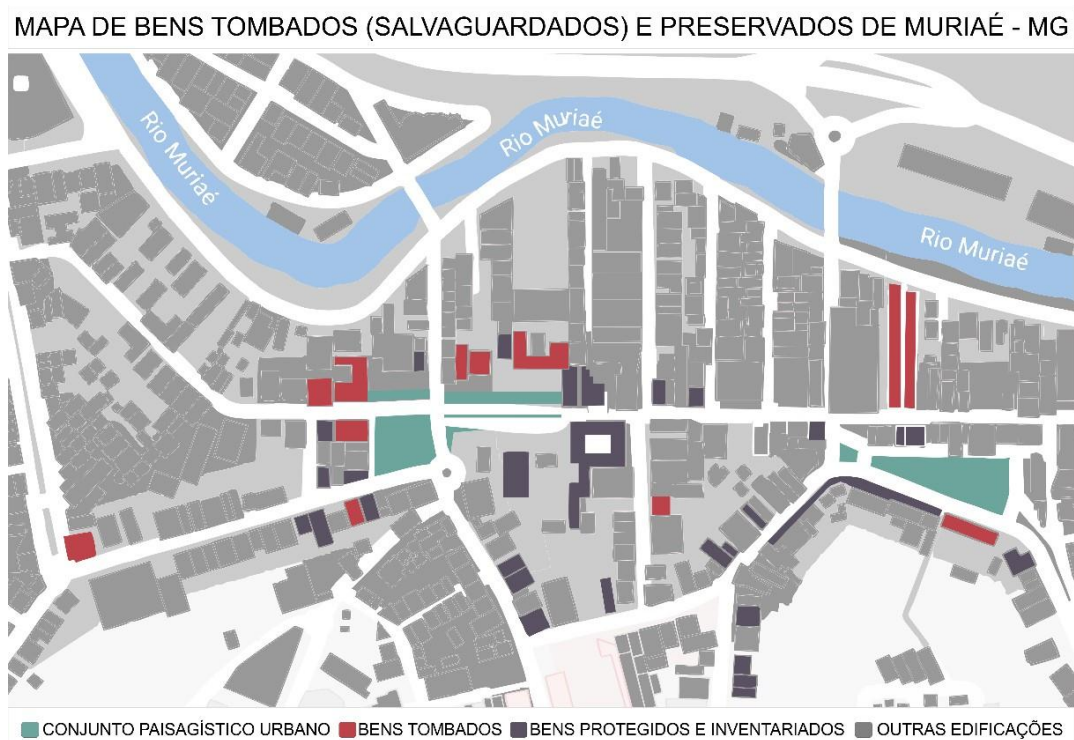


Figura 6: Mapa da Zona de Preservação Histórica de Muriaé – Caminho Cultural, com indicação dos bens protegidos. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-12672018000100013](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672018000100013)>. Acessado em 29/01/2019.

A Fundarte é responsável por cinco Escolas Municipais de Arte<sup>3</sup>: Escola de Música Leonel Vargas, Escola de Dança Jorge Barroca, Escola de Teatro Gregório de Matos Guerra, Escola de Artes Visuais Moacyr Fenelon e a inovadora Escola de Audiovisual Carlos Scalla<sup>4</sup>. As escolas municipais de arte são escolas livres, embora possuam uma estrutura pedagógica organizada, onde os professores possuem formação técnica e são concursados. Cada escola oferece oficinas livres e cursos de

<sup>3</sup> A Escola de Música funciona na sede da Fundarte. A de Teatro no teatro de mesmo nome. Audiovisual e Artes visuais no Grande Hotel. Apenas a Escola de Dança não possui sede própria.

<sup>4</sup> Escola Municipal de Música Leonel Vargas, criada através da Lei Municipal nº 1.896/1994 de 05 de setembro de 1994, em atividade desde 1988. Escola Municipal de Dança Jorge Barroca em atividade desde 2005, Escola Municipal e Teatro Gregório de Mattos Guerra, Escola Municipal de Artes Visuais Moacyr Fenelon criadas através da Lei Municipal nº 3.271/2006 de 1º de junho de 2006. Escola Municipal de Audiovisual Carlos Scalla, criada através da Lei Municipal nº 4.067/2011 de 26 de abril de 2011.

formação, que de 2005 até final de 2018 formaram mais de doze mil alunos.

Também está sob a responsabilidade da Fundarte a gestão do Patrimônio Cultural que conta em seu quadro com arquitetos e historiadores que fazem parte do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, além de Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC, deliberativo, com funcionamento regular, gestor do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural – FUMPAC.

O município possui 31 bens tombados, entre arquivos, acervo documental, edifícios, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos; e um bem imaterial registrado, a Celebração da Gruta da Pedra Santa.

A cidade aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e constituiu o Sistema Municipal de Cultura<sup>5</sup> por meio da institucionalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, o Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura construídos com a participação da sociedade civil.

Muriaé faz parte do Polo de Audiovisual da Zona da Mata, que é um movimento da sociedade civil em parceria com setor público, privado e instituições, voltado para o fomento da economia criativa como vetor de desenvolvimento sustentável da região da Zona da Mata mineira. Seus segmentos estruturantes são o Audiovisual e as Tecnologias Digitais. Atua a partir de três eixos - Governança, Formação e Mercado – o Polo cria novas oportunidades de qualificação profissional, trabalho e renda, movimenta recursos importantes para a região, com isso, promove impacto na economia local. Tem como missão: “Promover produções audiovisuais, formação técnica, festivais, eventos e ações estratégicas para consolidação do setor audiovisual como vetor de desenvolvimento na Região, gerando recursos e novas oportunidades de trabalho e negócios, com impacto na economia local”<sup>6</sup>.

Em novembro de 2016 a autora foi convidada a assumir o cargo de Diretora Geral da Fundarte a partir de janeiro de 2017, e passou a fazer parte da equipe de transição do governo municipal. Após o pleito de outubro de 2016, foi aberta uma chamada para inscrição para novas Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura – CP 21, uma oportunidade para o fortalecimento das políticas culturais no município e para compartilhamento de experiências em âmbito nacional e internacional. A equipe de transição, então, articulou o envio da candidatura de Muriaé, nos últimos dias do ano de 2016, através do consultor da CGLU no Brasil, José Oliveira Junior, o

---

<sup>5</sup> Lei nº 5.656 de 13 de junho de 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.poloaudiovisual.org.br/>>. Acessado em 07/03/2017

qual havia identificado na cidade os requisitos necessários para o sucesso da candidatura. Participar diretamente desse programa internacional passou a ser a maior motivação pessoal para aprofundar os estudos sobre o tema apresentado nessa pesquisa.

Tanto a gestão pública municipal da cultura em relação às Escolas de Arte, quanto a participação como representante do setor público no Polo de Audiovisual da Zona da Mata e a aprovação do Plano Municipal de Cultura foram experiências que levaram Muriaé a ser escolhida no programa *Cultura nas cidades sustentáveis – Aprendendo com Cultura 21 Ações – Cidades Piloto* promovido pela Organização Mundial Cidades e Governos Locais Unidos, CGLU, uma organização internacional sem fins lucrativos, sem afiliação política nem religiosa. A CGLU, em seu Estatuto (2003), afirma que sua missão é ser uma representação mundial unida dos governos democráticos de cidades, promover seus objetivos, através da cooperação entre os governos locais. Para cumprir com sua missão, a CGLU tem os seguintes objetivos: promover no mundo inteiro governos locais autônomos fortes, efetivos e democráticos; fomentar a união e cooperação entre seus membros; assegurar uma representação política efetiva dos governos locais na comunidade internacional, em especial na ONU e suas agências; ser fonte mundial de informação e inteligência no que concerne os governos locais; ser a fonte mundial de formação, intercâmbio e capacitação, apoiando a estrutura e reforçando a liberdade e a autonomia dos governos locais e suas associações nacionais; promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, e servir à população, como base dos princípios de um bom governo, sustentabilidade e inclusão social; promover a igualdade entre as raças e os sexos, e combater qualquer forma de discriminação que seja contrária às leis internacionais, e / ou ilegítima em relação aos valores e as regras internas da organização; ser uma organização forte e democrática, refletindo em sua composição e funcionamento a diversidade das esferas locais de governo; promover uma cooperação descentralizada e internacional entre os governos locais e suas associações nacionais; promover as ferramentas e as colaborações como forma de aprendizagem mútua e amizade entre os povos; desenvolver políticas, programas e iniciativas com base na missão, nos objetivos e valores da Organização Mundial, que impliquem a busca de métodos apropriados para poder implementá-los, de acordo com as regras internas da associação.

Com base no documento *Cultura 21: Ações* (CGLU, 2015), a Comissão de

Cultura da CGLU (2016) lançou a segunda edição do programa Cidades Piloto com objetivo de promover uma maior compreensão da relação entre cultura e desenvolvimento local sustentável nas cidades participantes, com base nas questões levantadas pela Agenda 21 da Cultura e Cultura 21: Ações, bem como outras questões relevantes para a agenda global e local.

Considerou-se uma oportunidade única de aplicabilidade do conteúdo apresentado nesta pesquisa, tendo em vista a experiência significativa que Muriaé tem vivenciado ao inserir a cultura como cerne de seu desenvolvimento sustentável.

Destaca-se a relação da cultura com a Nova Agenda Urbana, pós HABITAT III (Quito, 2016), quando a UNESCO declara em seu relatório mundial sobre a cultura para o desenvolvimento urbano sustentável, denominado *Cultura:Futuro Urbano*:

A cultura é fundamental para o que faz as cidades atraentes, criativas e sustentáveis. A história mostra que a cultura está no coração do desenvolvimento urbano, evidenciado pelas referências culturais, patrimônio e tradições. Sem cultura, as cidades como espaços de vida tão vibrantes não existiriam; seriam apenas construções de concreto e aço, propensas à degradação social e fratura. É a cultura que faz a diferença. É a cultura que define a cidade como o que os antigos romanos chamavam os *civitas*, um complexo social coerente, o corpo coletivo de todos os cidadãos (UNESCO, 2016).

O objetivo principal desta pesquisa é analisar e relatar a experiência e os desafios da implantação do programa Cidades Sustentáveis, Aprendendo com Cultura 21: Ações, da CGLU no município de Muriaé-MG, entre os anos de 2017 e 2020 e seus desdobramentos nos anos de 2021 ao início de 2024.

Para responder ao objetivo geral, especificamente, pretendeu-se:

1. Investigar a relação da cultura com o desenvolvimento sustentável de cidades;
2. Analisar os programas da CGLU, Agenda 21 da Cultura, Cultura 21: Ações e Cidades Sustentáveis, Aprendendo com Cultura 21: Ações, mais especificamente abordar a respeito da memória, do patrimônio cultural, da paisagem, do território e da cidadania;
3. Descrever e analisar o Programa no âmbito de Muriaé, única cidade brasileira escolhida como Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura no triênio 2016-2019;
4. Identificar e analisar as políticas públicas propostas para Muriaé que utilizem a cultura como estratégia de desenvolvimento sustentável, no

contexto do Programa Cidade Piloto Agenda 21 da Cultura.

Neste cenário, originaram-se as hipóteses: a cultura teve reconhecido seu papel transversal no desenvolvimento local enquanto instrumento de políticas públicas para o aprendizado de Muriaé de como se tornar uma cidade sustentável a partir do programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura.

E ainda, verificar se a metodologia do programa permite que haja continuação do programa mesmo com as mudanças de gestões municipais. Verificar se houve uma comunicação adequada do programa para que os atores locais entendessem sua importância e metodologia.

Em termos teórico-metodológicos, a presente pesquisa se define por ser de natureza aplicada, com objetivos de caráter descritivo-exploratório e a abordagem foi conceituada como qualitativa. É considerada como uma pesquisa-ação ou investigação-ação participativa, segundo David Tripp (2005), pois além da investigação dos temas abordados nessa pesquisa há a ação no campo da prática. Ainda segundo Tripp (2005), nessa metodologia, planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se para melhora da prática. Tripp (2005) considera que assim, aprende-se mais com o “correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (TRIPP, 2005, p. 446).

Assim, além da investigação sobre o tema abordado, a participação direta dos representantes do município na execução do programa Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura em Muriaé será utilizada tanto para demonstrar o processo quanto para analisá-lo. Para este trabalho, foram identificadas as ações que tiveram curso até o final de 2020 e seus desdobramentos ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Quanto às formas de coleta de dados foram utilizadas a observação direta, a identificação dos agentes para obtenção de informações, a identificação do meio para o levantamento de dados (entrevista, questionário), a aplicação de questionário proposto na metodologia do programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura, a realização de pesquisa documental junto à Prefeitura Municipal de Muriaé, Fundarte e CGLU, para a obtenção de documentos e legislação referente a termos de cooperação com organizações internacionais e outros pertinentes à execução do programa no Brasil.

Para as entrevistas temáticas foi utilizada a metodologia de história oral com intuito de documentação de memória coletiva sobre as relações afetivas com a cidade de Muriaé. Entendendo-se que os elementos constitutivos da memória,

segundo POLLAK (1992), são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar, são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, que marcaram tanto um grupo que sua memória pode ser transmitida com alto grau de identificação.

POLLAK (1992, p. 5) diz ainda que:

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Em outro estudo, POLLAK (1989, p. 3) diz que:

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas torna-se possível tomar diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

Para tanto, foram selecionados, com base nos questionários aplicados durante a execução do programa CP21, as pessoas que contribuíram através de entrevistas não direcionadas com registro audiovisual.

Foi feita a transcrição das entrevistas coletadas para fins de documentação e posterior análise buscando-se identificar as relações de pertencimento e identidade dos entrevistados com a cidade de Muriaé.

Durante todo o período de estudo, foi realizada paralelamente atividades de pesquisa bibliográfica, buscando-se a legislação, documentos, publicações científicas que fundamentem a pesquisa.

Por fim, será feita uma análise de conteúdo das informações contidas nos questionários, dos dados coletados e da pesquisa bibliográfica com intuito de relatar a experiência de Muriaé como Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura e os desdobramentos do programa, buscando identificar se a cultura tem colaborado para o desenvolvimento sustentável de Muriaé.

Os questionários foram aplicados na fase inicial do programa, entre os meses de abril e maio de 2017. Responderam ao questionário os agentes locais representantes de instituições culturais, conselheiros de cultura e de patrimônio cultural, vereadores, secretários municipais, representantes de instituições de ensino públicas e particulares, servidores públicos municipais da Prefeitura e Fundarte. Ao

todo foram 37 questionários respondidos que geraram um gráfico de avaliação da percepção desses agentes sobre o cenário atual da cultura em Muriaé. Esse gráfico serviu para análise e contribuiu para elaboração do diagnóstico inicial. O mesmo questionário foi reaplicado em agosto de 2018 como ferramenta de monitoramento para se avaliasse se as atividades propostas pelo programa estão cumprindo seus objetivos, respondido pelos conselheiros presentes em reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural. Como método comparativo foi reaplicado o questionário em maio de 2023 aos servidores da Fundarte.

O primeiro capítulo tem como objetivo investigar a relação da cultura com o desenvolvimento sustentável. Para tanto, desenvolveu-se o estado da arte referente à problemática reflexiva da pesquisa, para construção do referencial teórico. Estudaram-se publicações disponíveis em livros, artigos de periódicos científicos, dissertações, anais de eventos científicos e documentos elaborados por agências internacionais (Quadro 2). Nesse capítulo é apresentado o resultado dessa investigação e são abordados os conceitos de cultura, desenvolvimento sustentável e suas interconexões como a relação da cultura e economia e da cultura com a regeneração urbana. Explorou-se também, conceitos sobre a economia criativa e cidade criativa que estão pormenorizados no primeiro capítulo. Os principais autores utilizados foram Álvarez, Arantes, Certeau, Cuéllar, Dessein, Deheinzelin, Furtado, Hosagrahar, Hyslop, Landry, Leitão, Miles, Paglioto, Reis, Sachs, Sen e Throsby.

No segundo capítulo, Memória, território e cidadania, analisam-se as entrevistas semiestruturadas aos representantes de pontos de cultura de Muriaé sobre a cultura e os espaços urbanos da cidade. Aqui se buscou conectar os entrevistados sua identidade com o território e o sentimento de pertença, além disso, pretendeu-se um relato de memória coletiva desses agentes culturais. Aqui também serão abordados conceitos de memória e território.

O terceiro e último capítulo apresenta a análise da participação da cidade de Muriaé no programa Cidades Sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações. Cidade Piloto, com destaque para as dificuldades encontradas e as atividades realizadas até o final de 2020. Ao final, identificam-se as políticas públicas propostas para Muriaé no âmbito do programa CP 21, e seus desdobramentos ocorridos até o primeiro trimestre do ano de 2024.

Por último, como requisito do Mestrado Profissional, foi proposto como Produto uma cartilha a ser distribuída para os municípios brasileiros chamada “A

Cultura no Desenvolvimento Sustentável”, que pretende ser uma guia prática para governos locais de municípios brasileiros de como trabalhar com a cultura em prol do desenvolvimento sustentável. A cartilha é uma contribuição dessa pesquisa aos gestores culturais que, a exemplo do que aconteceu em Muriaé, desejam que seus municípios se desenvolvam sustentavelmente, tem a cultura como cerne. A cartilha inclui dados de como a cultura influencia cada um dos 17 ODS e o como a cidade pode atuar para alcançá-los. A cartilha será divulgada em site e também será enviada por e-mail para aquelas cidades em que se tenha o contato mais próximo.

<b>QUADRO 2 - Cultura como tema das políticas de desenvolvimento.</b>		
Marcos Internacionais selecionados		
<b>Ano</b>	<b>Agência</b>	<b>Evento / Publicação</b>
1987	ONU	Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1996	UNESCO	Nossa Diversidade Criativa
2003	UNESCO	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - ratificada por mais de 150 países
2004	CGLU	Aprovação da "Agenda 21 para a cultura"
2005	UNESCO	Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais - ratificadas por +130 países
2009	UNESCO	Relatório mundial sobre a diversidade cultural.
2010	CGLU	Declaração de política sobre "Cultura: quarto pilar do desenvolvimento sustentável" - adotada
2010	UNCTAD	Relatório de Economia Criativa
2012	ONU - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
2013	UNESCO	Declaração final - "Colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável", a Declaração de Hangzhou
2013	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e UNESCO	Relatório de Economia Criativa
2015	CGLU	Cultura 21: Ações
2015	ONU	Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável
2016	UNESCO	Cultura: Futuro Urbano. Relatório mundial sobre a cultura para o desenvolvimento urbano sustentável
2016	ONU – HABITAT III	Nova Agenda Urbana
2018	UNESCO	Re/pensar as políticas culturais

Quadro 2. Adaptado pelo autor. Fonte: Culture in, for and as Sustainable Development: Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2015. Disponível em: <<http://www.culturalsustainability.eu/conclusions.pdf>>. Tradução livre do autor.

## CAPÍTULO 1

---

### Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Para compreender o papel da cultura no desenvolvimento sustentável, objetivo maior do programa a ser analisado neste trabalho, Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura – CP 21, este capítulo aborda dois aspectos: uma compreensão sobre desenvolvimento sustentável; como e quando a cultura passou a ser inserida nesse contexto e sua relação com a economia e o ambiente urbano, eixos norteadores do documento Cultura 21: Ações, ao qual o CP 21 se reporta. Esses eixos estão presentes no plano de trabalho e nas medidas piloto do CP 21 na cidade de Muriaé, pormenorizados no terceiro capítulo.

Destaca-se que esta pesquisa adota a definição de cultura da Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais da UNESCO (1982), uma definição antropológica da cultura (HARTOG, 2013), como sendo:

o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou grupo social e que engloba, além das artes e letras, modos de vida, direitos fundamentais, sistemas de valor, tradições e crenças (UNESCO, 1982).

Para relacionar cultura e desenvolvimento faz-se necessária uma breve análise sobre desenvolvimento, destacando-se alguns momentos marcantes que vão desde o desenvolvimento baseado na economia, passando pelo desenvolvimento sustentável com foco em três dimensões (econômica, social e ambiental), finalizando com o que considera a cultura fator fundamental do desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, a Teoria do Desenvolvimento que segundo Bárbara Paglioto (2016), economista, pode ser considerada como campo específico das Ciências Econômicas a partir da década de 1950. Nessa teoria, o conceito de desenvolvimento relacionava-se estritamente às questões econômicas, e, portanto, a cultura era vista como empecilho, como um entrave para se alcançar o desenvolvimento econômico. Essa perspectiva de desenvolvimento baseado em crescimento econômico é defendida por diversos autores e estudiosos de épocas distintas como Ragnar Nurkse (1957), Gunnar Myrdal (1961), Hirschmann (1961), Rosenstein-Rodan (1969), Artur Lewis (1969), Walter Rostow (1978). Tais pensadores acreditavam que o crescimento econômico é a melhor estratégia para que um país, não importa se desenvolvido ou subdesenvolvido, pudesse atingir o

desenvolvimento de forma plena.

O pressuposto dessa teoria é apontado por Arantes (2018) como estímulo ao crescimento rápido das forças de produção de modo a fazer com que os ganhos conseguidos pudessem ser estendidos, de forma mais ou menos espontânea, a todos os domínios da atividade humana. Nesse contexto, o que essa teoria propunha era uma “assepsia cultural”, de modo a permitir que a crença de que crescer seria condição necessária e também suficiente para se atingir o pleno desenvolvimento.

Em contraponto, Ignacy Sachs (1995) nos convida a refletir sobre o “economicismo”, como se refere ao desenvolvimento baseado exclusivamente em crescimento econômico:

Outra característica do pensamento econômico dominante é que ele se considera universalmente válido, o que lhe confere na realidade um caráter a-histórico e utópico. Na prática, tal atitude nada mais é senão negar um campo próprio para as teorias do desenvolvimento e sustentar, contra tudo e contra todos, que a transposição mimética das experiências dos países industrializados para o resto do mundo constitui a via acertada que leva ao desenvolvimento. Os custos sociais proibitivos do ajuste estrutural aplicado de modo uniforme através do planeta acabaram de contrariar mais uma vez tal pretensão, sem que se observasse qualquer mudança nas práticas das organizações internacionais que se apoiam no consenso de Washington (SACHS, 1995).

Assim, Sachs (1995) afirma que o conceito de desenvolvimento é plural e deve levar em consideração “certas especificidades comuns a vários países (...) no que diz respeito às singularidades próprias de cada país”, destacando-se o contexto histórico e cultural.

Paralelamente às ideias de desenvolvimento baseado na economia, a ONU criou a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1945) com objetivo de promover, por intermédio de atos normativos, a cooperação multilateral nos âmbitos da educação, ciência e cultura. Na década de 1960, foi criado pela ONU o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Paglioto (2016) diz que a criação dessas instâncias pode ser considerada como um momento de transição para a nova fase do desenvolvimento após a década de 1970, que se inicia a partir das constatações, a partir da segunda metade de 1960, das falhas da estratégia desenvolvimentista baseada em crescimento econômico, que não conseguiu obter resultados

satisfatórios em termos de emprego, distribuição de renda, combate à pobreza e controle da degradação do meio ambiente.

A questão ambiental surge como um marco fundamental para a mudança da perspectiva em relação ao desenvolvimento a partir da década de 1970. Esse segundo momento, ao qual se reporta essa pesquisa, começa a ser delineado ainda na década de 1960, com a criação do Clube de Roma<sup>7</sup>, concebido pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, em 1966, que foi, seguramente, uma das primeiras ações nesta direção. Conforme descreve Arantes (2018):

Ao reunir pessoas ilustres para debater assuntos diversos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente, seus organizadores pretendiam fomentar uma discussão sobre a importância de se lidar com este tema de forma transversal, algo ainda muito distante das agendas empresariais, institucionais ou mesmo governamentais daquela época ainda muito contaminada pela visão do desenvolvimento, enquanto crescimento econômico (ARANTES, 2018)

No ano de 1972, um relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*, produzido a partir do Clube de Roma, daria os primeiros contornos do que hoje conhecemos como desenvolvimento sustentável.

Usando uma metodologia desenvolvida pelo cientista pioneiro de sistemas Jay Forrester, e sob a supervisão de Dennis Meadows, um grupo de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) iniciou um estudo sobre as implicações do crescimento mundial contínuo. Eles examinaram os cinco fatores básicos que determinam e, em última análise, limitam o crescimento: população do planeta, produção agrícola, esgotamento de recursos não-renováveis, produção industrial e geração de poluição. A equipe do MIT forneceu dados sobre esses cinco fatores em um modelo computacional global e testou o comportamento do modelo sob vários conjuntos de suposições para determinar padrões alternativos para o futuro da humanidade.

*Os Limites do Crescimento* é o relatório de suas descobertas e contém uma

---

<sup>7</sup> O Clube de Roma é uma organização fundada com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais. O Clube de Roma ([www.clubofrome.org](http://www.clubofrome.org)) permanece como grupo de debates diversos, incluindo a problemática ambiental e desenvolvimento sustentável. Entre os membros efetivos, destacam-se personalidades como Mikhail Gorbachev, último presidente da extinta União Soviética, o rei Juan Carlos I, da Espanha, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil.

mensagem de esperança: o homem pode criar uma sociedade na qual ele pode viver indefinidamente na Terra se impuser limites a si mesmo e à sua produção de bens materiais para alcançar um estado de equilíbrio global com população e produção cuidadosamente selecionados (MEADOWS, 1972). Sua publicação pretendeu realmente chocar as pessoas a ponto de fazê-las abandonar a complacência em relação à questão ambiental. O relatório foi o primeiro estudo a questionar a viabilidade do crescimento contínuo.

Segundo Álvarez (2015) o termo “desenvolvimento sustentável” teria sido utilizado pela primeira vez em um manifesto do partido ecológico da Grã-Bretanha, escrito por Lester Brown, *Building a Sustainable Society* em 1981.

Arantes (2018) cita a Carta de Ottawa de 1986, lançada durante a realização da Conferência de Ottawa, como destaque para sua importância histórica na construção do conceito de desenvolvimento sustentável que justifica por ter estabelecido cinco requisitos para se alcançar tal desenvolvimento sustentável: integração da conservação e do desenvolvimento; satisfação das necessidades básicas humanas; alcance de equidade e justiça social; provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; manutenção da integração ecológica. Arantes (2018) aponta para o fato de ser a primeira vez em que se confere destaque à cultura entre os requisitos citados para o desenvolvimento sustentável (ARANTES, 2018).

No ano seguinte, em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland – difundiu a ideia no relatório *Nosso Futuro Comum*, culminando com a seguinte definição: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, Relatório Brundtland, 1987). Nesse relatório, as questões relativas à sustentabilidade eram vistas através de três dimensões: ambiental, econômica e social. Segundo Arantes (2018) a expectativa era de que essas três dimensões se tornassem condições obrigatórias para se chegar a um mundo “vivível, viável e justo”.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO- 92, RIO-92 ou Cúpula da Terra, o relatório *Nosso Futuro Comum* foi ratificado e culminou no documento *Agenda 21* que estabeleceu uma série de ações e

compromissos com a responsabilidade ambiental. Foi também durante a RIO-92 que a discussão sobre a sustentabilidade se expandiu para questões urbanas com a introdução do conceito de cidades sustentáveis, assim como para a cultura, como é relatado por Paglioto (2016).

Paglioto (2016) diz que, sobre o desenvolvimento sustentável,

a dimensão cultural ganha importância estratégica crescente valendo-se da percepção de que os hábitos e os modos de vida singulares importam, e, portanto, não é possível tratar o desenvolvimento como uma receita de bolo (PAGLIOTO, 2016, p. 30).

Álvarez (2015) também considera a dimensão cultural ao apontar que a identidade cultural passa a ser pré-condição do desenvolvimento, podendo projetar um ciclo virtuoso de crescimento cultural e econômico, que se interpenetram. Assim sendo, as diferenças culturais deixam de ser obstáculos e passam a constituir oportunidades (ÁLVAREZ, 2015, p. 35). Opina ainda que se trata de um salto qualitativo reconhecer na cultura, mais do que simples componente estratégico do desenvolvimento, sua finalidade última, considerando a cultura como instrumento, meio e fim do desenvolvimento. O desenvolvimento, segundo a concepção contemporânea, como relatado por Álvarez (2015), seria visto como o processo que aumenta a efetiva liberdade das pessoas de perseguirem o que quer que valorizem em suas vidas, sem que outra pessoa ou instituição tenha o direito de dizer o que deve ser valorizado.

Destaca-se que a partir da RIO-92 um novo olhar sobre o contexto urbano introduziu o conceito de cidades sustentáveis, que passou a ser tratado e discutido oficialmente por muitas nações. Invariavelmente, quando se aborda a questão urbana no desenvolvimento sustentável, a cultura aparece como uma dimensão a ser considerada para compreender as singularidades locais e propor uma estratégia de desenvolvimento mais dinâmica. Nesse aspecto, o programa CP 21 possui estratégias flexíveis que podem se adequar às realidades locais como será abordado no próximo capítulo.

No início do século XXI, Hawkes (2001), em seu livro intitulado *O Quarto Pilar da Sustentabilidade: o Papel Essencial da Cultura no Planejamento Público*<sup>8</sup>, alega que para além das dimensões econômica, social e ambiental, o conceito de

---

<sup>8</sup> Tradução livre do autor para o português do título original “The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning”.

desenvolvimento sustentável não pode prescindir da vitalidade cultural de uma sociedade, expressa por sua criatividade, diversidade e inovação.

Cláudia Leitão e Luciana Guilherme (2014) destacam que a modernidade limitou as representações do território à imagem de um espaço geopolítico, fruto de uma visão reducionista de um desenvolvimento econômico espoliador e que, de um lado, o território deixou de ser tratado como um espaço de produção de imaginários e culturas, tornando-se uma abstração estéril e, de outro, a economia, perdeu sua origem ecológica, fundamento da sua etimologia, o “cuidar da casa”, o do “bem viver” (LEITÃO, GUILHERME, 2014, p. 243). Quando apenas o viés econômico é protagonista no desenvolvimento, a qualidade do espaço urbano é reduzida, pois este passa a ser produzido sem identidade, quem o usa não se sente pertencido, repete-se modelos de outras cidades que não se encaixam no contexto local. Falta um olhar de dentro, compreender a dinâmica dos espaços públicos e da cidade é compreender as pessoas e a cultura que as identifica e diferencia.

Álvarez (2015) diz que de fato, o modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico compromete a sustentabilidade das culturas, reduz a preservação das identidades culturais e deixa prosperar a homogeneização alienada de conteúdo, impostos pelo poder econômico dos que concentram a produção cultural e dos distribuidores de produtos culturais, como o mercado cinematográfico norte-americano, por exemplo.

Para Celso Furtado (1974), o Estado torna-se importante no fomento ao desenvolvimento através de políticas de valorização da identidade cultural, rompendo com a dependência cultural instaurada ao longo de todo o processo histórico de colonização e, posteriormente, consubstanciada no processo de “imitação” dos padrões de consumo dos países desenvolvidos (destacadamente, o norte-americano). Aqui observamos que já na década de 1970, Furtado já apontava os possíveis efeitos do que viria a ser conhecido nos anos 1990 como globalização, que será discutida mais adiante.

Ao se buscar relacionar as questões da cultura com desenvolvimento sustentável, foram encontrados em algumas fontes a sua relação com o componente humano como em Matoso (2010) que relata que “imaginar qualquer forma de desenvolvimento separado do seu contexto humano cultural é admitir um desenvolvimento sem alma”.

Em conformidade com o estabelecido no documento de orientação política,

adotada pela CGLU, em 2010, na Cidade do México, para se considerar que existe um verdadeiro desenvolvimento, o desenvolvimento humano necessita incluir, como parte integrante, os processos e os fatores culturais, tais como a memória, a criatividade, a diversidade e o conhecimento (CGLU, 2015, p. 7).

Para o economista Amartya Sen (2010), o desenvolvimento, precisa também incluir, além da dimensão do crescimento e da sustentabilidade, a eliminação das privações de liberdade, pois são elas que limitam as escolhas e as oportunidades para que as pessoas possam exercer, ponderadamente, sua condição de agentes livres e sustentáveis.

Arantes (2018) complementa ao dizer que

nesse caso, a liberdade não pode ser vista apenas como um dos fins primordiais do desenvolvimento, mas como algo que capacita os indivíduos a moldarem seus próprios destinos de forma a ajudarem uns aos outros e, com isso, atingir a tão sonhada inclusão social, o desejável bem-estar econômico e a inadiável preservação dos recursos naturais (ARANTES, 2018).

Sen (2010) aponta que entre as privações de liberdade estão a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência exercida pelos estados repressivos. Amartya Sen (2010), revolucionou o conceito de desenvolvimento ao considerar as relações entre riqueza e a liberdade que cada pessoa precisa ter para viver conforme desejar. As limitações ocasionadas pela pobreza, falta de oportunidade de emprego e renda, falta de acesso a serviços básicos é facilmente compreendido que fazem parte de um cenário apostado ao que se espera de desenvolvimento. Porém, quando Sen (2010) aborda questões políticas e de religião, cabe uma reflexão mais pontual. A liberdade em alguns regimes políticos e religiosos é cerceada, mesmo em lugares economicamente bem sucedidos e com boa qualidade de vida urbana, nesses casos, mesmo assim não serão considerados “desenvolvidos”? Não, se não houver liberdade para que as pessoas possam viver suas vidas conforme desejarem. O conceito de desenvolvimento, nesse caso, ultrapassa as três dimensões e considera outros aspectos da vida humana, mais conectados ao seu bem-estar, à felicidade, a satisfação pessoal.

No relatório intitulado *Nossa Diversidade Criativa*, elaborado em 1996 pela Comissão Mundial para Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, presidida pelo peruano Javier Pérez de Cuéllar, é dito que aquilo a que se é outorgado valor forma parte da cultura. Logo no início desse relatório, o presidente dessa comissão

reconhece a necessidade de rever o conceito de desenvolvimento, ao afirmar que o desenvolvimento

não pode mais ser visto como um caminho único, uniforme, linear porque, isso, inevitavelmente, elimina a diversidade cultural e experimentação, bem como limita, de forma irremediável, a capacidade criativa da humanidade, face ao seu valioso passado e imprevisível futuro (CUÉLLAR, UNESCO, 1996, p. 7).

Mais adiante, Cuéllar (UNESCO, 1996) afirma ter chegado o momento de relacionar cultura e desenvolvimento, da mesma maneira com que se uniu meio ambiente e desenvolvimento.

Destaca-se que o referido relatório considera a cultura como meio maior e fim último do desenvolvimento, não como simples dimensão da vida humana, mas como fator essencial do desenvolvimento, da economia, da preservação do meio natural. O desenvolvimento então, deve envolver questões como o crescimento cultural, o respeito a todas as culturas, e o princípio da liberdade cultural.

Outro relatório mundial da UNESCO, *Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural* (2009), considera a diversidade cultural como uma dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável e que não existe um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento (UNESCO, 2009, p 24). Ressalta-se que programas que propõem estratégias de desenvolvimento, como o CP 21, devem permitir a adaptação e aplicabilidade nas cidades participantes, propondo uma estrutura mais flexível que considere as características e identidades culturais locais. Mais à frente, o relatório aponta que o reconhecimento da diversidade cultural acrescenta uma dimensão crucial às estratégias que consideram a sustentabilidade como elemento que facilita a integração dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento. Nesse sentido, a diversidade cultural pode ser considerada como dimensão transversal do desenvolvimento sustentável.

Segundo Paglioto (2016), há uma tendência de defesa de maior participação da esfera local ao se relacionar cultura e desenvolvimento, pois é nessa esfera que as questões culturais se fariam mais prementes e diversas. Entendendo-se aqui que a esfera local se refere ao campo das cidades.

Sempere (2012) aponta que as comunidades, os grupos e as organizações compõem uma sociedade civil que se converte no eixo mais importante para a implementação e consolidação da cultura nas políticas de desenvolvimento local. Destaca ainda, a importância de salvaguardar a cultura local como requisito para

processos de desenvolvimento, mantendo um mínimo de vida cultural como elemento de coesão social, autoestima e identidade (MARTINELL, 2012, p. 10).

Desenvolver estratégias de desenvolvimento que tenham como base a dimensão cultural deve, de fato, acontecer na esfera local, no campo das cidades, porque é nas cidades que as identidades culturais se manifestam, é aí que os efeitos das políticas públicas surtirão efeito. A CGLU compreendeu isso ao estabelecer o programa CP 21.

O *Bureau* Executivo da CGLU (2010) preparou um documento de orientação política denominado *A Cultura como o Quarto Pilar do Desenvolvimento Sustentável*. No contexto desse documento, a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável é abordada em um duplo enfoque. O primeiro enfoque tem a ver com o desenvolvimento de setores culturais próprios, como patrimônio, criatividade, indústrias culturais, arte, turismo cultural. O segundo enfoque reconhece que a cultura deve estar presente em todas as políticas públicas, particularmente aquelas relacionadas à educação, economia, ciência, comunicação, ambiente, coesão social e cooperação internacional (CGLU, 2010).

O documento considera a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, considerando-a tão essencial quanto as outras três dimensões (econômica, social e ambiental). Diz ainda que o quarto pilar, a cultura, estabelece conexões sólidas de complementaridade com as outras dimensões do desenvolvimento.

Arantes (2018) aponta que esse documento mostra que a criatividade, o conhecimento e a diversidade, por estarem intrinsecamente relacionados com o desenvolvimento humano com liberdade, são tão essenciais quanto às três dimensões que formam o clássico tripé da sustentabilidade. No contexto do desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen, Nobel de economia (1998), apresenta o desenvolvimento como um processo essencialmente de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam e argumenta que:

As questões culturais são partes integrantes das vidas que levamos. Se o desenvolvimento pode ser visto como um aprimoramento de nossos padrões de vida, então os esforços voltados para o desenvolvimento dificilmente podem ignorar o mundo da cultura (SEN, 2010).

Ainda segundo Arantes (2018), a inclusão da cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável compreende as condições para que as pessoas

possam realizar todo seu potencial e enriquecer suas vidas por meio da ampliação das suas capacidades. Pensamento condizente com a visão de Celso Furtado (1998) sobre o desenvolvimento como processo de transformação social e de inclusão produtiva a partir da criatividade de suas gentes. Celso Furtado (1998) insiste que a qualidade de vida dos indivíduos não se submete necessariamente às conquistas materiais e, por isso, seria necessário avançar em um novo e ampliado projeto de economia e, por conseguinte, de desenvolvimento. Se assim fosse, como explicar que países altamente “desenvolvidos” no norte europeu possuem altas taxas de suicídio? A satisfação pessoal é uma condição para o desenvolvimento. Mas, a cultura garante a plena satisfação pessoal dos indivíduos? Depende da forma como for considerada. Não basta ter uma cidade com vasta programação e atividades culturais. A cultura deve ser entendida como promotora do desenvolvimento ao ser considerada como aquela que diferencia uma comunidade e a torna singular, compreendida ao se conceber espaços públicos que estimulem o pertencimento, utilizada como promotora de autoestima de um povo, como diferenciação de bens e produtos, como preservação da memória coletiva e salvaguarda do patrimônio, como expansão do conhecimento, deve ser acessível a todos.

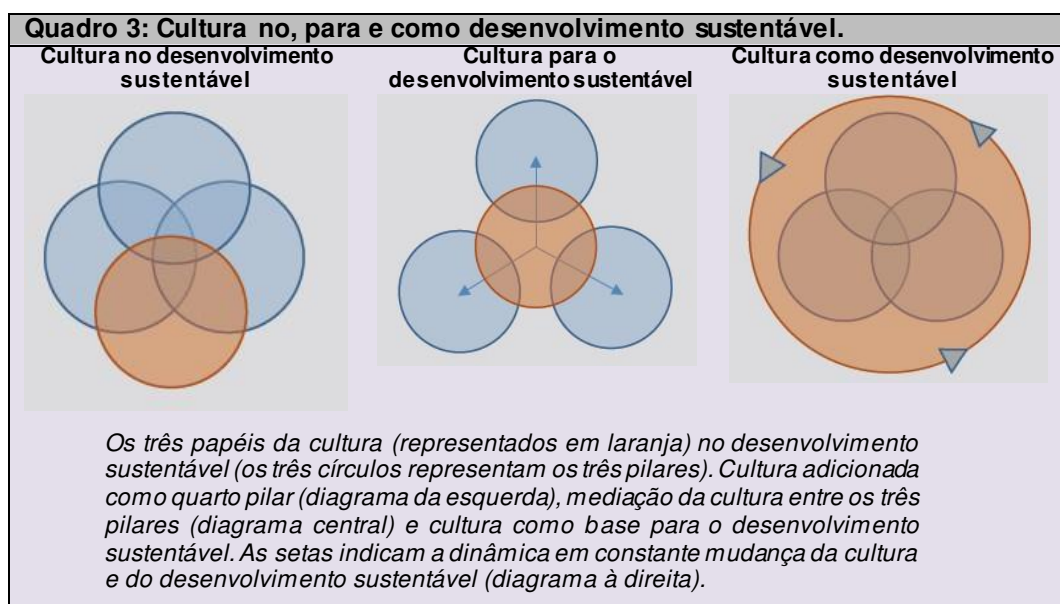
Cinco anos depois, em 2015, a ONU aprovou uma nova agenda global, a Agenda 2030, propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a finalidade de melhorar a vida das pessoas até o ano de 2030 (Figura 7). Na Agenda 2030 os objetivos são propostos de forma que seja aplicável a todos os países, levando em consideração as diferentes realidades de cada um e priorizam as três dimensões tradicionais do desenvolvimento sustentável.

Dessein (2015) aponta que há três papéis da cultura em relação ao desenvolvimento sustentável, como demonstrado no Quadro 3. Cultura no desenvolvimento sustentável, adicionada como quarto pilar. Cultura para o desenvolvimento sustentável, assim vista como mediação da cultura entre os três pilares e cultura como base do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, ao abordar o desenvolvimento cultural, Certeau diz que o conceito de desenvolvimento se opõe ao de transformações estruturais, estando atrelado a uma ideologia de continuidade. Porém, afirma que seu poder mobilizador se estende na medida em que os problemas culturais se introduzem no planejamento. Assim, para promover o desenvolvimento cultural aponta como

estratégia a identificação dos pontos que permitam intervenções concretas, podendo apenas se apoiar em experiência em curso (CERTEAU, 1995).

Diante do exposto, essa pesquisa considera que a cultura possui um papel mais dinâmico em relação ao desenvolvimento sustentável do que aquele proposto da cultura como quarto pilar. Acredita-se que o papel da cultura apresentado como base do desenvolvimento sustentável é a visão mais adequada e configura uma postura mais expandida e dinâmica, onde as mudanças da cultura acompanham as mudanças do desenvolvimento sustentável, abrangendo todas as outras três dimensões.



Quadro 3. Fonte: (DESSEIN, 2015, p. 29). Tradução livre do autor.

Aponta-se também que as cidades são notadamente a base da cultura local, da identidade, da diversidade, da memória e da criatividade e que, nesse sentido, a cultura necessita estar presente de forma mais efetiva nos processos de municipalização das políticas públicas, estratégica e transversalmente às outras dimensões do desenvolvimento, garantindo efetividade aos projetos de desenvolvimento local sustentável, proporcionando às populações o protagonismo e a retomada do sentimento de pertencimento.

Desenvolver só será possível se os indivíduos e grupos se tornarem atores do seu próprio desenvolvimento, ou seja, não há como ser imposto de fora para dentro, ao contrário, deverá conter os aspectos culturais singulares que os identifiquem. Garantir e fomentar as instâncias participativas e uma gestão compartilhada deve ser condições para o sucesso de políticas públicas que pautem a cultura como base do desenvolvimento. Se assim não for feito não poderá ser considerado

desenvolvimento sustentável.

Compreender como a cultura se insere nos ODS (Figura 7) e as conexões da cultura como estratégia de economia e agente transformador e regenerador de cidades serão tratados a seguir.

### 1.1. A Cultura nos ODS

Em 2013, a UNESCO promoveu um congresso internacional do qual surgiu a Declaração de Hangzhou, “Situar a Cultura no Centro das Políticas de Desenvolvimento Sustentável”. Nesta declaração, recomendou-se que

como parte da agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento pós-2015 seja incluído um objetivo específico focado na cultura, baseado no patrimônio, na diversidade, na criatividade e na transmissão do conhecimento, e dotado de metas e indicadores claros que vinculem a cultura a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2013, p. 6).

No mesmo ano a CGLU fazia parte da campanha #Culture2015goal que pleiteava a cultura como um dos ODS. Nesse sentido, acreditava-se que uma Agenda de Desenvolvimento não poderia ser implementada com sucesso se contemplasse apenas três pilares (econômico, social e ambiental) (CGLU et. al, 2022).

Em maio de 2014, em um documento publicado pela campanha #Culture2015goal, denominado “Declaração sobre a inclusão da cultura nos ODS” afirmava que:

- a. organizações culturais fortes, acompanhadas de participação, podem desempenhar um papel fundamental na prevenção de conflitos, promovendo o diálogo e a diversidade de expressões culturais;
- b. o desenvolvimento implica a participação na vida cultural da comunidade e o acesso às artes como direitos humanos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- c. Como quarta dimensão do desenvolvimento sustentável, a cultura é tão essencial quanto as dimensões econômica, social e ambiental; e, por isso, a salvaguarda do patrimônio, a diversidade, a criatividade e a transmissão do conhecimento são parte integrante do desenvolvimento sustentável;
- d. o desenvolvimento humano é alimentado pela criatividade, expressão criativa, artes e patrimônio cultural como meio de catarse emocional e psicológica, estimulação e exploração intelectual, celebração e transformação da condição humana em certas circunstâncias;
- e. o desenvolvimento social requer criatividade, diversidade de expressões criativas, artes e patrimônio cultural como meios de

educação, coesão social, diálogo intercultural e construção da identidade nacional (CGLU et. al, 2022, p. 7).

Desta campanha surgiu a reivindicação de que a cultura não é apenas um vetor para promover outros objetivos de desenvolvimento sustentável, mas também um fim de desenvolvimento em si mesmo. Concluindo desta forma que se faz necessário um Objetivo específico para aumentar o potencial dos recursos culturais para o desenvolvimento sustentável e alcançar o uso sustentável de longo prazo para as gerações atuais e futuras (CGLU et. al, 2022, p. 7)

Apenas 5 das 169 metas que compõem os ODS contém referência à cultura, sendo elas:

- a) Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;
- b) Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
- c) Meta 8.9: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- d) Meta 11.4: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- e) Meta 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Hosagrahar (2017) afirma que os ODS consagram uma mudança conceitual no pensamento sobre o desenvolvimento além do crescimento econômico, vislumbrando um futuro desejável que seja equitativo, inclusivo, pacífico e ambientalmente sustentável. Assim, se os ODS são agrupados em torno de

objetivos econômicos, sociais e ambientais como os três pilares do desenvolvimento sustentável, então, a cultura e a criatividade contribuem transversalmente para cada um desses pilares (UNESCO, 2017, p. 12-14).

A cultura tem um papel essencial a exercer no ODS 11: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A ênfase em cidades centradas nas pessoas contribuiu para o desenvolvimento da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas (2016). No contexto da Agenda 2030, o papel da cultura para o desenvolvimento sustentável e para a construção de cidades sustentáveis é crucial. Em ambientes urbanos a cultura e a humanidade estão enraizadas como um denominador comum (UNESCO, 2016), como abordado mais adiante no tópico Cultura e Regeneração Urbana.

Há controvérsias sobre incluir a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, apontado por alguns atores que não concordam em diferenciá-la do social e do ambiental. No entanto, há abordagens que sugerem que apenas um quarto pilar cultural seria capaz de reconectar e empoderar os outros três pilares.

A comunidade internacional constatou que a cultura contribui efetivamente para políticas, estratégias e programas que visam o desenvolvimento econômico e social inclusivo, a sustentabilidade ambiental, a harmonia, a paz e a segurança. A cultura é um motor e um meio de desenvolvimento sustentável (CGLU et. al, 2014).

Nesse sentido, a Campaña Culture 2030 Goal "Um Objetivo Cultural é essencial para o nosso futuro comum" (CGLU et. al, 2022) sugere novos objetivos possíveis incluindo a cultura, como consta no Quadro 4:

<b>Quadro 4 – novos ODS possíveis incluindo a cultura</b>
1. Garantir o exercício dos direitos culturais para todas as pessoas, promovendo o acesso e participação inclusiva na vida cultural, a criatividade e a diversidade de expressões culturais, especialmente para mulheres, meninos e meninas, idosos, pessoas com deficiência e populações vulneráveis.
2. Promover uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.
3. Proteger e salvaguardar todas as formas de patrimônio, aproveitando-o como recurso para o desenvolvimento sustentável, através das convenções existentes e outros quadros políticos, bem como de novos mecanismos que se considerem adequados.
4. Proteger e promover a diversidade das expressões culturais para fortalecer a criatividade e a capacidade de desenvolvimento de indivíduos e comunidades, por meio de convenções existentes e novos mecanismos que sejam apropriados.
5. Na concepção e implementação de políticas sobre indústrias culturais e criativas, turismo sustentável e tecnologias digitais, cultura e produtos locais, os direitos econômicos e sociais de artistas e profissionais da cultura devem ser promovidos, a liberdade artística e desenvolver e implementar ferramentas de monitoramento adequadas.
6. Melhorar as condições legais e oportunidades práticas para a mobilidade de profissionais culturais e criativos transfronteiriços na criação de bens, serviços e práticas culturais

através da colaboração internacional de diferentes partes interessadas.
7. Empoderar os povos indígenas para fortalecer suas próprias instituições, culturas e idiomas, e buscar seu desenvolvimento de acordo com suas próprias necessidades e aspirações.
8. Desenvolver uma abordagem cultural para a proteção ambiental e urbanização sustentável, incluindo planejamento territorial, gestão ambiental, bem como a proteção da biodiversidade, agricultura e gestão de áreas naturais por meio do patrimônio, culturas e conhecimentos locais, criatividade e artes. a. Fortalecer as instituições culturais, também por meio da cooperação internacional, e desenvolver capacidades em todos os níveis para garantir o exercício dos direitos culturais e manter o pluralismo cultural. b. Garantir, por meio da colaboração entre as partes interessadas, que as considerações culturais sejam levadas em consideração em todos os objetivos de desenvolvimento internacional, desde o início e ao longo de todos os processos de formulação de políticas, envolvendo os atores interessados no setor cultural, estejam ou não associados a objetivos culturais existentes.

Quadro 4. Fonte: Campaña Culture 2030 Goal "Um Objetivo Cultural é essencial para o nosso futuro comum" (CGLU et. al, 2022)

No documento elaborado em 2014, denominado “Un objetivo ‘cultura’ en la agenda de desarrollo post-2015” (CGLU et. al, 2014) foi sugerido um objetivo que contivesse explicitamente a cultura em seu cerne: garantir a sustentabilidade da cultura para o bem estar de todos.

Para além de propor um objetivo cultura, faz-se necessário compreender que a cultura tem papel fundamental para que os outros objetivos possam ser concretizados. É através dela e do respeito à diversidade cultural que é possível promover a compreensão intercultural, a tolerância e o respeito mútuo, reconhecendo ao mesmo tempo a diversidade natural e cultural do mundo (CGLU et. al, 2015).

Sendo assim

A cultura, base das sociedades humanas e veículo de formação e transmissão da sua identidade, perpassa cada um dos objetivos e metas contidos na Agenda 2030. Por isso, apesar de não ter sido consagrado um ODS específico para a cultura, é presente de forma transversal em objetivos relacionados com a educação, a concretização de cidades sustentáveis, a segurança alimentar, a proteção ambiental, o crescimento económico sustentável ou o fortalecimento de sociedades inclusivas e pacíficas (REDS, 2022, p. 14)

Embora nenhum dos objetivos seja direcionado especificamente à cultura, seu papel é considerado um fator-chave para a implementação da Agenda 2030 como um todo, conforme reitera Jyoti Hosagrahar (2017), arquiteta e Diretora de Criatividade no Setor de Cultura da UNESCO ao mencionar que

a cultura é quem nós somos e o que molda a nossa identidade.  
Colocar a cultura no coração das políticas de desenvolvimento é a

única forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo” (UNESCO, 2017).

A salvaguarda e a promoção da cultura contribuem de forma direta para muitos dos ODS (Figura 7), como, por exemplo, os que tratam de questões como cidades seguras e sustentáveis, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero, e sociedades pacíficas e inclusivas.



Figura 7: 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Fonte: ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acessado em 02/02/2019.

Com relação ao município de Muriaé, buscou-se informações no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil que pretende ser uma ferramenta de gestão pública para que os municípios possam acompanhar seu desempenho em relação aos ODS, e assim, poder estabelecer metas e indicadores para que possam melhorar seus resultados (Figuras 8 e 9).

Embora nenhum dos indicadores se reporte diretamente à cultura, os ODS que têm relação com a Cultura (ODS 4, 8, 11 e 12) estão com avaliação entre média e alta (Figuras 8 e 9).



Figura 8: Visão geral da avaliação de Muriaé em relação aos ODS. Disponível em: <<https://idsc.cidades sustentaveis.org.br/profiles/3143906/>>. Acessado em 08/02/2024.

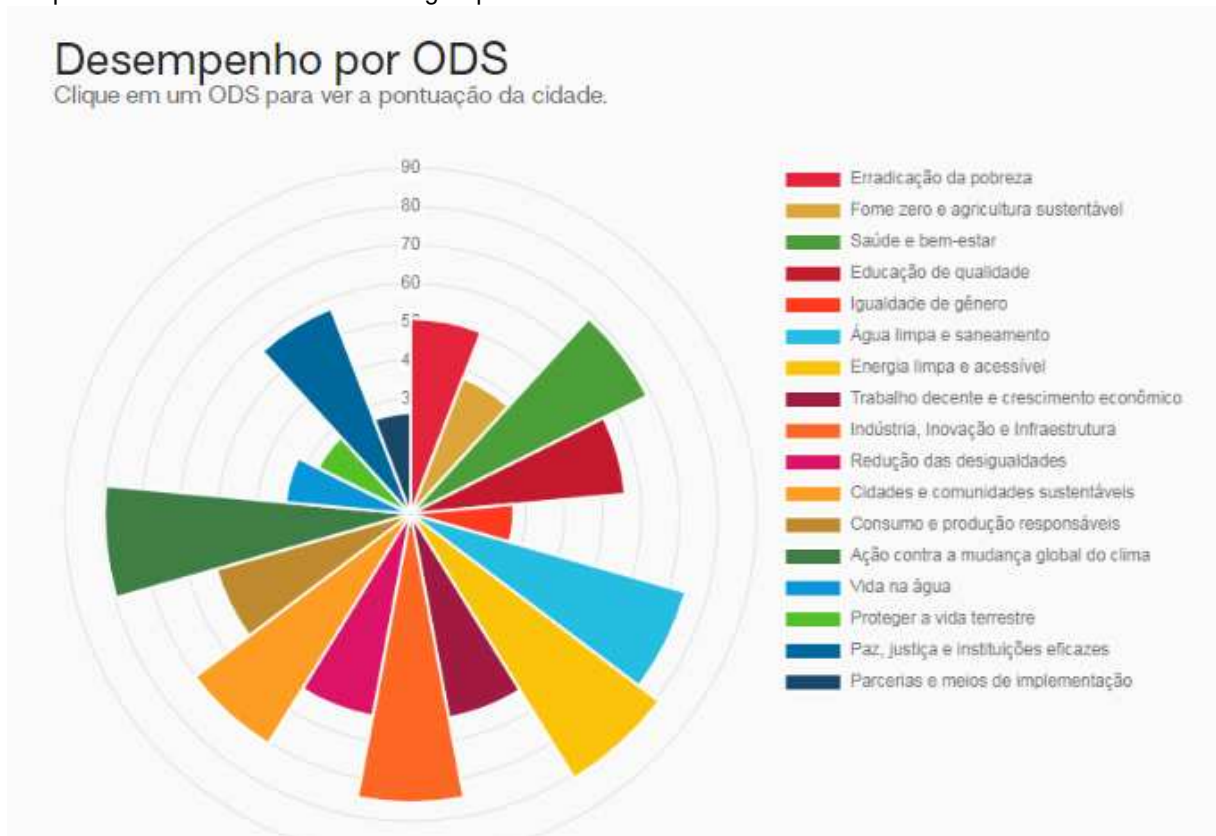


Figura 9: Radar dos ODS de Muriaé. Disponível em: <<https://idsc.cidades sustentaveis.org.br/profiles/3143906/performance/>>. Acessado em 08/02/2024.

## 1.2. Cultura e Economia

No documento Cultura 21: Ações ao qual o programa CP 21 se reporta, um dos fatores culturais do desenvolvimento sustentável aborda que os bens e serviços culturais, diferentemente de outros, transmitem sentidos, significados e identidade. Considera ainda que a redução da cultura ao valor econômico limita a sua

capacidade de transformação social (CGLU, 2015, p.12).

“Cultura e economia” é um dos eixos norteadores constantes nesse documento, presente nas medidas piloto propostas para Muriaé. Nesse sentido, o objetivo deste tópico é relacionar as conexões entre cultura e economia no âmbito do desenvolvimento sustentável e como essa conexão se dá no campo das cidades. Para tanto, buscou-se referenciar a cultura como aquela que traduz valores simbólicos e ressalta as singularidades locais, fomentando a diversidade cultural; e não aquela cultura de massa produzida e distribuída pela economia globalizada.

Em 2004, a CGLU, elaborou o documento intitulado *Agenda 21 da Cultura* o qual propôs a adição da cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável. Porém, a UNESCO em seu Relatório da Economia Criativa (2013) argumenta de forma mais ambiciosa que a cultura não deve ser apenas o quarto pilar, mas o pilar central, seguindo o pensamento do economista caribenho Keith Nurse. Dessa forma, em torno deste pilar central, a cultura, estão os outros três: o econômico, o social e o ambiental. As manifestações culturais, nesta perspectiva são vistas como facilitadora do processo de desenvolvimento (UNESCO, 2013, p.51).

Esse Relatório da Economia Criativa (UNESCO, 2013) recomenda cautela com as afirmações de que as indústrias culturais e criativas contribuem, elas próprias, para processos, como a erradicação da pobreza, a busca de sustentabilidade ou a meta de crescimento com equidade, incluindo equidade de gênero. Enquanto bens e serviços culturais contribuem para a renda e emprego de forma cada vez mais significativa, outros setores podem fazê-lo igualmente bem, se não melhor. O florescimento da cultura traz outros benefícios não materiais. São esses benefícios que se devem reconhecer e promover como desenvolvimento.

O Ministério da Cultura, através da Secretaria da Economia Criativa determinou, no ano de 2010 em seu Plano da Economia Criativa, os princípios norteadores da economia criativa como sendo a diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social. Assim sendo, definiu que a Economia Criativa somente seria desenvolvida adequadamente, no Brasil, se incorporasse a importância da diversidade cultural, a sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e a inclusão social como parte de uma economia solidária (MINC, 2012, p. 33). O Plano propõe uma visão da economia criativa mais próxima da realidade do Brasil, como alternativa e oportunidade de geração de riquezas em um país instável

economicamente, e com poucos investimentos em ciência e tecnologia.

Segundo propõe Ana Carla Reis (2008), doutora em urbanismo e conhecida defensora da economia criativa e da cidade criativa, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a economia criativa envolve governo, setor privado e sociedade civil, em um programa que utiliza a criatividade para se inspirar nos valores culturais intangíveis de um povo, gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços de valor simultaneamente simbólico e econômico (REIS, 2008).

Paglioto (2016) questiona se o conceito de desenvolvimento humano e sustentável seria suficiente para tratar a relação entre cultura e economia e como as políticas de desenvolvimento e de cultura podem gerar resultados que superem os alcançados até então, relatando que as posições mais atuais das Nações Unidas propõem políticas de promoção do desenvolvimento pautadas pela Economia Criativa (PAGLIOTO, 2016, p. 34).

Tanto Reis (2012) quanto Deheinzelin (2012) defendem a ideia de que a Economia Criativa vista como estratégia de desenvolvimento está pautada no valor agregado dos ativos intangíveis, formados pela criatividade e recursos culturais, que diferentemente da economia formal baseada em recursos finitos, são percebidos como ativos abundantes e exponenciais. Paglioto (2016) então afirma que a interação de aspectos econômicos, culturais, sociais e destes com a tecnologia, a propriedade intelectual e o turismo permitiriam gestar estratégias que demandam pouco investimento e se conectam à economia global (PAGLIOTO, 2016, p. 35). Como relatado, considerando o cenário brasileiro e, mais especificamente, as cidades brasileiras, investir na Economia Criativa deverá considerar a questão da criatividade mais próxima à cultura, pela sua capacidade de gerar valor agregado aos bens e serviços dessa nova economia, sem que para isso seja demandado muitos investimentos, como por exemplo, investir em turismo de experiência, em capacitação dos atores envolvidos (artistas, artesãos, prestadores de serviços), em políticas que estimulem as vocações e singularidades locais.

David Throsby, economista australiano especialista em economia da cultura, corrobora com o que foi analisado no início desse capítulo ao alertar, já em 2001, para o fato de que:

Os economistas têm dedicado pouca atenção ao papel da cultura no desenvolvimento econômico, seja ao contextualizar o processo de crescimento no mundo em desenvolvimento ou ao influir mais diretamente nos resultados econômicos dos países desenvolvidos.

Há provas de que esses paradigmas tradicionais estão mudando. Em anos recentes despertou-se interesse considerável pela noção de que, longe de ser periférica ao desenvolvimento econômico, a cultura é inextricável e central a ele, oferecendo tanto o contexto no qual o progresso econômico ocorre, quanto o próprio objeto de desenvolvimento, quando vista sob a perspectiva das necessidades individuais (THROSBY, 2001, p. 164)

Partilha de uma visão semelhante, o documento Cultura 21: Ações (CGLU, 2015, p. 26), em um dos seus eixos norteadores que diz que, para ser sustentável, a economia deve analisar os valores que a inspiram e considerar os recursos culturais do ambiente no qual se desenvolve, que as atividades culturais são um fator importante do desenvolvimento econômico integral e sustentável e permitem renovar e criar novas atividades econômicas, promovem o empreendedorismo, o acesso ao emprego e a inserção social, constituem um fator importante de atração para os territórios e favorecem o desenvolvimento turístico.

O documento ainda orienta que as práticas baseadas na contribuição, na reciprocidade, na troca e na doação devem ser tomadas em consideração no desenvolvimento de modelos econômicos conscientes da dimensão cultural do desenvolvimento e que o ecossistema cultural deve ser considerado nas suas associações e relacionamentos com outras dimensões do desenvolvimento sustentável (CGLU, 2015, p. 26). Nesse aspecto, a cultura permeia as outras dimensões do desenvolvimento.

Ainda sobre as conexões entre economia e desenvolvimento, o Relatório de Economia Criativa (2013) diz que “ser capaz de gerar ou acessar os benefícios econômicos e não-monetários da economia criativa deve ser levado em conta entre as liberdades instrumentais que são essenciais para o desenvolvimento centrado nas pessoas” (UNESCO, 2013, p. 52). Ainda aponta que além de suas características intrínsecas, a cultura passou a ser vista como uma nova dimensão da economia mundial e que isso a coloca na base das atividades da economia criativa. Baseada em ativos intangíveis, e não monetários, a economia criativa reúne atividades até então não organizadas e estruturadas como um setor econômico. Nela, a cultura é responsável por interconectar tecnologia e arte, unir a capacidade criativa, contribui para a formação de um ambiente criativo, aberto a novas ideias e conexões que, por sua vez, será desencadeador de inovações e de novas propostas para aprimorar a qualidade de vida urbana.

Essas ideias também são defendidas por Landry e Reis, ao abordarem sobre

a cidade criativa como aquela onde podem ser identificadas características, entre elas o papel da cultura e a Economia Criativa, que promovem um ambiente criativo e inovador, no sentido de estar em processo constante de reinvenção, que serão abordados mais adiante.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2008, coordenada por Edna Duisenberg, a economia criativa aparece como uma mudança das estratégias de desenvolvimento mais convencionais para uma abordagem multidisciplinar, que lida com a interface entre a economia, a cultura e a tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado. A UNCTAD (2008) adota a definição de que a economia criativa tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Ao abarcar aspectos econômicos, culturais, tecnológicos e sociais, a economia criativa tem ligações entrelaçadas com a economia geral nos níveis macro e micro, por isso, a dimensão de desenvolvimento (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 58).

Assim, a economia criativa deve ser compreendida de acordo com a emergência da temática as expressões mais potentes do enlace entre cultura e economia.

O Relatório de Economia Criativa de 2010 da UNCTAD aborda as múltiplas dimensões da economia criativa destacando os aspectos econômicos, sociais e culturais. Sobre os aspectos culturais afirma que a economia criativa valoriza as singularidades e tradições comuns que identificam e unem uma comunidade (UNCTAD, 2010, p. 25).

A diversidade é uma dimensão cultural da economia, já que com o processo de globalização, é ela que incorpora a singularidade das identidades de várias sociedades, como destacada na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (UNESCO, 2001). Nesse sentido é possível argumentar que a diversidade cultural é um fator importante na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural e que as indústrias culturais são essenciais à conquista dos benefícios da diversidade cultural. Esse argumento também foi enfatizado no Relatório Mundial da Unesco Investindo em Diversidade Cultural e Diálogo Intercultural (UNESCO, 2009), a diversidade cultural é uma dimensão crucial para o desenvolvimento sustentável e

para a paz.

Sobre a globalização, Celso Furtado (1998) aponta como objetivo estratégico assegurar um desenvolvimento:

que se traduza em enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões e permita contribuir com criatividade própria para a civilização que se mundializa. No fundo está o desejo de preservar a própria identidade na aventura comum do processo civilizatório (FURTADO, 1998, p. 54).

A Economia Criativa ao investir na diversidade cultural, naquilo que é singular, de certa forma, contribui para a preservação da identidade local, e protege dos efeitos da globalização que reproduz modelos padronizados reduzindo seu valor de mercado.

De acordo com Reis (2012) a economia criativa como estratégia de desenvolvimento que concilia benefícios econômicos, ambientais, culturais e sociais, deve considerar a criação e a comercialização de bens, serviços e manifestações criativos com alto componente cultural, incluindo seus tangenciamentos com o turismo e atividades locais; e a agregação de valor aos bens e serviços econômicos (REIS, 2012, p. 44).

Ana Carla Fonseca Reis diz ainda que:

(...) para sustentar a proposta de promoção de desenvolvimento econômico-social tendo por epicentro o investimento em cultura, é necessário pincelar cinco de suas características básicas (...): sustentabilidade, transversalidade, promoção de uma política pública integrada, revisão do papel do setor privado e ampliação dos indicadores econômicos em indicadores de desenvolvimento (REIS, 2008, p. 220).

No âmbito dos ODS, a cultura e sua relação com a economia aparecem intrinsecamente em vários objetivos e metas. As indústrias criativas e a infraestrutura cultural são apontados como recursos valiosos para produzir meios de subsistência, fortalecendo o comércio de bens e serviços culturais e impulsionando os mercados locais e nacionais, oferecendo oportunidades de emprego em trabalhos decentes (Metas 8.3 e 8.5 do ODS 8)<sup>9</sup> e promovendo a produção local.

---

<sup>9</sup> ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Meta 8.3: promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. Meta 8.5: é 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>, acessado em 31/12/2018.

As políticas culturais que promovem tratamento preferencial no comércio de bens produzidos localmente contribuem para “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (ODS 10)<sup>10</sup>.

Dentre essas metas e ODS apresentados, bem como os aspectos referenciados sobre a relação da cultura e economia levando em consideração o desenvolvimento sustentável, trouxeram à tona o componente “local” como o lugar onde a diversidade cultural se manifesta e a importância de ser preservar sua singularidade e identidade que agrega valor aos ativos intangíveis, base da Economia Criativa.

A diversidade cultural fortalece o mercado local, gerando oportunidade de emprego e renda, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, com incontáveis crises econômicas. É fundamental, portanto, investir em políticas públicas que criem condições para promoção do desenvolvimento local sustentável.

Nesse aspecto, esta pesquisa reconhece esse componente “local” como sendo as cidades e considera, assim como o apontado no Relatório de Economia Criativa (2013), as cidades como campo de atuação da economia criativa (UNESCO, 2013, p. 32).

A relação entre cultura e cidade será abordado no tópico a seguir, à luz dos conceitos da cidade criativa.

### **1.3. Cultura e Cidade Criativa**

De acordo com o Relatório de Economia Criativa da UNESCO (2013) as cidades são um terreno privilegiado, funcionando como um campo criativo, por sua diversidade de atividade econômica e social no espaço urbano. São lugares da cultura, da criação, da produção, da distribuição e do consumo.

Charles Landry, inventor do conceito de Cidade Criativa no final dos anos 1980, diz que a cultura é um dos recursos mais importantes da cidade criativa, pois “nos ajuda a entender de onde um lugar vem, por que ele está como está e como pode criar seu futuro, por meio de seus valores” (REIS, KAGEYAMA, 2011, p. 15).

Reis (2012) considera que uma cidade criativa é aquela que se caracteriza por estar em permanente processo de inovação, apresentar conexões das mais diversas

---

<sup>10</sup> ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>, acessado em 31/12/2018.

ordens, e ter na cultura grande fonte de criatividade e diferenciação econômica e urbana (REIS, 2012, p. 77). Em linhas gerais, pode ser identificada como uma cidade em permanente estado de transformação, que tem uma cultura própria, abundância de inovações e múltiplas conexões. A cultura na cidade criativa é o elemento fundamental para garantir a diferenciação e a permanência das mudanças. Aponta, ainda que dentre as características essenciais de uma cidade que se pretende criativa, destacam-se aquelas:

- a) onde há uma supremacia dos valores intangíveis calcados na cultura por sua singularidade e inovação;
- b) que são um destino atraente para profissionais qualificados e um local favorável à retenção e promoção de talentos locais;
- c) que oferecem espaços públicos para encontros, trocas, expressões;
- d) que possuem uma governança compartilhada, sendo fundamental a implementação de planos estratégicos;
- e) que apresentam-se em constante transformação (REIS, 2012, p. 74).

Em seu livro “Cidades Criativas”, Reis (2012) diz que se entendida como parte integrante de um processo de transformação urbana, a cultura é condição necessária, mas não a única. Nesse sentido a cidade criativa pressupõe valorização das singularidades locais e busca tornar-se um lugar melhor para as pessoas. A cultura é a responsável por dar-lhe singularidade, gerando impactos econômicos e benefícios sociais como autoestima e coesão, favorecendo um ambiente criativo (REIS, 2012, p. 77).

Landry (2013) sugere que a cultura deve moldar as características técnicas do planejamento e do desenvolvimento urbanos e que esse foco transfere a atenção para o que é diferente e único em um lugar. O papel da cultura na cidade criativa passa por várias imbricações de cunho: simbólico, no que diz respeito à identidade e à coesão social; econômico, como impacto econômico; turístico, como componente de atratividade; urbano, possibilitando a formação de um ambiente criativo e inovador.

Lerner (2011) observa que nem toda cidade é criativa, mas qualquer cidade poderia se tornar criativa. E para que isso aconteça, faz-se necessário empreender um processo de reestruturação da qualidade de vida urbana estruturado no tripé: sustentabilidade, mobilidade e solidariedade, sem perder de vista outros fatores

relevantes como a diversidade, a identidade, a autoestima e o sentimento de pertencimento, cuja função primordial é ampliar as conexões entre as pessoas e seu ambiente urbano (LERNER, 2011, p. 39).

A cidade criativa, portanto, é uma cidade em permanente estado de transformação, que se reinventa constantemente e é capaz de buscar soluções alternativas, posto que é inovadora. Pode-se dizer, então, que uma cidade criativa possui as características de ser uma cidade resiliente como apontado no ODS 11<sup>11</sup>.

A seguir, será analisado como a cultura é um ingrediente comum em vários processos de regeneração e de transformação urbana e como se relaciona com o desenvolvimento local sustentável. Para tanto, serão referenciados o Relatório Mundial da UNESCO Cultura: Futuro Urbano (2016) e a Nova Agenda Urbana (2016).

#### **1.4. Cultura e Regeneração Urbana**

A relação entre cultura, planejamento urbano e espaços públicos é um dos eixos de ação do documento Cultura 21: Ações, no qual a CP 21 Muriaé propõe algumas medidas piloto, como demonstrado no terceiro capítulo.

Sobre essa relação, o documento considera que o território é uma construção social, que reflete a história, a identidade e os valores da população que nele habita. O território contém uma dimensão cultural que se manifesta nos saberes, fazeres e nos costumes dos cidadãos, no patrimônio, na arquitetura, na paisagem, no relacionamento com o meio natural e na ordenação do espaço. Assim, Cultura 21: Ações aponta que o planejamento urbano e os espaços públicos são básicos para a sustentabilidade das cidades e que

um planejamento urbano que não considera explicitamente os fatores culturais tem efeitos negativos na preservação do patrimônio, impede o exercício da memória, da criatividade e da coexistência, promove a homogeneização e limita as oportunidades para aceder e participar na vida cultural (CGLU, 2015, p. 30)

A Nova Agenda Urbana (2016) aponta que até 2050 “espera-se que a população urbana quase duplique fazendo da urbanização uma das mais transformadoras tendências do Século XXI” (ONU, 2016). No Brasil, no censo populacional de 2010 revelou que mais de 84% da população total vivem em

---

<sup>11</sup> ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>, acessado em 31/12/2018.

idades<sup>12</sup>.

Nesse panorama, Hyslop (2014) faz a seguinte reflexão, “a urbanização não significa necessariamente que todas as cidades irão crescer e prosperar; as cidades bem-sucedidas serão aquelas que oferecerem os melhores serviços, conforto e qualidade de vida para seus cidadãos e comunidades” (HYSLOP, 2014,p. 122).

As cidades enfrentam uma série de desafios complexos e será preciso lançar mão de novas parcerias e de modelos dinâmicos, inovadores e criativos para que comunidades tenham acesso a serviços de qualidade, um meio ambiente saudável e boa qualidade de vida em geral. Entendendo-se que não se define comunidade como um grupo diversificado de pessoas que vivem no mesmo bairro, mas formada por pessoas que vivem, trabalham, e se conectam com outras comunidades por meio da família e de amigos em outras partes do mundo. Ou seja, cada vez mais as pessoas se sentem pertencidas a muitas comunidades. Uma pessoa pode participar de várias comunidades ou grupos ao mesmo tempo, tais como família, amigos de infância, trabalho, de interesses específicos em comum como: religião, esporte, estudo, etc.

Sob essa ótica, evidencia-se a importância das pessoas para a cidade, “porque criativa, inteligente ou educadora não é a cidade; são (ou não) as pessoas que nela residem” (FONSECA, 2014, p.105). Uma cidade centrada nas pessoas deve ser um espaço centrado na cultura como apontado no relatório mundial Cultura: Futuro Urbano, que elenca uma série de recomendações de como tornar isso possível, abordadas mais adiante (UNESCO, 2016).

Ressalta-se que a cultura ocupa um lugar central na renovação e na inovação urbana e é um recurso estratégico para a criação de cidades mais inclusivas, criativas e sustentáveis e podem promover o diálogo entre comunidades diversas. As cidades não existiriam como espaços dinâmicos sem a cultura; é a cultura que define a cidade. É a cultura que identifica as pessoas coletivamente e a cidade é “o lugar da memória coletiva” como referido pelo arquiteto Aldo Rossi em seu livro A Arquitetura da Cidade (1966).

Assim, a cultura, em suas múltiplas expressões como patrimônio cultural, indústrias criativas e turismo cultural, tem um papel essencial como facilitadora do desenvolvimento sustentável e como uma das condições chave para alcançar o

---

<sup>12</sup> IBGE, Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>, acessado em 02/01/2019.

ODS 11: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015).

Ainda sobre a relação da cultura com a cidade, Ana Carla Fonseca<sup>13</sup> (2014) relata que deve ater-se a três vieses: cultura como identidade urbana, cultura como impacto econômico, cultura como ambiente propício à reinvenção urbana (FONSECA, 2014, p. 105).

No primeiro viés, cultura como identidade urbana, Fonseca (2014) ressalta que, valer-se da cultura da cidade como estratégia de regeneração urbana requer o reencontro das várias identidades desse espaço que geram uma verdadeira base de cultura de pertencimento. Nesse viés, pode-se ter como exemplo cidades históricas mineiras, como Ouro Preto que ainda possuem moradores locais habitando antigos casarões coloniais, juntamente com comércio, prédios culturais e serviços de apoio ao turismo, mantendo a vida dinâmica em harmonia com o núcleo histórico preservado. Em contraponto há cidades que embora mantenham preservados seus centros históricos, os moradores locais não vivem mais ali, sendo expulsos para bairros periféricos devido à especulação imobiliária, configurando num processo de gentrificação, como em Tiradentes. Considera-se que a cultura pode servir como ferramenta para promover a compreensão e a tolerância entre as pessoas, com o fim de facilitar a convivência de populações cada vez mais multiculturais nas cidades. Espaços multiculturais, com várias identidades, ou nacionalidades, convivendo harmonicamente, configuram em espaços de identidade urbana dinâmicos e são cada vez mais comuns nas cidades, principalmente as que recebem muitos migrantes.

No segundo viés, cultura como impacto econômico, a contribuição da cultura para a regeneração urbana se dá por meio do impacto econômico dos bens e serviços culturais, como eventos culturais que impactam diretamente nos territórios onde se realizam. Em Muriaé, há um festival de gastronomia realizado no distrito de Pirapanema desde 2011 que vem promovendo o crescimento do pequeno distrito, crescimento este que possui aspectos positivos, como melhoria da infraestrutura urbana, e aspectos negativos, como crescimento desordenado de casas que vem descaracterizando a arquitetura e a paisagem local (NEVES, 2014). Projetos dessa natureza não terão sucesso se houver falta de compromisso do setor público e

---

<sup>13</sup> Nesse artigo Ana Carla não assina seu sobrenome Reis, sendo referenciada como Fonseca.

pouco engajamento da comunidade, como o ocorrido com o Polo Cinematográfico de Paulínia. Para ter êxito é necessário que a transformação urbana aconteça de dentro para fora.

Sob o terceiro viés, cultura como ambiente propício à reinvenção urbana, Fonseca afirma que:

No afã de atrair talentos, investidores e turistas, muitas cidades desferem um golpe brutal sobre seus habitantes: relegam-nos a segundo plano. Estes cedem passo a estratégias de city marketing<sup>14</sup>, que não raro se desmancham no ar; ou ao turista, que passa a tudo poder em terra alheia (FONSECA, 2014, p. 110).

Para tanto, criar um ambiente propício à reinvenção urbana depende da interação com o espaço público e da oferta cultural que envolva os cidadãos, podendo recorrer ao lúdico, incentivar movimentos coletivos, mapear singularidades e promover a capacidade dos cidadãos de imaginar uma nova cidade possível.

Richard Florida (2010) discorre sobre a relação do urbanismo como inovação, relatando que os momentos históricos que marcam as transformações urbanas são denominados como “os Grandes Recomeços” (FLORIDA, 2010, p.19). Estes são definidos pela inovação, mas também por deslocamentos de pessoas e talentos que são essenciais para criar um novo cenário. As cidades podem progredir ou regredir dependendo da habilidade para atrair e reter talentos. Isso é mais comum naquelas capazes de se antecipar às crises e nas mais abertas às mudanças.

No entanto, a crítica mais comum contra a revitalização cultural é de que ela consistiria em uma forma de gentrificação. Esse perigo é real se os modelos de revitalização movidos pela cultura forem implementados de maneira isolada, sem participação de seus principais atores. Em outras palavras, Miles (2014) alerta que

a sociedade urbana informacional global em que vivemos está ampliando diferenças de classe. Na melhor das possibilidades, a revitalização movida pela cultura serve de meio para equilibrar essa tendência; na pior, é capaz de agravá-la (MILES, 2014, p. 128).

As estratégias para revitalizar espaços por meio da cultura sofrem o risco constante de promover mais a gentrificação e a exclusão social do que a inclusão econômica e cultural, especialmente se estiverem preocupados em satisfazer as necessidades do mercado, industrializando a criatividade de forma que seja lucrativa para o consumo.

---

<sup>14</sup> Adota-se o conceito de *city marketing* (ou marketing urbano) de Sánchez (2010) que é entendido como um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades, onde os governos municipais transformam a cidade em imagem publicitária (SÁNCHEZ, 2010, p. 55-58).

Ao discorrer sobre o Tate Modern<sup>15</sup>, Hyslop (2014) analisa outros projetos de regeneração urbana como o Guggenheim de Bilbao e outros localizados no Reino Unido, como BALTIC (Gateshead) e o Imperial War Museum North (Salford), dentre outros<sup>16</sup>. Alguns dos projetos situados no Reino Unido fracassaram, como o Sheffield's National Pop Museum e o URBIS, em Manchester, ambos fechados. No entanto, a maior parte deles conseguiu, pelo menos de início, impulsionar o turismo, potencializar o valor cultural e estimular o desenvolvimento motivado pelo mercado (HYSLOP, 2014, p. 116). Nos projetos mais consolidados pode-se verificar uma série de fases nem sempre movidas pela cultura, mas que se originaram a partir de um investimento cultural. Particularmente no caso de Bilbao, há que se considerar que a regeneração urbana foi baseada em um projeto de arquitetura icônica, que tem como objetivo promover um território para um mercado mundial de cidades.

Para que a cultura estimule novas estratégias no desenvolvimento de cidades, é necessário adotar um “modelo social” no qual se preserve as características culturais únicas do lugar, conciliando as necessidades divergentes dos moradores, trabalhadores e visitantes, ou seja, as oportunidades trazidas pela revitalização do lugar não devem ser impostas sobre as comunidades estabelecidas na área. Dessa forma, requer estratégias de envolvimento contínuo e participação ativa dos vários atores através do diálogo para a formação de um espírito de responsabilidade local e sentimento de pertencimento.

Miles (2014) acrescenta que

A revitalização movida pela cultura não é uma solução absoluta para os problemas de desindustrialização e os desafios de desenvolvimento. Sua aplicabilidade depende do grau em que pode ser adaptada às circunstâncias locais e da extensão do comprometimento com uma mudança genuína, e não apenas simbólica. Para esse fim, o processo pelo qual uma política de revitalização movida pela cultura é implantada é tão importante quanto seu produto final (MILES, 2014, p. 125).

Ainda segundo Miles (2014) para que a revitalização movida pela cultura seja

---

<sup>15</sup> Primeiro museu nacional dedicado à arte moderna e contemporânea do Reino Unido, inaugurado no início dos anos 2000.

<sup>16</sup> O Centro BALTIC de Arte Contemporânea (2002), numa antiga fábrica de farinha, projetado como parte do programa elaborado para recuperar o seu cais. O programa é considerado uma das histórias de sucesso do Reino Unido na remodelagem urbana orientada pela cultura e também incluiu o centro SAGE de Norman Foster e a ponte Gateshead Millennium. O Imperial War Museum (IWM) do Norte, projetado por Daniel Libeskind, inaugurado em 2002 como parte da revitalização da antiga zona portuária de Manchester, foi um dos primeiros projetos de revitalização da Grã-Bretanha; hoje a área é também lar do Lowry (complexo formado por um teatro/galeria) e do MediaCityUK (um dos maiores parques midiáticos da Europa).

efetiva, ela precisa estar atenta à sua capacidade de inclusão e que os gestores precisam ser realistas quanto à elegibilidade dos lugares em que estão investindo emocional e economicamente, visto que os investimentos em cultura não resolvem todos os problemas e nem todas as cidades têm condições apropriadas para possibilitar uma intervenção cultural de sucesso. Alerta, sobretudo, sobre o problema dos investimentos culturais de grande escala, pois são vivenciados de maneira muito diferente por grupos sociais distintos.

O sucesso de um empreendimento, ou projeto, de revitalização urbana depende de circunstâncias culturais particulares e depende não apenas de sua viabilidade econômica e de sua necessidade cultural, mas também da capacidade desse empreendimento de se adequar ao contexto cultural mais amplo em que está inserido (MILES, 2014, p. 126).

Portanto, para Miles (2014) a revitalização movida pela cultura deve fortalecer as identidades existentes, e não deve criar novas identidades. A identificação de uma população com o lugar e o orgulho de pertencer a esse lugar e de compartilhar seu patrimônio cultural (não apenas sua história), representa “uma força cultural poderosa capaz, por si só, de efetuar mudanças específicas regional/ localmente” (MILES, 2014, p. 128). Sobretudo, faz-se necessário compreender que identidades locais devem ser reconhecidas como fruto de um processo fluido e não têm uma natureza estagnada, ou seja, não devem ser associadas a uma localidade específica apenas porque ocorrem nela.

Nesse sentido, chega-se ao entendimento que o pior defeito de uma revitalização movida pela cultura é pressupor que os lugares são neutros e que repetir modelos de revitalização trarão os mesmos resultados se replicados. Essas identidades prontas reduzem a cultura local a uma única visão para atender as aspirações e desejos de uma elite consumidora, investidores e turistas e, não raro, excluem os menos favorecidos da população, como, por exemplo, a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro que teve como objetivo atrair novos investidores e turistas, excluindo do processo a população local.

O sucesso de iniciativas de revitalização movida pela cultura depende “de uma sensibilidade cultural que seja muito mais sofisticada do que uma visão puramente econômica, a qual tem o perigo de interpretar mal os sentidos diversos que os grupos sociais podem atribuir a espaços e lugares” (MILES, 2014, p. 131).

Na produção do espaço, a cultura assume o papel do simbólico na relação

entre reestruturação do espaço e construção de identidades. “As políticas culturais de lugares vêm sendo alinhadas cada vez mais às políticas econômicas” (SÁNCHEZ, 2010, p.112) e o poder das representações é fundamental aos processos de reinvenção de lugares.

A questão a ser abordada é como a cultura é utilizada nos projetos de regeneração / revitalização / renovação urbana, se apenas como um investimento para atrair turistas e como marketing urbano ou como ferramenta de planejamento urbano que promove os espaços públicos para as pessoas que vivem nas cidades. Normalmente esses projetos são feitos em áreas abandonadas ou degradadas que anteriormente abrigaram estruturas de atividades econômicas extintas, decadentes ou que evoluíram tecnologicamente. Como exemplo dos galpões de áreas portuárias abandonados após a invenção do container, antigas estações ferroviárias abandonadas após os investimentos em rodovias e nas indústrias automotivas. Em Muriaé pode-se citar como exemplo as edificações originárias da época da atividade cafeeira do início do século XX quando foram construídas várias edificações para abrigarem armazéns, sementeiras, hotéis que atendiam negociantes viajantes, no entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado da Praça João Pinheiro que hoje abrigam edifícios comerciais e um centro cultural. Esses edifícios tiveram suas fachadas restauradas e esse projeto recebeu o prêmio Gentileza Urbana do IAB-MG no ano de 2009 (Figura 10). Neste caso, nota-se que os mesmos inquilinos permaneceram após a revitalização dos edifícios, onde pode-se concluir que mesmo tendo valorizado seus pontos comerciais não afugentou os ocupantes do lugar com preços exorbitantes de aluguel ou outras formas de gentrificação. O local continua sendo frequentado por populares. Outro exemplo, também em Muriaé, no distrito de Pirapanema, a edificação onde abrigava um armazém de beneficiamento, com destaque para a grande máquina ainda existente no local, e um antigo terreiro de café localizados na avenida principal do lugarejo, foram renovados e adaptados e são as principais estruturas do festival de gastronomia, funcionando como local de oficinas de gastronomia, exposição de artesanato, praça de alimentação, restaurante e palco de shows (Figura 11).

Para Fonseca (2014) um dos gargalos apontados nos projetos de regeneração urbana é a baixa autoestima dos residentes, já que se o cidadão não tiver autoestima não terá a capacidade de lutar pelo que é importante em sua cidade (FONSECA, 2014, p. 164). Pois, transformar uma cidade requer fazer com que seus

habitantes acreditem ser possível mudar e encontrar novas soluções (FONSECA, 2012, p. 12-13). Nesse sentido, é necessário criar condições para que as pessoas possam se tornar agentes de mudança. Para tanto, é necessário criar políticas públicas que contemplem instâncias participativas, mobilizem e facilitem o diálogo, envolvendo-os nos processos de discussão e formulação de projetos, seja através de conselhos, grupos de trabalho, reuniões comunitárias, fóruns ou conferências.

Por outro lado, dentre os benefícios desses projetos destacam-se a promoção e a apropriação social do espaço público, pois é no espaço público que se geram igualdades de condições, que se firmam a cultura como direito.

É preciso arriscar, haver espaço para espontaneidade para evitar as armadilhas de uma abordagem baseada na aplicação de fórmulas. Acima de tudo, não se devem subestimar os moradores das cidades, a população que faz das cidades o que elas são, deve-se pretender acomodar as tensões e buscar o equilíbrio. Antes, porém, para evitar tais armadilhas, Goldstein (2014) argumenta que é preciso compreender o que levou à necessidade de regeneração das cidades e ainda que,

na mesma medida, é fundamental entender de que cultura estamos falando, que papel a cultura teve e/ou passou a ter, sob pena de construirmos fórmulas mágicas que reproduzam casos considerados de sucesso, mas sem conexão com as diferentes realidades urbanas (GOLDENSTEIN, 2014, p. 135).



Figura 10: Antes e depois do casario da Praça João Pinheiro, Muriaé-MG. Acervo da Fundarte, 2009.



Figura 11: Estrutura do evento Gastronomia na Serra no antigo terreiro de café no distrito de Pirapanema, Muriaé-MG. Acervo: Fundarte, 2014.

As cidades têm a necessidade constante de reinventar-se, não só para continuarem ou voltarem a ser mais atrativas, mas como forma de adaptar-se às mudanças, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais, que se apresentarem.

Nesse enfoque, Goldenstein (2014) diz que a economia criativa bem como a

regeneração urbana apoiada em políticas culturais passa a ter um papel “estratégico de crescimento que instrumentaliza a cultura de acordo com suas necessidades de mão de obra e consumo” (GOLDENSTEIN, 2014, p. 137). Mas, Goldenstein alerta que deve haver uma nova abordagem econômica mais moderna onde se tenha um olhar diferenciado para a cultura e que o medo da gentrificação não pode ser paralisante.

Hosagrahar (2017) pondera que áreas urbanas ricas em patrimônio cultural e com um vibrante setor criativo são mais atraentes para os negócios e que a promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável por meio do emprego nos setores cultural e criativo estimula o trabalho decente. A economia de algumas cidades se baseia fortemente em elementos do patrimônio intangível, tais como artesanato, música, dança, artes visuais, culinária tradicional e teatro, os quais são frequentemente um aspecto intrínseco de áreas urbanas históricas. Cita como exemplos a cidade de Medellín, Colômbia, cidade da música da Rede de Cidades Criativas da UNESCO; Nablus, Palestina pelo projeto de reuso adaptativo de prédios abandonados que tem beneficiado as comunidades locais, dentre outras.

O turismo cultural é um setor econômico em rápido crescimento que responde por 40% das receitas mundiais do turismo, segundo Hosagrahar (2017), mas pondera que o patrimônio cultural, se administrado de forma cuidadosa, atrai investimentos no turismo de uma forma sustentável, envolvendo as comunidades locais sem causar danos às áreas do patrimônio.

No Relatório da UNESCO (2009) *Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural*, o turismo cultural é reconhecido como aquele que inclui algumas formas de turismo religioso, assim como o relacionado a sítios do patrimônio cultural, e que pode contribuir para promover a compreensão cultural e conferir maior profundidade histórica às outras culturas (UNESCO, 2009, p. 24). O Relatório de Economia Criativa (UNESCO, 2013) destaca que os recursos culturais das cidades, assim como seu patrimônio, são parte integrante da identidade de uma cidade e proporcionam um sentido de pertença e de coesão social aos seus habitantes.

Ainda sobre recursos culturais, Landry (2013) sugere que para promover a criatividade em todo seu potencial, é necessário pensar de forma mais ampla e tirar proveito da história de lugares e de sua cultura. Esses são recursos culturais que estão incorporados na criatividade e nos talentos das pessoas, são símbolos, são

matérias-primas da cidade e a base de seu valor (LANDRY, 2013, p. 29).

O patrimônio tanto material quanto imaterial também é apresentado como produto comercializável quando explorado como turismo cultural. No entanto, eles também têm impacto sobre o desenvolvimento humano na conscientização da comunidade e na afirmação de identidade. As cidades e seus cidadãos introduziram estratégias para conservar o patrimônio e revitalizar a cultura local para o crescimento econômico. As políticas de turismo também têm sido empregadas como meio de gerar retorno econômico a partir dos ativos culturais das cidades. O aumento do turismo para uma cidade pode resultar em fluxos acentuados de pessoas que podem potencialmente minar os valores autênticos da cidade em favor da comercialização. Conservar o patrimônio arquitetônico e paisagens garante a sobrevivência do senso de lugar e oferece a oportunidade não apenas de conservar o passado, mas também de definir o futuro. (UNESCO, 2013, p. 44-45).

Mas como fazer com que o patrimônio cultural carregado de história e memórias que identificam um povo conviva com as dinâmicas de uma cidade em constante transformação? A preservação do patrimônio cultural deve fomentar novos usos e costumes, devolver a vida dos lugares, reinserir-se na paisagem e no dia-a-dia das pessoas, coabitar harmonicamente entre o passado e o presente, promovendo sua sustentabilidade.

Throsby (2001) confirma a contribuição da cultura ao processo de desenvolvimento urbano, ao se considerar o impacto de um equipamento cultural específico; de um distrito cultural; das indústrias culturais, pela promoção da identidade comunitária, da criatividade, da coesão e da vitalidade, por meio das características e práticas culturais que definem a cidade e seus habitantes.

A paisagem urbana é uma característica definidora de cada cidade e representa um valor a ser compreendido, preservado e aprimorado por meio de políticas públicas. O tecido histórico de uma cidade e o desenvolvimento podem interagir e reforçar mutuamente seu papel e significado. A conservação do ambiente construído, portanto, tem uma pluralidade de significados: a preservação da memória; a conservação de realizações artísticas e arquitetônicas; a valorização de lugares de significância e significado coletivo. Daí a importância para a perspectiva do desenvolvimento humano do planejamento urbano e da arquitetura, segundo Landry (2013):

uma avaliação da cultura deveria modelar as técnicas do

planejamento urbano e do desenvolvimento, em vez de ser vista como um complemento marginal de assuntos importantes de planejamento, como habitação, transporte e uso da terra. Uma perspectiva culturalmente informada deveria determinar como uma cidade pensa de si mesma e de sua visão para o futuro, uma vez que a cultura ajuda a entender de onde um local se origina, por que ele é do jeito que é e como isso pode determinar seu potencial. Esse enfoque chama atenção para o que é característico, incomparável e especial em qualquer lugar (LANDRY, 2013, p. 30-31).

A natureza do ambiente construído fornece oportunidades para as indústrias culturais e criativas florescerem fornecendo as configurações e espaços de que precisam. Mas, aqui o horizonte é mais amplo do que o da cadeia de valor da economia criativa. Nas condições atuais de urbanização extremamente rápida no mundo em desenvolvimento, as noções de pertencimento cultural e senso de lugar estão muitas vezes ausentes da maneira pela qual o desenvolvimento é concebido. Iniciativas de memória dos cidadãos, histórias orais, trechos de conversas e filmagens de artesãos do cotidiano são formas inovadoras de compreender, comemorar e celebrar o papel que a cultura desempenha nas nossas vidas comuns. Tais novas imaginações do urbano também exigem pensar mais profundamente sobre o lugar do cidadão no espaço público.

Neste sentido, o planejamento participativo é crucial para garantir o “direito à cidade”. Esforços práticos para dar efeito a este direito devem levar em conta a diversidade social e cultural que prevalece em cada contexto e devem usar essa diversidade para construir a força e a vitalidade das comunidades urbanas, que consiste no conjunto de percepções individuais, que é expresso coletivamente, da comunidade que vive, trabalha e socializa em um lugar.

Kevin Lynch, no emblemático “A Imagem da Cidade” revela que

(...) precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas poético e simbólico também. Deve falar dos indivíduos e da sua sociedade complexa, das suas aspirações e da sua tradição histórica, do cenário natural e das funções e movimentos complicados do mundo da cidade. Mas a clareza de estrutura e a vivacidade da identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes. Ao aparecer como um lugar notável e bem unido, a cidade poderia fornecer uma base para o agrupamento e organização desses significados e associações. Tal senso de lugar em si aumenta toda atividade humana que ocorre e encoraja o depósito de um traço de memória (LYNCH, 1960, p. 119).

As cidades passam por um processo de mudança, mas, em muitos casos, sem aprender com as experiências das pessoas que habitam esses lugares, como corrobora Hyslop (2014) ao alertar que

as instituições, sejam políticas ou sociais, ficam em uma posição muito confortável apenas determinando medidas prescritivas para as pessoas, fazendo grandes planos para a vida delas, lidando com elas de forma passiva, e não de maneira ativa. (HYSLOP, 2014, p. 159)

Evidencia-se o distanciamento entre gestores públicos e os atores locais no planejamento urbano. Mesmo no Brasil onde a legislação determina que os planos diretores têm que ser participativos, na prática, o produto final nem sempre retrata o desejo da maioria. A baixa participação pode ser justificada pelo comportamento passivo da população, falta de interesse e descrédito, ou pela pouca articulação ou incapacidade de mobilização da administração pública. Além disso, a falta de conhecimento sobre questões como planejamento urbano, paisagem urbana, espaços públicos, patrimônio, imagem urbana, tanto por gestores, quanto pela população interessada, estimula projetos centrados nas vontades e desejos de gestores, que na maioria das vezes segue a lógica do mercado, vendendo a imagem da cidade como produto, desconectada e não frequentada pela população local que não estabelece vínculo e sentimento de pertença.

Em seu *site*, Landry se dedica a estudar o que se refere como a psicologia da cidade e revela que as cidades mais bem-sucedidas serão aquelas que construirão uma resiliência psicológica, com capacidade de se adaptarem e de lidar com a adversidade e a complexidade, recuperar-se e continuar a funcionar com competência<sup>17</sup>.

Em suma, o que se identifica diante do que foi apresentado é que há elementos essenciais na regeneração urbana movida pela cultura, tais como: envolvimento ativo dos cidadãos; desenvolvimento de um processo de dentro para fora; continuidade; valorização da diversidade; o cidadão como principal público da cidade; programas embasados nas singularidades culturais da cidade; busca de conexões entre os diversos territórios da cidade. Concorda-se com o pensamento de Reis (2011), a autora mais profundamente estudada sobre as questões relativas a cidade criativa, ao dizer que “mais uma vez, a tônica recai sobre o como a cultura é inserida em um processo de regeneração urbana; e não sobre o quê” (REIS, 2014, p. 111).

No tópico a seguir, apresentam-se os aspectos mais relevantes do relatório

---

<sup>17</sup> LANDRY, C. Psycholog and the city. Disponível em: <<http://charleslandry.com/themes/psychology-the-city/>>, acessado em 03/01/2019.

da UNESCO, Cultura: Futuro Urbano, que serviram como base para proposição das medidas piloto do programa CP 21 na cidade de Muriaé no que diz respeito ao eixo de ação: Cultura, planejamento urbano e espaços públicos.

**a) Relatório Mundial sobre a Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Cultura: Futuro Urbano**

Em 2016, um pouco antes da realização do HABITAT III em Quito e da publicação da Nova Agenda Urbana pela ONU, a UNESCO publicou um relatório mundial onde declara que a cultura é um recurso fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável. Nesse sentido, este estudo entende ser fundamental apresentar o que esse relatório trouxe de mais relevante sobre a cultura no ambiente urbano, com destaque para sua relação com o ODS 11; a situação da cultura e do desenvolvimento urbano sustentável a partir de um estudo da área da qual o Brasil foi inserida; e as recomendações e diretrizes que foram consideradas mais relevantes e pertinentes ao objeto deste estudo. Além disso, muitas das ideias apresentadas no Relatório corroboram com o que foi apresentado e analisado ao longo deste capítulo.

Em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) esse Relatório reconhece o papel fundamental da cultura em muitos dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, incluindo aqueles relacionados ao crescimento econômico, consumo e produção sustentáveis e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, em particular, o ODS 11 e sua Meta 11.4 “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (Quadro 5).

<b>Quadro 5 - ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</b>
11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do Mundo.
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

**11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

**11.a** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

**11.b** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

**11.c** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Quadro 5. Fonte: ONU. Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Nova Iorque, 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>, acessado em 31/12/2018.

Entre os desafios para o desenvolvimento urbano sustentável se encontram a preservação da qualidade de vida urbana, a proteção das identidades urbanas, a valorização das culturas locais, a promoção das expressões e das indústrias criativas e do patrimônio.

Neste relatório a UNESCO reconhece a cultura como ferramenta chave para promover o desenvolvimento urbano sustentável através da salvaguarda do patrimônio cultural e da promoção da diversidade e das expressões culturais. A cultura torna as cidades mais atrativas, criativas e sustentáveis. Sem ela as cidades não existiriam como espaço de vida dinâmico.

No próximo capítulo aborda-se sobre as relações de memória, território e cidadania no âmbito do Cultura 21: Ações, documento ao qual o programa Cidades Piloto se reporta, e também a partir da visão de Muriaé dos entrevistados.

## **CAPÍTULO 2**

---

### **Memória, Território e Cidadania**

Neste capítulo se abordará sobre o programa Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura e sobre o documento em que ele se baseia, o Cultura 21: Ações, ambos da CGLU. Mais especificamente será tratado sobre os temas desta pesquisa, memória, território e cidadania, temas recorrentes tanto no programa e no documento. Sobre esses temas traremos à luz alguns autores para enriquecer a discussão.

Aqui também traremos as entrevistas com os representantes de Pontos de Cultura de Muriaé e da Academia Muriaeense de Letras, cujo objetivo foi identificar o perfil da Cultura no município, como os principais representantes sociais da Cultura do município enxergam a Cultura e o desenvolvimento urbano da cidade e como um influencia o outro. Assim, as entrevistas forneceram dados para que se analisasse a perspectiva de futuro em relação à cidade, o desenvolvimento de seus espaços urbanos e da cultura, que poderão contribuir para a continuidade do programa Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura.

#### **2.1 O Programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura e o Cultura 21: Ações**

O programa Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura se baseia em um documento conhecido como Cultura 21: Ações (CGLU, 2015), ele surgiu com a pretensão de ser uma ferramenta aplicável nas cidades que possuam governos autônomos e democráticos, para promover o conhecimento, permitir a troca de boas práticas e consolidar uma rede global de cidades e governos locais.

Reitera que para o desenvolvimento ser sustentável deve considerar o papel central dos fatores culturais. Também corrobora com o pensamento de que o desenvolvimento humano é um processo de ampliação de liberdades e de capacidades onde as pessoas são protagonistas.

No âmbito do desenvolvimento sustentável, os governos locais promovem ativamente o debate democrático, podem revitalizar espaços e promover processos para os cidadãos exercerem os seus direitos, ampliarem suas capacidades, serem protagonistas do presente e decidirem o futuro.

A CGLU, ao observar a pouca aplicabilidade da Agenda 21 da Cultura e, ao verificar que os resultados se mostraram aquém do esperado, lançou esse documento como uma ferramenta de aplicabilidade da Agenda 21 da Cultura. Assim

sendo, Cultura 21: Ações complementa a Agenda 21 da Cultura (2004) enquanto documento orientador das políticas públicas de cultura e enquanto contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade.

De maneira geral, o documento Cultura 21: Ações visa promover a integralidade da relação entre a cidadania, a cultura e o desenvolvimento sustentável; proporcionar um quadro internacional baseado em compromissos e ações que sejam realizáveis e medíveis; tornar a Agenda 21 da Cultura mais operacional; fortalecer o papel das cidades e dos governos locais enquanto instâncias de elaboração e implantação de políticas com e para os habitantes; contribuir para a definição da Agenda 2030, ressaltando o papel essencial da cultura (CGLU, 2015).

Cultura 21: Ações apresenta uma série de valores que se baseiam nas experiências específicas das cidades e dos governos locais, bem como nas contribuições provenientes das organizações internacionais e do meio acadêmico. Os valores sintetizam as convicções e as aspirações dos governos locais para integrar a cultura no desenvolvimento sustentável. Tais valores foram agrupados nos seguintes temas: cultura, direitos e cidadania; fatores culturais do desenvolvimento sustentável; e, responsabilidades específicas dos governos locais. Até aqui, o documento ainda se apresenta como uma série de valores e compromissos não muito diferentes do que se propunha na Agenda 21 da Cultura, apenas se apresentando de forma mais detalhada.

O documento apresenta seus Compromissos estabelecendo nove eixos de ação que sintetizam a dimensão cultural de uma cidade sustentável. Compromissos esses, que devem acontecer entre os governos locais e os diferentes agentes da sociedade. Cada um dos eixos incorpora várias ações específicas, que orientam o trabalho dos governos locais que aderiram à Agenda 21 da Cultura, estabelecendo instrumentos de autoavaliação do grau de cumprimento e promovendo uma melhor implementação das políticas e estratégias públicas. Os nove eixos encontram-se assim distribuídos:

1. Direitos Culturais – cidadania ativa e pleno reconhecimento dos direitos culturais;
2. Memória, diversidade e criatividade – o patrimônio, a diversidade e a criatividade são elementos constitutivos da vida cultural;
3. Cultura e educação – promoção da cidadania ativa através da construção

de capacidades culturais;

4. Cultura e meio ambiente – os fatores culturais enquanto dinamizadores da responsabilidade ambiental;

5. Cultura sustentada e economia solidária – toda economia sustentada requer responsabilidade cultural;

6. Cultura, coesão social e igualdade – os fatores culturais contribuem para o desenvolvimento de novos vínculos sociais;

7. Cultura, planejamento urbano e espaço público – planejar a cidade e o território com consciência e sentido cultural;

8. Cultura, comunicação e informação – as tecnologias contribuem para a pluralidade e para a construção da cidadania;

9. Governança da cultura.

Em Cultura 21: Ações os governos locais são considerados atores fundamentais e sua intenção é ajudá-los a fortalecerem a dimensão cultural do desenvolvimento local, podendo também ser utilizado por todos os atores da cultura e do desenvolvimento sustentável.

## **2.2 Memória, território e cidadania**

Mémoria, território e cidadania são temas recorrentes no Cultura 21: Ações (CGLU, 2015) como será abordado em sequência.

Direitos culturais e cidadania são conceitos entrelaçados, um não existe sem o outro, envolve liberdades e garantia de acesso a recursos culturais, constituindo fatores essenciais para o desenvolvimento das capacidades sensoriais, de expressão, de escolha, e do pensamento crítico, que permitem a construção da cidadania e da paz nas nossas sociedades (CGLU, 2015).

No documento é dito que a democracia cultural é um dos elementos centrais da cidadania ativa, na medida em que promove a participação e o diálogo (CGLU, 2015).

Afirma-se, ademais, que as políticas locais devem reconhecer que a cidadania se constitui como o agente principal da vida cultural local, e que a diversidade cultural deve ser respeitada a fim de que os cidadãos determinem livremente sua identidade, suas expressões culturais e possam participar das decisões coletivas.

Em se tratando de território, o documento relata que ele é o resultado da interação entre o ambiente e as atividades humanas e que se transforma num

veículo para a transmissão da história, de sentido e de significado às populações que o habitam (CGLU, 2015). Assim sendo o território possui também uma dimensão cultural que se manifesta nas práticas e nos hábitos do cidadão, no patrimônio, na paisagem e no planejamento do espaço (CGLU, 2015).

O documento afirma também que

O território é uma construção social, fruto da interação histórica dos grupos humanos no seu processo de apropriação e transformação da natureza. Reflete a história, a identidade e os valores da população que nele habita. O território pode ser concebido a partir de uma dimensão cultural que se torna essencial para a qualidade de vida dos seus habitantes. Na medida em que a ordenação do território e o planejamento urbano reconhecem, inventariam e valorizam os recursos naturais e culturais, harmonizando-os com as aspirações futuras de uma sociedade, estes serão atos culturais (CGLU, 2015).

Interessante que no documento aponta-se como umas das responsabilidades dos governos locais a garantia de equidade de territórios, entre centro e periferia e entre zona urbana e zona rural, o que claramente é uma dificuldade e desafio a ser enfrentado no âmbito de Muriaé, que possui uma vasta região rural e sete distritos distantes de seu distrito-sede. Para tanto, sugere-se que projetos de desenvolvimento territorial levem em consideração seu contexto cultural, proporcionando singularidade à cidade.

Promover a inclusão social através da participação ativa na vida cultural melhora a segurança e a imagem de um território. A cultura é um meio importante para criar novos pontos de encontro e para desenvolver novos sentidos coletivos (CGLU, 2015). Nesse sentido

O planejamento urbano que não considera explicitamente os fatores culturais tem efeitos negativos na preservação do patrimônio, e torna-se num obstáculo para a memória, a criatividade e a coexistência, promove a homogeneização e limita as oportunidades de aceder e participar na vida cultural (CGLU, 2015).

No Cultura 21: Ações o patrimônio cultural, a memória e a paisagem são um recurso para identidade de uma comunidade. É algo vivo e em constante evolução, que deve ser integrado de maneira dinâmica na vida em sociedade (CGLU, 2015).

### **2.2.1 Memória**

O conceito de memória, especialmente no contexto coletivo, é uma área rica e multifacetada de estudo. Este tópico explora as diferentes dimensões da memória coletiva, como ela é formada, mantida e transmitida dentro de uma sociedade, e como ela interage com a identidade social e histórica. O estudo da memória coletiva

é crucial para entender como as sociedades constroem e mantêm suas identidades culturais e históricas. Aqui se examina a memória coletiva à luz das teorias de Maurice Halbwachs, Joel Candau, Michael Pollak e Pierre Nora. O foco está nos conceitos de lugar de memória e memória coletiva, comparando as abordagens desses teóricos para explorar como esses conceitos interagem e se complementam.

Maurice Halbwachs é amplamente reconhecido como um dos pioneiros no estudo da memória coletiva. Em seu trabalho "Memória Coletiva", Halbwachs argumenta que a memória individual é indissociável dos quadros sociais. Ele sustenta que nossas lembranças são moldadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos, sejam eles a família, a classe social ou a nação. A memória coletiva, assim, é uma construção social, onde o passado é reconstruído e reinterpretado continuamente para atender às necessidades do presente, é um fato social.

Joel Candau, em "Memória e Identidade", expande a visão de Halbwachs ao explorar como a memória coletiva contribui para a formação da identidade de um grupo. Candau enfatiza que a memória é um processo ativo de construção identitária, onde lembranças são selecionadas e reinterpretadas para criar uma narrativa coesa que reforça a identidade do grupo.

Michael Pollak, em "Memória e Identidade Social", aprofunda a discussão ao focar nas dinâmicas de poder dentro da memória coletiva. Ele argumenta que a memória é um campo de disputa onde diferentes narrativas competem por legitimidade. Pollak também explora o papel do esquecimento e do silêncio, mostrando como certas memórias são suprimidas ou marginalizadas para manter a coesão social ou proteger a identidade do grupo.

No texto "Memória, Esquecimento, Silêncio", Pollak analisa como as sociedades lidam com traumas coletivos e eventos controversos. Ele destaca que o esquecimento não é apenas uma falha da memória, mas uma estratégia ativa para lidar com eventos dolorosos ou perturbadores, permitindo que a sociedade mantenha uma narrativa mais palatável do passado.

Pierre Nora, em "Entre Memória e História, a problemática dos lugares", introduz o conceito de "lugares de memória" (*lieux de mémoire*), onde a memória coletiva se cristaliza e é ancorada. Nora distingue entre memória e história, argumentando que a memória é vivida e comunitária, enquanto a história é uma reconstrução crítica e analítica do passado. Os lugares de memória, segundo Nora, são espaços onde a memória coletiva se materializa, como monumentos, museus e

comemorações, atuando como pontos de referência para a identidade coletiva e a continuidade cultural.

Ao comparar os textos, vemos que Halbwachs e Candau compartilham a visão de que a memória coletiva é fundamental para a construção da identidade social. No entanto, enquanto Halbwachs foca na estrutura social da memória, Candau enfatiza o processo identitário ativo.

Pollak oferece uma perspectiva mais dinâmica e conflitante, sugerindo que a memória coletiva é um campo de luta onde as narrativas são constantemente negociadas e redefinidas. Seu enfoque no esquecimento e no silêncio como partes inerentes da memória coletiva complementa as abordagens de Halbwachs e Candau ao destacar as tensões e omissões dentro do processo de lembrança coletiva.

Nora, por outro lado, fornece uma dimensão espacial à memória coletiva. Seus lugares de memória representam pontos de ancoragem tangíveis e simbólicos onde as memórias são preservadas e ritualizadas. A distinção de Nora entre memória e história também acrescenta uma camada crítica, enfatizando a diferença entre a experiência vivida e sua reconstrução analítica.

A interação entre memória coletiva e identidade social é complexa e multifacetada. A construção da memória coletiva é um processo contínuo e dinâmico, influenciado por mudanças sociais, políticas e culturais. As obras de Halbwachs, Candau, Pollak e Nora fornecem um arcabouço teórico robusto para compreender como as sociedades se lembram, esquecem e reinterpretam o passado para moldar suas identidades no presente e no futuro.

Explorou-se a memória coletiva a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Joel Candau, Michael Pollak e Pierre Nora. Comparando essas abordagens, entendemos que a memória coletiva é um processo complexo e multifacetado, fundamental para a construção da identidade social. A interação entre lembrança, esquecimento e os lugares de memória revela como as sociedades selecionam, reinterpretam e preservam suas narrativas do passado para moldar suas identidades no presente e no futuro.

### **2.2.2 Território**

A cultura constitui um dos atributos que mais identifica um território (UNESCO, 2020).

Entendemos por território todo aquele espaço físico que possui particularidades próprias, diferenciadas das demais, como resultado

das relações de mão dupla entre sociedade e natureza ao longo da história. Um território não é uma simples soma de atributos físicos e ambientais de uma dada geografia, é uma construção social que define particularidades e diferencia um espaço do outro. (UNESCO, 2020)

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2001).

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (...), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade; um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria invariavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. (SOUZA, 2001)

Em Muriaé, entre os anos 2017 e 2019, havia uma praça localizada em uma área nobre no centro da cidade que era tomada por jovens no horário noturno, jovens advindos de outras partes da cidade, muitos de periferia que usavam a Praça Coronel Pacheco de Medeiros como local de encontro. Logo, os moradores da região se sentiram ameaçados por essa “invasão” de seu território, como bem definiu Souza (2001): a “apropriação” de certos espaços públicos e por grupos específicos (...) o que muitas vezes é visto como uma “invasão” pelos demais moradores do bairro, os quais se vêem assim “expulsos” de “sua” praça. Por causa desse impasse entre os jovens que se apropriaram do espaço iniciou-se uma “guerra” entre os grupos sociais de moradores e de jovens. A polícia era constantemente chamada e chegou a ficar uma viatura no meio da praça para coibir os jovens de se reunirem. No entanto, desse impasse surgiu o movimento Juventude na Praça por meio do Setor de Juventudes da Fundarte que se tratava de pequenas reuniões sempre com a presença de alguma manifestação artística. Esse movimento tinha como intuito promover a cultura e artes para os jovens e também tinha um trabalho de coibir a venda de álcool para menores junto ao comércio local e o combate ao uso de drogas. Em certa reunião foi instalado um banner onde estava escrito “Qual a cidade que queremos?” e os jovens foram estimulados a deixarem registrados seus pensamentos sobre a cidade. Buscou-se com isso promover uma ocupação pacífica dos jovens. Com a pandemia a praça deixou de ser frequentada pelos jovens.

O conceito de território é central para entender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam as relações entre espaço e poder. Aqui destaca-se as contribuições de Joel Candau, Marcelo José Souza e Rogério Haesbaert. Entende-

se como o território é concebido como um espaço de identidade, poder e múltiplas territorialidades.

Joel Candau, em "Memória e Identidade", aborda a relação entre memória coletiva e identidade territorial. Para Candau, o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço simbólico onde as memórias e identidades coletivas são construídas e preservadas. Ele destaca como os lugares carregam significados históricos e culturais que são fundamentais para a construção da identidade de um grupo. O território, assim, torna-se um espaço de pertencimento onde a memória coletiva é materializada.

Marcelo José Lopes Souza, em "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento", apresenta uma visão do território como um espaço onde o poder se manifesta e se exerce. Santos argumenta que o território é uma construção social e política, resultado das relações de poder que se desenrolam em diferentes escalas. Ele explora como o controle do território é crucial para o exercício do poder e para a autonomia dos grupos sociais. O território, nesse sentido, é tanto um recurso estratégico quanto um espaço de desenvolvimento social e econômico.

Rogério Haesbaert, em "O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade", critica a ideia de que a globalização levaria ao fim dos territórios. Haesbaert introduz o conceito de multiterritorialidade, argumentando que, em vez de desaparecer, os territórios se multiplicam e se sobrepõem em diferentes dimensões. Ele destaca como as pessoas e grupos sociais vivem e se identificam com múltiplos territórios simultaneamente, desafiando a noção de um território único e estático. A multiterritorialidade reflete a complexidade das identidades contemporâneas e as diversas formas de apropriação e uso do espaço.

As abordagens de Candau, Souza e Haesbaert fornecem uma compreensão abrangente e multifacetada do território. Candau enfatiza a dimensão simbólica e identitária do território, mostrando como ele é um espaço de memória coletiva e pertencimento. Santos, por sua vez, foca na dimensão política e econômica, analisando o território como um campo de poder e desenvolvimento. Haesbaert expande essa visão ao introduzir a ideia de multiterritorialidade, que reflete as complexas e múltiplas relações contemporâneas com o espaço.

Ao comparar as distintas abordagens, vemos que o território é simultaneamente um espaço de identidade, poder e múltiplas territorialidades. Candau e Haesbaert compartilham a visão de que o território é um espaço de

significados simbólicos, enquanto Souza destaca sua importância política e econômica. Haesbaert complementa essas visões ao mostrar como os territórios se multiplicam e se sobrepõem, oferecendo uma perspectiva dinâmica e fluida das relações territoriais na era da globalização.

O conceito de território foi explorado a partir das perspectivas de Joel Candau, Marcelo José Lopes Souza e Rogério Haesbaert. A análise mostrou como o território é um espaço complexo e multifacetado, onde se entrelaçam identidades, poderes e múltiplas territorialidades. Entender essas dinâmicas é essencial para compreender as relações sociais, políticas e culturais que moldam nossas sociedades contemporâneas.

### **2.2.3 Cidadania**

O conceito de cidadania é fundamental para entender as dinâmicas de participação política e social dentro de uma sociedade. Este tópico examina a evolução histórica da cidadania no Brasil, com base na obra de José Murilo de Carvalho, "Cidadania no Brasil: O Longo Caminho". Abordaremos os diferentes aspectos da cidadania, desde sua formação inicial até os desafios contemporâneos, destacando como os direitos civis, políticos e sociais foram sendo conquistados ao longo do tempo.

José Murilo de Carvalho, em sua obra "Cidadania no Brasil: O Longo Caminho", traça a evolução da cidadania no país desde o período colonial até o presente. Ele argumenta que a cidadania brasileira se desenvolveu de forma fragmentada e desigual, marcada por processos de exclusão e inclusão seletiva. No período colonial e imperial, a cidadania era restrita a um pequeno grupo de elites, enquanto a maioria da população, composta por escravos, indígenas e pobres, era excluída dos direitos básicos.

A abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889 marcaram momentos cruciais na expansão dos direitos civis no Brasil. No entanto, José Murilo de Carvalho destaca que essa expansão foi limitada e gradual. Os direitos civis, como a liberdade individual e a igualdade perante a lei, começaram a ser reconhecidos, mas muitos cidadãos ainda enfrentavam obstáculos significativos para exercê-los plenamente. A exclusão social e econômica continuava a limitar a efetiva participação de grande parte da população na vida cívica do país.

A conquista dos direitos políticos, que incluem o direito ao voto e à participação nas

decisões políticas, foi um processo longo e conturbado. Inicialmente, o voto era censitário e excluía grande parte da população. A universalização do voto, incluindo o voto feminino conquistado em 1932, representou um avanço significativo. No entanto, regimes autoritários, como o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura militar (1964-1985), impuseram retrocessos nos direitos políticos, restringindo a participação democrática.

José Murilo de Carvalho argumenta que a consolidação dos direitos sociais, que abrangem saúde, educação, trabalho e seguridade social, é essencial para a construção de uma cidadania plena. A Constituição de 1988 representou um marco importante nesse sentido, ao reconhecer formalmente diversos direitos sociais. No entanto, Carvalho aponta que a implementação efetiva desses direitos enfrenta desafios contínuos, como desigualdade econômica, exclusão social e ineficiências administrativas.

Apesar dos avanços significativos, a cidadania no Brasil ainda enfrenta desafios importantes. José Murilo de Carvalho destaca problemas como a violência, a corrupção e a desigualdade persistente que afetam a qualidade da cidadania. A crise de representatividade política e a desconfiança nas instituições também são questões contemporâneas que impactam negativamente o exercício pleno da cidadania. Além disso, movimentos sociais e demandas por reconhecimento de novas identidades e direitos (como os direitos LGBTQ+ e os direitos dos povos indígenas) indicam que a cidadania é um campo em constante evolução e disputa.

Abordou-se aqui a evolução da cidadania no Brasil a partir da obra de José Murilo de Carvalho, destacando os principais marcos e desafios ao longo do tempo. A cidadania brasileira, marcada por processos de inclusão e exclusão, continua sendo uma construção inacabada, enfrentando desafios antigos e novos. Compreender essa trajetória é essencial para buscar soluções que promovam uma cidadania mais justa, inclusiva e efetiva para todos os brasileiros.

### **2.3 Entrevistas**

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de Pontos de Cultura e de uma instituição de cunho cultural, a AMLE (Academia Muriaeense de Letras). Tais representantes foram escolhidos devido ao seu envolvimento com atividades culturais e por manterem um trabalho que envolve

toda uma comunidade. Assim, buscou-se compreender o cenário cultural de Muriaé além dos limites da Fundarte. Foram entrevistados: Helenice Barbosa de Melo (Shirley Melo), representante do Ponto de Cultura Grupo Folclórico Santa Terezinha; Anderson Elias Silva (Joia), representante do Ponto de Cultura Sociedade Musical União dos Artistas; Gilmara Medeiros Bitencourt, representante do Ponto de Cultura Movimento Pró-Cultura; Antônio Carlos da Silva (Carlinho Scarleth), representante do Ponto de Cultura Viva Minas; Sandro Areal Carrizo, representante do Ponto de Cultura LICAMUR (Liga Carnavalesca de Muriaé); Natalino da Silva de Oliveira, representante da AMLE; Luiz Fernando Silveira Firmino, representante do Ponto de Cultura Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Santa Terezinha. As entrevistas encontram-se no Anexo II.

À época das entrevistas, Muriaé contava com oito Pontos de Cultura, sendo seis representantes destes entrevistados. Em dezembro de 2023, Muriaé já possuía 12 Pontos de Cultura, resultado do movimento iniciado por Carlinho Scarleth de transformar entidades que trabalham com cultura em Pontos de Cultura e assim poder ter acesso ao Cultura Viva<sup>18</sup>, política pública voltada para o reconhecimento e apoio às atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura<sup>19</sup>.

Também foi solicitada entrevista com a Diretora Geral da Fundarte, Wania Muahad, em meados de 2023, porém não obtivemos retorno. Essa entrevista seria essencial para se ter uma visão atualizada da gestão municipal de cultura sobre o desenvolvimento deste setor em Muriaé.

Os entrevistados foram questionados a respeito da cidade de Muriaé, sua relação afetiva com a cidade, como anda a cultura em Muriaé e como ela podia melhorar, e também sobre os espaços urbanos da cidade. Assim, buscou-se compreender a relação de afetividade e pertencimento com os diversos territórios da cidade, entender como a cultura vem se desenvolvendo na cidade, e projetando um horizonte de dez anos para o futuro da cidade em termos de cultura e espaços urbanos. Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados vive nas periferias da

---

<sup>18</sup>

Disponível

em:

<

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br>>. Acessado em 15/02/2024.

cidade, das sete entrevistas apenas um não reside em periferias, cinco dos pontos de cultura se localizam e atuam nas periferias. O lugar de memória, lugar este transcrito por Candau (2014), Pollak (1992) e Nora (1993), assim analisando é a periferia da cidade de Muriaé, sendo o lugar onde a memória trabalha (CANDAU, 2014), nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional (NORA, 1993). É preciso também entender que o tempo a que se refere essa memória é o tempo presente, discute-se a cultura e os espaços urbanos neste tempo.

Para tanto, buscou-se também desenvolver o estado da arte de conceitos como território e memória coletiva, sobre os quais descorre-se a seguir.

A escolha dos entrevistados se deu por serem representantes de grupos de cultura e que, portanto, pudessem trazer à tona a identidade cultural da cidade, por meio dessa representatividade, construindo assim uma memória coletiva, assim como descreve Candau (2014) que memória e identidade são indissolúveis.

A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (...) é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo. (CANDAU, 2014, p. 16)

Ao serem questionados sobre o lugar de onde vieram, há quantos anos vivem em Muriaé e sua relação com a cidade, os entrevistados contaram suas histórias de relação com a cidade. Quase todos responderam nutrir uma relação de afeto com a cidade e intenção de permanência, apenas Carlinhos disse que permanece na cidade por questões familiares.

Indagados sobre a cultura em Muriaé, como era, como está e o que pode melhorar, todos foram unânimes em dizer que já melhorou, mas que ainda pode melhorar, mas cada um revelou como essa melhora pode acontecer. Shirleyy e Sandro observaram que após a criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, Lei Alcyr Pires Vermelho, a cultura deu um salto, pois os agentes e instituições culturais puderam ter acesso a recursos que antes não existia. A falta de acesso a recursos devido à burocracia dessa lei de fomento foi apontada por Luiz Fernando e Carlinhos como uma parte que ainda falta melhorar na cultura do município. Ao mesmo tempo, foi lembrada por Shirleyy Melo a importância da criação das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que fazem chegar recurso na ponta, para os que mais precisam. Já Gilmara apontou que a cultura precisa de mais acolhimento, de entender as

necessidades de quem trabalha e vive de cultura, de fazer mais parte. Joia relatou que deveria haver investimentos em mais oficinas culturais incluindo também a leitura, estimulando a leitura em pontos já conhecidos na cidade, dando exemplo do Horto de Muriaé. Sandro relatou que falta divulgação e que as ações do Conselho Municipal de Política Cultural sejam mais publicizadas. Natalino disse que falta visibilidade para a cultura de Muriaé, alegando que muitos moradores não conhecem os movimentos culturais da cidade. Também relatou as dificuldades que a cultura sofreu no último governo federal com falta de políticas públicas e com a pandemia.

Sobre a relação com o território, seja ela política, cultural ou econômica, foi perguntado aos entrevistados sobre os espaços urbanos de Muriaé, como eles se desenvolveram, o que falta melhorar e também sobre suas relações de pertencimento com esses territórios diversos. Dois entrevistados disseram não se sentir pertencidos a esses espaços na cidade, Carlinhos e Luiz Fernando. Os outros disseram que frequentam, incluindo aí os equipamentos culturais como o Teatro Zaccaria Marques, o Teatro Belmira Vilas Boas e o Grande Hotel, embora tenham chamado a atenção pelo não funcionamento aos finais de semana. Shirleyy alegou que falta na cidade um espaço estruturado para receber eventos maiores. Gilmara apontou a questão da preocupação com a sustentabilidade ambiental lembrando que o Rio Muriaé precisa de mais cuidados. Carlinhos disse sentir falta de mais parques, mais shoppings, de um turismo rural mais estruturado, sugerindo a aquisição de um caminhão com estrutura de palco, som e iluminação que pudesse servir a eventos culturais por toda cidade, incluindo periferia e distritos. Natalino sugeriu espaços mais didáticos e organizados e também falou sobre a falta de acessibilidade na cidade. Luiz Fernando sugeriu que houvesse mais eventos nos espaços públicos para que estes tivessem mais utilidade.

Ao serem instigados a refletir sobre o futuro da cultura e dos espaços urbanos de Muriaé num horizonte de 10 anos, a maioria dos entrevistados se mostrou otimista, mas Carlinhos, embora também tenha se mostrado otimista com o cenário futuro apontou que pode piorar dependendo da política.

Shirleyy apontou que falta um espaço de eventos de maior porte e que obras precisarão ser feitas para melhoria do trânsito e que é preciso uma atenção especial com o Rio Muriaé. Joia revelou o desejo que as classes artísticas se unam em prol de um futuro melhor. Gilmara relatou que com união é possível deixar a cidade mais bonita, mais arborizada, com mais arte e menos violência. Carlinhos demonstrou o

desejo de ter mais pontos de cultura pela cidade, principalmente nas periferias e que os artistas possam viver da sua arte. Sandro falou sobre a necessidade do acesso mais democrático e da necessidade de apoio financeiro a grupos formais e informais. Luiz Fernando disse que espera que os produtores da periferia sejam mais valorizados e que a comunidade de periferia possa utilizar mais os espaços urbanos.

Shirley, Carlinhos e Sandro citaram as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo como iniciativas positivas de fomento à Cultura. A Lei Aldir Blanc surgiu a partir de um movimento de artistas e produtores culturais com apoio da Comissão de Cultura do Congresso que a muitas mãos foi elaborada e por pressão de todo um setor que foi um dos que mais sofreu na pandemia com o cancelamento de eventos, fez com que, mesmo num governo onde houve claramente um desmonte institucional da cultura, fosse sancionada e pudesse ser a primeira política de fomento direto a estados, municípios e ao Distrito Federal de recursos para a cultura. Tratava-se de uma lei de emergência cultural, uma política de repasse de recursos para os entes federativos para que os mesmos fomentassem artistas, produtores, técnicos e grupos formais e informais por meio de editais, chamamentos públicos e subsídio. A Lei recebeu o nome do compositor Aldir Blanc, vitimado pela COVID-19.

Hardman e Santini (2021) afirmaram que por outro lado, a LAB evidenciou a necessidade de conhecer, de forma ampla e sistemática, a realidade dos fazedores e fazedoras de cultura. E assim, havia a exigência de formação de um cadastro prévio de cultura para que os proponentes pudessem ter acesso aos editais. Ao todo foram 4.746 municípios e os 27 estados que aderiram à LAB e que receberam 3 bilhões de reais exclusivamente para ações emergenciais de cultura. Muriaé recebeu cerca de 760 mil reais que foram distribuídos em editais de fomento, premiação e subsídio totalizando 172 beneficiários, executando os recursos em sua totalidade<sup>20</sup>.

Embora tenha sido executada pela grande maioria dos municípios, cabe ressaltar a dificuldade e resistência de alguns municípios em trabalhar com uma Lei que tinha o objetivo exclusivo de repassar recursos ao setor de cultura. Houve municípios que não conseguiram executar 100% dos recursos recebidos e outros que não executaram nada, e ainda os que nem o Plano de Ação inseriram na plataforma a tempo e não aderiram à Lei e, portanto, não receberam o recurso. Isso

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>>. Acessado em 20/20/2024

demonstra a incapacidade técnica de muitos municípios brasileiros que não possuem em seu corpo técnico pessoas habilitadas para essa finalidade. Ressalta-se a escassez de apoio técnico pela Secretaria Especial de Cultura do então Ministério do Turismo que poderia ter auxiliado mais os municípios com tira-dúvidas, cartilhas, modelos de editais e outras maneiras que dessem suporte aos municípios carentes. Há também a questão do desinteresse de alguns gestores em trabalhar com uma Lei emergencial.

A LAB foi tão marcante que dela surgiu a Lei Complementar 195/2022 criando a Lei Paulo Gustavo, em homenagem ao ator também vitimado pela COVID-19 que se tornou a maior política de fomento à cultura de todos os tempos, totalizando 3,8 bilhões de recursos para o setor cultural. A LPG foi prorrogada e os entes federativos têm até 31 de dezembro de 2024 para realizar os repasses por meio de editais de fomento, premiação, chamamentos públicos e aquisição de bens e serviços que abrange principalmente recursos para o audiovisual (cerca de 70% do total disponibilizado), mas também abrange as demais áreas da cultura com um aporte menor. Para ter acesso aos recursos os entes federativos precisavam apenas inserir um Plano de Ação na plataforma TransfereGov. Como a LPG ainda está em vigor até o momento, ainda não se obteve dados precisos dos municípios que aderiram, mas todos os estados aderiram e estão executando a LPG. Em Muriaé, a LPG está sendo executada, parte dos repasses foram feitos em 2023 e os proponentes estão executando seus projetos em 2024. Foram lançados editais de pareceristas específicos para LPG, um edital Carlos Scalla para o audiovisual e um edital Multicultural para as demais áreas da cultura. Foram ao todo 22 contemplados nos editais que distribuíram parte dos recursos. Antes de lançarem os editais houve reuniões setoriais e um fórum de discussão, no entanto, os editais, principalmente do audiovisual foram extremamente exigentes fazendo com que os proponentes tivessem que buscar diretores experientes em outros municípios, deixando assim de fomentar os profissionais de audiovisual da cidade, dando oportunidades a novos diretores. Também chama a atenção o pequeno número de contemplados, mesmo que não tenha sido executado todos os recursos e que ainda sejam lançados novos editais em 2024. Em comparação aos últimos editais de incentivo à Cultura do Fundo Municipal Alcyr Pires Vermelho, o de 2022 contemplou 10 proponentes num montante 132 mil reais, e o de 2023 contemplou 12 proponentes num montante 151 mil e oitocentos reais.

O Decreto 11.525/2023 que regulamenta a LPG definiu que os entes federativos assumissem um compromisso de consolidar ou implementar seus sistemas de cultura com conselho, fundo e plano. Esse compromisso deve ser cumprido ainda em 2024 e será uma grande oportunidade de fazer com que o Sistema Nacional de Cultura seja, enfim, consolidado. Muriaé já aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e possui SMC e PMC consolidados.

A LAB também deu origem a outra política nacional de fomento, chamada inicialmente de Lei Aldir Blanc 2, hoje, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 e que tem como objetivo fomentar a cultura em todos estados, municípios e Distrito Federal. Esta não é uma Lei de caráter emergencial como foram as outras duas, mas de fomento continuado durante cinco anos consecutivos (2023-2027). Todos os estados aderiram e já receberam os recursos e 96,91% dos municípios aderiram à Lei em 2023 e alguns já receberam os recursos que devem ser executados em 2024. A PNAB tem como principais objetivos: estimular o fomento à cultura pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; garantir o financiamento e a manutenção de agentes, espaços e ações artísticos-culturais; democratizar o acesso e a produção artística nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais (MINC, 2023). Por ano serão destinados 3 bilhões de reais aos estados, municípios e Distrito Federal. O município de Muriaé em fevereiro de 2024 recebeu os recursos referente ao primeiro ano de execução da PNAB. Vale destacar que

20% do valor total do recurso recebido pelo ente federativo deve ser utilizado a fim de fomentar ações, projetos e programas realizados em áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais, por meio de editais de chamamento público, e outros instrumentos que permitam o apoio à produção cultural nesses territórios. (MINC, 2023)

Outra questão que a PNAB aborda é que para os municípios que receberão mais de 360 mil de recursos, 25% destes recursos deverão ser direcionados para consolidação ou implementação da Cultura Viva no município. Pela primeira vez Muriaé terá recursos exclusivos para os 12 Pontos de Cultura. Resta saber como vão proceder, já que muitos destes Pontos de Cultura são geridos por servidores públicos, que pela regulamentação do Fundo Municipal de Cultura não podem participar de editais de fomento e incentivo do município.

Serão cinco anos consecutivos de PNAB, de 2023 a 2027, o que

provavelmente mudará o cenário cultural de Muriaé, com os fazedores de cultura recebendo recursos durante esse período, e os Pontos de Cultura podendo ampliar suas atividades por toda comunidade.

Isso foi uma das pautas citadas por Shirley, sobre a necessidade de se repassar recursos anualmente para os grupos de cultura. A realidade é que a maioria dos fazedores culturais não consegue viver da arte, dos entrevistados apenas três vivem da arte, sendo dois servidores da Fundarte.

A falta de divulgação foi citada por vários como um problema que precisa ser resolvido, quem vive na cidade de Muriaé precisa conhecer sua cultura, seus artistas. Mesmo que tenha melhorado com as redes sociais, ainda há grupos muito tradicionais que não as usam.

Natalino e Sandro reforçaram a importância das culturas tradicionais de Muriaé e como elas têm se perpetuado ao longo dos anos como as Folias de Reis que são passadas de geração em geração e mesmo em meio a muitas dificuldades mantêm suas tradições ao longo dos anos.

Natalino também citou a importância da Fundarte como uma fundação pública com servidores concursados trabalhando com cultura para uma cidade como Muriaé, lembrando que muitas cidades não têm uma fundação com esse perfil, incluindo cidades grandes.

Mais de um entrevistado citou a importância de união entre os fazedores de cultura da cidade em prol de uma qualidade maior de vida para os mesmos.

Pode-se perceber, em suma, que os entrevistados apontaram os mesmos problemas na área da cultura como falta de divulgação e valorização, falta de recursos, falta de participação no conselho e falta de união entre seus pares. No entanto, todos apontaram soluções para que estes problemas possam ser amenizados.

Em termos dos espaços urbanos todos apontaram como se sentem em relação aos mesmos, sendo que a maioria frequenta e se sente pertencido a esses lugares públicos. Também apontaram problemas como trânsito caótico numa cidade com o porte de Muriaé e o excesso de automóveis, e a questão do Rio Muriaé que precisa urgente de uma maior atenção.

Dois dos entrevistados comentaram sobre a importância do fomento à economia criativa, justificando que o investimento em cultura faz gerar recursos em toda uma cadeia produtiva.

Entender o cenário da cultura em Muriaé e como é a relação das pessoas com os espaços urbanos da cidade levou a compreender melhor porque Muriaé foi escolhida como Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura. Assim, entende-se que as entrevistas cumpriram seu objetivo principal e que a escolha dos entrevistados foi oportuna. Como o programa se desenvolveu em Muriaé é o que se trata no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### **Muriaé: Cidade Piloto do programa “Cultura nas cidades sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações”**

---

Neste capítulo será analisada a participação de Muriaé como cidade Piloto no programa *Cultura nas cidades sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações. Cidades Piloto*.

Para compreender a participação de Muriaé, será descrito e analisado o processo de sua candidatura e seleção, a execução das atividades realizadas entre 2017 e 2020, as dificuldades encontradas, os possíveis enveredamentos e mecanismos de controle e monitoramento, além dos desdobramentos ocorridos entre os anos de 2021 ao início de 2024.

#### **3.1 Candidatura e seleção**

Em setembro de 2016 a CGLU abriu a chamada de cidades interessadas em participar do programa Cultura nas cidades sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações. Cidades Piloto, segunda edição do programa e o prazo para manifestações de interesse para apresentação das candidaturas venceu em 30 de novembro.

Na introdução desta pesquisa foi descrito como Muriaé encaminhou sua proposta de candidatura através de uma articulação dos representantes da administração municipal e de pessoas que haviam sido escolhidos pelo prefeito eleito (2016) para incorporarem à sua equipe<sup>21</sup>.

Em contato com Jordi Pascual, Coordenador de Cultura da CGLU, a Prefeitura de Muriaé, recebeu um material de apresentação do programa e um modelo de carta de expressão de interesse que a cidade deveria apresentar para formalizar sua candidatura.

Com o auxílio do consultor da CGLU no Brasil, José Oliveira Junior, que havia

---

<sup>21</sup> Como demonstrado na introdução desta pesquisa, a autora tem participação ativa e está intimamente ligada ao programa desde o início, como convidada a assumir a Direção Geral da FUNDARTE, tomou conhecimento da chamada através de estudos que realizava à época sobre a Agenda 21 da Cultura. Assim, articulou juntamente com o consultor da CGLU, José Jr, os trâmites necessários. Além disso, se identificou com a proposta apresentada por entender que possibilitava estabelecer na cidade as condições para que a cultura faça parte de um planejamento em prol do desenvolvimento local sustentável, e de pôr em prática políticas públicas que envolvam a economia criativa, objeto de estudo desta pesquisadora desde 2012.

trabalhado na construção do Plano Municipal de Cultura de Muriaé (2016) e também no programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura em Belo Horizonte (2014-2016), foram sugeridas algumas experiências em destaque nas políticas de cultura locais, sendo elas, as Escolas Municipais de Arte, a participação no Polo de Audiovisual da Zona da Mata e a aprovação do Plano Municipal de Cultura.

Como o município encontrava-se em período de transição de gestão municipal a carta foi assinada pelo então prefeito Aloísio Aquino (2013-2016) e pelo próximo prefeito Ioannis Konstantinos Grammaticopoulos (2017-2020).

O município recebeu a resposta com o comunicado oficial da CGLU, que confirmou a participação de Muriaé no programa no dia 19 de janeiro de 2017. Outra cidade brasileira que tentou viabilizar sua candidatura foi Salvador, porém não formalizou o processo, pois teve dificuldades para que o prefeito assinasse a carta de interesse. Além disso, Salvador à época não apresentava experiências que fossem consideradas relevantes para serem compartilhadas<sup>22</sup>.

A CGLU estabelece alguns critérios para seleção das cidades: ter pelo menos duas experiências a ser compartilhada com outra cidade como troca de experiência e aprendizagem, a formalização de uma carta de interesse firmado pelos representantes do governo local (prefeito, vice-prefeito), investimento em uma equipe que vai capitanear o processo e conhecimento de como funciona.

A experiência das Escolas Municipais de Arte é considerada bastante relevante e merece destaque. Quase nenhuma prefeitura brasileira, principalmente do interior do país, possui escolas públicas de arte funcionando nos moldes das escolas da Fundarte. São cinco escolas diferentes, todas criadas por lei, com professores técnicos concursados, cada qual com plano pedagógico que oferecem cursos e oficinas em diversas modalidades. A Escola de Dança, por exemplo, o Curso de Ballet tem duração de nove anos. As Escolas contam ainda com uma Coordenação geral que possui em seu quadro: pedagogo, assessores pedagógicos e coordenadores de cada escola.

A experiência do Polo de Audiovisual da Zona da Mata, organização da sociedade civil que articula regionalmente cidades próximas, localizadas na Zona da Mata mineira, para o fomento da economia criativa tendo como segmento

---

<sup>22</sup> Relatado por Jordi Pascual, Coordenador de Cultura da CGLU e José Oliveira Junior, consultor da CGLU, em videoconferência.

estruturante o audiovisual, embora precise de muitos ajustes, sob o ponto de vista da participação do setor público em igualdade de condições em todas as cidades participantes, demonstra ser uma experiência a ser compartilhada.

De certo, o apoio de José Junior foi fundamental, pois o fato de conhecer as políticas culturais desenvolvidas pela cidade contribuiu para a decisão final da CGLU, que levou a opinião de seu consultor em consideração. Esse é um caminho que outros municípios interessados a participarem das próximas edições devem seguir: a busca de apoio de um consultor com experiência em programas da CGLU.

Juntamente com a carta, o município recebeu algumas documentações e orientações burocráticas e iniciou-se o processo de formalização do Termo de Parceria entre a CGLU e a Prefeitura de Muriaé.

Na minuta do Termo de Parceria, destaca-se que os resultados esperados do "Programa Cidades Piloto em Muriaé" são os seguintes:

- **Reforço das redes locais** entre os agentes relevantes do setor público, privado e da sociedade civil no âmbito cultural.
- **Aumento da sensibilização e da compreensão**, entre os órgãos públicos, privados e da sociedade civil, bem como dos cidadãos das ligações entre cultura e desenvolvimento sustentável no nível local.
- **Divulgação de uma série de documentos públicos** que descrevem a conexão entre a política cultural da cidade e sua visão de desenvolvimento sustentável.
- **Um relatório interno com recomendações de acompanhamento**, preparado pelo perito externo, tendo em conta a avaliação do plano de trabalho e outras reflexões derivadas do Cultura 21: Ações.
- **Reforço da ligação em rede regional e internacional.**
- **Adesão à Agenda 21 para a rede "Cidades Piloto" da Cultura**, com oportunidades adicionais para participar em atividades transnacionais de aprendizagem entre pares (como a participação nas Cúpulas de Cultura e outros eventos promovidos pela Comissão de Cultura da CGLU sem custos com taxas de inscrição).

Ao final do programa, espera-se que a Cidade Piloto tenha uma dimensão cultural local mais coesa e capacitada; uma sociedade local mais ativa no domínio da cultura; uma maior visibilidade das suas políticas e programas culturais; e maior conexão internacional. Alguns desses resultados serão sentidos ao longo do

processo, outros ao final do programa. Invariavelmente, pode acontecer que alguns deles aconteçam mesmo depois de finalizado o programa, se as atividades propostas precisem de continuidade de ações para gerar resultados.

A Prefeitura de Muriaé estabeleceu que a Fundarte, na pessoa de sua Diretora-Geral, representará o município nas questões relativas à CGLU. Assim, a Diretora-Geral da Fundarte, Flávia Neves, encaminhou o Termo de Parceria foi à procuradoria jurídica do município, que apontou alguns pormenores para realização do acordo, pois enquanto organização estrangeira, a CGLU não possui autorização formal para funcionar em território nacional. Essa situação legal foi estabelecida pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) que foi regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014<sup>23</sup>.

Essa foi uma questão inesperada, tanto pelo município, quanto pela CGLU, pois quando o programa aconteceu nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte não houve problema como esse. Os ordenamentos jurídicos e administrativos experimentados pelos municípios brasileiros de Porto Alegre e Belo Horizonte foram anteriores ao MROSC e não puderam ser replicados em Muriaé. Essa situação jurídica impediu que a Prefeitura de Muriaé assinasse formalmente o Termo, porém a Coordenação de Cultura da CGLU, em maio de 2018, orientou que fosse dado continuidade ao programa até que a CGLU formalizasse sua situação no Brasil<sup>24</sup>. Assim sendo, solicitou que a Prefeitura definisse o Plano de Trabalho com o cronograma das atividades constantes no programa.

Não foi encontrado um meio legal para a formalização do Termo de Parceria, pois a CGLU não definiu como será sua representação no Brasil, se através da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, da qual já faz parte, ou através da Confederação Nacional de Municípios – CNM, da qual a CGLU não acordou formalmente sua participação. No entanto, observa-se que a FNP é uma entidade de cunho político posto que representa os prefeitos. Além disso, a participação dos

---

<sup>23</sup> A legislação trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O MROSC teve sua vigência iniciada no mês de janeiro de 2016, por intermédio da Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm)>. Acessado em 07/01/2019.

<sup>24</sup> Na reunião realizada na sede da CGLU, em Barcelona, no dia 11 de maio de 2018, entre a Diretora Geral da Fundarte, Flávia Neves e o Coordenador de Cultura da CGLU, Jordi Pascual, Muriaé foi autorizado a continuar com o programa mesmo sem efetuar os pagamentos das taxas previstas no termo de parceria.

municípios depende de uma adesão financeira, que em 2018 era de 40 mil reais por ano. Visto a dificuldade financeira que a maioria dos municípios brasileiros se encontra especialmente os mineiros que sofreram cortes de repasses constitucionais desde setembro de 2018, opina-se que essa entidade não seja a mais adequada para representar os interesses do município. Foi sugerido a Jordi Pascual, que a CGLU formalizasse um acordo com a CNM, pois se entende que esta é a entidade que defende os interesses dos municípios e que mais se aproxima aos objetivos da CGLU<sup>25</sup>.

### **3.2 Cidade líder, perito externo e ponto focal local**

Devido às dificuldades que surgiram para formalizar o acordo e, conseqüentemente, a realização dos pagamentos devidos pela cidade à CGLU, a Comissão de Cultura da CGLU apontou que seria inviável enviar um perito externo de outro país e sugeriu que o perito externo fosse um técnico brasileiro com experiência no programa realizado na Prefeitura de Belo Horizonte (2014-2016). Tal experiência fez com que a cidade de Belo Horizonte se tornasse uma Cidade Líder, na qual Muriaé se reportou até seu desligamento em 2018.

A Cidade Líder auxiliou Muriaé nos primeiros passos em relação ao programa, por meio de encontros em Belo Horizonte, nos quais participaram a equipe da Fundarte e a equipe da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte que trabalhou no programa Cidade Piloto em Belo Horizonte. Nesses encontros foram discutidos alguns tópicos importantes como a necessidade de criação de um setor de Relações Internacionais na estrutura administrativa da Prefeitura de Muriaé para viabilizar a transação financeira e institucional com a CGLU. Com a criação desse setor é possível estabelecer outras redes internacionais, como a rede do ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade), MERCOCIDADES, dentre outras. A própria participação de Muriaé no programa vem abrindo caminho para a participação em editais internacionais e a equipe da Fundarte analisou, junto ao perito, em quais deveria participar, porém, como veremos mais à frente, com a eminência da pandemia em 2020, os planos foram postergados.

---

<sup>25</sup> O objetivo maior da CNM é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar nossa entidade em referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/institucional/conhecaacnm#quem-somos>>. Acessado em 31/01/2019.

A dificuldade em achar um meio legal que viabilizasse o Termo de Parceria entre as partes atrasou a execução do programa em aproximadamente um ano. A Atividade 1 contou com o apoio da Cidade Líder e somente em 2018 foi definido oficialmente que o perito externo seria José Oliveira Junior. A CGLU indicou o apoio técnico de Janine Avelar, Coordenadora da Comissão de Internacionalização da Fundação de Cultura de BH e responsável pela parte operacional do programa na cidade.

O perito externo é um interlocutor entre a CGLU e a cidade participante e tem como função auxiliá-las de forma mais ampla e em vários aspectos. Para tanto, deve conhecer as particularidades e singularidades da cidade e, assim, orientar como o programa deve ser desenvolvido, quais atividades, medidas piloto, ferramentas de controle e monitoramento e instâncias participativas serão mais adequadas. É o responsável por auxiliar as cidades a moldar o programa ao contexto local com apoio do ponto focal local e dos interlocutores. Ao designar um técnico com esse intuito, o programa estabelece condições favoráveis para que seja adaptável às realidades locais, evitando-se ser um modelo replicado sem comprometimento com a compreensão do cenário local, as vocações e singularidades que identificam de forma distinta cada cidade.

O Ponto Focal Local ficou a cargo da Diretora Geral da Fundarte, Flávia Neves, em comum acordo com a Prefeitura e a CGLU.

Com essas definições iniciais, o procedimento seguinte, de acordo com as atividades previstas, foi estabelecer o calendário com a previsão de execução das mesmas em comum acordo com o perito externo e com o ponto focal local.

A Atividade 1 trata-se de uma análise do contexto local e diagnóstico inicial, que tem como objetivo melhorar o conhecimento mútuo e estabelecer a base para a colaboração. Nela estão inclusas as seguintes atividades:

- a) Análise documental acerca das políticas culturais locais e outros aspectos significativos desde o ponto de vista da sustentabilidade, a cargo do perito externo, com apoio da equipe local, e a elaboração de um breve “Perfil da cidade”.
- b) Visitas a equipamentos e projetos culturais significativos, a cargo do perito externo e alguns representantes das cidades beneficiárias.
- c) Reuniões com responsáveis institucionais do governo local e agentes significativos da sociedade civil.

d) Oficina de lançamento, com participação entre 20 a 30 agentes locais de distintos departamentos do governo local, agentes da sociedade civil, acadêmicos, entidades privadas, facilitado pelo perito externo. A oficina inclui uma apresentação da Agenda 21 da Cultura e de Cultura 21: Ações, assim como de outras questões relacionadas como desenvolvimento sustentável, governança, direitos culturais, dentre outros. É realizada uma primeira autoavaliação das políticas culturais e do desenvolvimento sustentável na CP 21. Com base nos resultados da oficina, se identificam entre 2 e 3 eixos que requeiram especial atenção (entre os 9 que conformam Cultura 21: Ações) e entre 2 e 3 onde existam boas práticas que podem servir de inspiração para outras cidades.

e) Atividade pública, coincidindo com a oficina, para apresentar Cultura 21: Ações e a participação da cidade no programa “A cultura nas cidades sustentáveis: Aprendendo com Cultura 21: Ações”, às instituições e pessoas envolvidas e debater sobre algumas questões importantes neste contexto. Se o evento público ocorrer, um breve “artigo” deve ser escrito e divulgado.

A Atividade 1 foi executada em 2018, com realização de reuniões, oficina de apresentação, aplicação de questionário e definição dos eixos a serem trabalhados.

A Atividade 2, mais especificamente a elaboração do Plano de Trabalho foi finalizada em abril de 2019.

A Atividade 3, implementação do Plano de Trabalho, sofreu algumas alterações ao longo do percurso. Inicialmente deveria seguir o seguinte desenho:



Figura 12: Desenho da implementação da atividade 3 do programa Cidade Piloto da Agenda 21 da Cultura. Fonte: CGLU. Presentación del programa. Ciudades Piloto 2016- 2019. Disponível em:

<[http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/cities/a21\\_pilotcities2015\\_global-def-spa.pdf](http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/cities/a21_pilotcities2015_global-def-spa.pdf)>

No entanto, com o atraso das atividades, muitas ações ficaram para serem executadas em 2020, e com o advento da pandemia de COVID-19 não foram levadas a êxito. Como por exemplo, a visita e a acolhida de outra Cidade Piloto.

Durante esta Atividade são definidas as medidas pilotos dos eixos que serão trabalhados e que foram definidos na Atividade 1.

A Atividade 4 trata-se da elaboração da conferência final, avaliação e relatório. Porém, novamente devido à pandemia, a conferência não foi realizada.

A Atividade 5 prevista para ser executada ao longo de todo programa, não foi bem planejada e a comunicação foi falha, pois percebe-se a dificuldade que os agentes locais (servidores municipais, servidores da Fundarte, conselheiros de cultura) em entender o programa. Outra questão é que, tanto a Fundarte, quanto a Prefeitura, explorou muito pouco o fato de Muriaé ser a única cidade brasileira a participar dessa edição do programa que tem tantas outras cidades conhecidas participando como Lisboa, Madri, dentre outras. Assim sendo, embora tenha sido alertado para a necessidade de uma mudança urgente de ação sobre a comunicação do programa e envolvimento de toda equipe para um planejamento mais efetivo desta atividade, tal atividade não chegou a ser elaborada com a eficiência devida.

A seguir, as atividades executadas serão descritas e analisadas.

### **3.3 Atividade 1**

Como o perito externo escolhido já havia prestado consultoria anterior ao município, a análise inicial da cidade precisou de poucos documentos adicionais que foram disponibilizados pela equipe local.

As primeiras visitas do perito deram-se antes mesmo de sua definição como perito, sua primeira vinda em março de 2017 teve como finalidade o planejamento das primeiras reuniões com os atores locais<sup>26</sup>.

O ponto focal local e o perito externo decidiram em conjunto, que o grupo de agentes locais seria formado pelos Chefes de Departamento da Fundarte, sendo os

---

<sup>26</sup> No início, José Junior participou como assessor da Cidade Líder, BH, e como consultor da CGLU.

departamentos de Cultura e Juventude, Memória e Patrimônio Cultural, Turismo, Administrativo, Escolas de Arte; e os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, que em sua composição paritária possui representantes da Prefeitura Municipal de Muriaé, da Fundarte e de vários segmentos da sociedade civil e do setor privado. Assim sendo, o grupo dos agentes locais engloba os diversos segmentos culturais, e demais representantes do setor privado e governo, favorecendo uma governança compartilhada na tomada de decisões ao longo do programa.

Esses agentes locais participaram da oficina inicial que aconteceram entre os dias 6 e 8 de abril de 2017 (Figura 13). Essa oficina teve como objetivo fazer uma apresentação do programa e uma explicação sobre a aplicação do questionário de avaliação inicial, previsto na metodologia do programa. Também foram feitas oficinas com diversos outros setores representativos da cidade com objetivo de divulgar o programa e convidar à participação os interessados. As reuniões seguiram um cronograma, apresentado no Quadro 6, onde pode-se observar quais setores representativos participaram.

A partir dessas reuniões iniciais, o ponto focal local e o perito externo decidiram que os interlocutores seriam Elise Ferreira, turismóloga e Assessora da Diretoria da Fundarte; Mariah Menezes, Arquiteta e Chefe do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural; Victor Hastenreiter, Relações Internacionais e Chefe do Departamento de Cultura. A escolha dos interlocutores se deu pela formação e capacidade técnica e pela aproximação com o ponto focal local no ambiente de trabalho. Essa equipe colaborou com o ponto focal local na redação de documentos e se comunicava com perito externo e outros agentes locais durante a implementação do programa.

Até o momento, sobre as ações dos interlocutores, foi avaliado pelo ponto focal local que havia necessidade de se envolverem mais no programa, precisavam se aprofundar mais nas questões que envolvem Relações Internacionais (o que poderia ter auxiliado mais efetivamente na busca de soluções para formalizar o termo de parceria). Uma ação considerada positiva, mesmo que haja ajustes necessários para sua melhoria, foi o I Fórum Regional de Patrimônio que foi coordenado por um dos interlocutores e será analisado mais adiante.

<b>Quadro 6 – Cronograma do 1º Seminário da Agenda 21 da Cultura de 2017. Muriaé, MG</b>		
<b>Local: Teatro Zaccaria Marques - Sede da Fundarte. De 06 a 08 de abril de 2017</b>		
<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>
<b>08h às 10h</b>	<b>08h às 10h</b>	<b>08h às 12h</b>
*Sesc *Sebrae *Condesc *CDL *Circuito Turístico Serra do Brigadeiro *Polo Audiovisual Zona da Mata *Cia Bras. De Alumínio *Memorial Cristiano Varela	*Prefeito *Vice-prefeito *Secretários municipais *Veredores	*Equipe Fundarte
<b>13h30 às 15h30</b>	<b>13h30 às 15h30</b>	
*IF Sudeste MG - Campus Muriaé *Unopar *Unifaminas *Faculdade Santa Marcelina	*Superintendência Regional de Ens. (Lideranças Escolas Estaduais) *Secretaria Municipal de Educação (Lideranças Escolas Municipais) *Colégio Equipe (Particular) *Colégio Santa Marcelina (Particular) *Escola São Paulo (Particular) *Secretaria de Estado de Des. Social *Academia Muriaeense de Letras	
<b>18h às 20h</b>	<b>18h às 20h</b>	
*CM Políticas Culturais *CM Patrimônio Cultural *CM Turismo *CM Juventude *Associação de Surdos de Muriaé *Centro de Integração e Assistência Social dos Deficientes de Muriaé	*Comunidades *Bairros *Distritos *Grupo Folcl. Santa Terezinha *Liga Carnavalesca de Muriaé *União das Associações de Moradores de Bairros de Muriaé *ONG Identidade das Ruas *Movimento Pró-cultura	

Fonte: arquivo da Fundarte, abril de 2017.



Figura 13: Primeira reunião com equipe da Fundarte. Fonte: acervo próprio da Fundarte, 08 de abril de 2017. Local: Sede da Fundarte

Como justificado anteriormente, os problemas de ordem jurídica atrasaram a realização dos inícios das atividades. A Atividade 1 foi concluída apenas em setembro de 2018. Entre março e junho de 2017 foram realizadas reuniões específicas com a equipe para planejamento das atividades e apresentação do resultado da primeira avaliação realizada através do compilado dos resultados obtidos nos questionários aplicados entre os meses de março e abril de 2017 e do Gráfico gerado (Figura 14). O Gráfico (radar) aponta os resultados da seguinte maneira: para cada eixo avaliado quanto mais próximo do centro mais negativo é o resultado (avaliação próximo do zero), quanto mais próxima das extremidades mais positiva é a avaliação.

Os nove eixos estabelecidos no programa, constantes do documento Cultura 21: Ações, se apresentaram da seguinte maneira na percepção inicial:

- **POSITIVOS (precisam ser fortalecidos e consolidados)**  
 Memória, Diversidade e Criatividade  
 Cultura e Educação
- **INTERMEDIÁRIOS (precisam de maior esforço do poder público)**  
 Governança da Cultura  
 Direitos Culturais  
 Cultura, Planejamento Urbano e Espaço Público  
 Cultura Sustentada  
 e Economia Solidária
- **MUITO NEGATIVOS (necessitam atenção particular)**  
 Cultura e Meio Ambiente  
 Cultura, Coesão Social e Igualdade Cultural,  
 Comunicação e Informação

Durante todo o período de realização da Atividade 1 foram realizados encontros com o Prefeito Municipal, Vereadores, Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria de Governo. Todos esses encontros juntamente com a análise documental e o resultado do Gráfico inicial serviram como base para que o perito pudesse elaborar a análise do contexto local sugerindo quais áreas o programa deveria atuar de maneira mais incisiva.

Em sua análise inicial, o perito destacou que Muriaé foi escolhida para integrar o programa de Cidades Piloto pelo conjunto de avanços acontecido até

2015, tendo duas experiências para compartilhar com os outros municípios: As Escolas Municipais de Arte e a participação no Polo Audiovisual da Zona da Mata. Em sua opinião, essas deveriam ser as experiências a serem trocadas com uma das outras 17 cidades de diversas partes do mundo participantes dessa edição do programa, recebendo equipes dessas cidades, e, posteriormente, visitando uma dessas cidades, que não necessariamente deverá ser a mesma que irá receber. Esse intercâmbio e a participação efetiva no programa possibilitaria a participação da cidade nas redes internacionais e nos programas de editais de financiamento em médio prazo. Infelizmente, essa experiência foi cancelada devido à pandemia.



Figura 14: Gráfico (radar) com resultado da primeira avaliação. Autor: José Oliveira Junior. Maio de 2017.

O perito externo apontou que há uma série de pontos específicos que podem significar impacto nas políticas locais com a participação no programa, dentre os quais se destaca:

**Programa de Pactuação** – Redesenho das instâncias participativas.

**Programa de Informações e Indicadores** – Monitoramento das Políticas Públicas com base georreferenciada.

**Programa de Formação** – Redesenho das Escolas de Arte.

**Programa de Financiamento** – Articulação internacional para financiar projetos diversos nas áreas de planejamento urbano.

**Programa Intersetorial** – Articulação com outras áreas de governo para os ODS, principalmente o ODS 11, e desenvolvimento da economia criativa e da cultura nos diversos distritos do município e na sede urbana.

**Programa de cultura e políticas urbanas** - Programa de Avaliação de Impacto Cultural. Oficina de aspectos culturais do desenvolvimento e regulação urbana.

Os pontos específicos apontados pelo perito são orientações para proposições de medidas piloto e de políticas públicas a serem adotadas pelo município, baseados em sua análise inicial.

Sobre o processo de escolha dos eixos a serem trabalhados, o perito externo argumentou que, entre os nove eixos propostos pelo documento Cultura 21: Ações, o Gráfico Radar de autoavaliação apontava que o município tinha questões a serem fortalecidas e ressaltadas como positivas (como as escolas municipais de arte), outras que exigiam atenção e precisavam de intervenção imediata para ser aperfeiçoadas (como legislação e participação social), e outras que não tinham sido iniciadas (como as questões urbanísticas e de comunicação e cultura). Assim, o foco do programa de Muriaé CP 21, em sua opinião, deveria ser na reformulação dos marcos regulatórios municipais e no fortalecimento do sistema municipal de financiamento da cultura em uma primeira etapa e, sem seguida, a reorganização das políticas de patrimônio e institucionalização de uma política municipal de fomento à economia criativa.

A análise inicial do perito apontou três eixos prioritários, nos quais devem ser elaboradas medidas piloto no Plano de Trabalho: Direitos Culturais; Governança da Cultura; Cultura, Planejamento Urbano e Espaço Público. Embora o desenho final do Gráfico inicial não tenha apontado essas áreas como extremamente negativas, a análise do contexto local identificou que essas áreas são fundamentais para que a cultura atue significativamente no desenvolvimento sustentável da cidade. Além disso, as medidas piloto seriam apoiadas em ações viáveis que pudessem ser mais facilmente realizáveis. O perito analisou que fortalecer o que está funcionando parcialmente é mais efetivo do que trabalhar outro eixo que demandaria muito esforço e que os resultados corressem o risco de não serem percebidos ou alcançados.

Percebeu-se que, embora outros eixos tenham sido avaliados como muito negativos, necessitando de atenção particular, o curto espaço de tempo para ação efetiva prejudicaria a obtenção dos resultados esperados. Acredita-se que atuar nos eixos avaliados como intermediários é uma tática interessante, pois dependem quase que exclusivamente de um maior esforço do poder público, as ações são

menos complexas e poderão gerar resultados em curto e médio prazo. Na análise geral do cenário das políticas culturais de Muriaé, foram identificados pontos negativos como os Marcos Regulatórios municipais da Cultura, dentre eles a falta de um Sistema Municipal de Cultura que estivesse em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, que possibilitasse a ampliação das formas de fomento e financiamento; a composição do Conselho Municipal de Política Cultural com muitos membros, pouca participação e uma legislação em desacordo com as novas recomendações dos tribunais de conta e controladorias; a estrutura das Escolas de Arte, principalmente em relação ao quadro de cargos e o conflito identificado entre a estrutura da escola livre e a carreira de professor efetivo, devido ao não reconhecimento do MEC dessa compatibilidade.

Outro ponto negativo identificado pela análise do perito foi o ordenamento urbano da cidade e o distanciamento da sede com os distritos, não apenas geográfico, mas de falta de conexão das políticas públicas que compreenda todo território do município. As legislações urbanísticas são datadas de mais de 30 anos, o Plano Diretor de 2006 não foi aplicado e sua revisão naquela época ainda não havia acontecido. O trânsito na cidade é caótico, as paisagens não são levadas em conta nas legislações existentes, não participam da política de patrimônio cultural, nem do planejamento urbano. Não há projetos específicos de melhoria da imagem urbana, nem projetos que incluam o Rio Muriaé que corta a sede urbana neste contexto. Os espaços públicos não são reconhecidos pelos moradores vizinhos como ambientes propícios a interação e às diversas manifestações culturais, o que tem gerado conflitos com os grupos que se apropriam desses espaços.

O Plano Municipal de Turismo, revisado em 2017 pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, precisa ser refeito, pois não possui um diagnóstico das vocações do município, não há um cadastro das atividades e serviços turísticos existentes, não cria condições para que a cidade seja um produto turístico atraente e não aponta qual tipo de turista quer atrair para a cidade e quais as medidas de controle para o turismo sustentável. Ademais, como cidade sede do Circuito Turístico da Serra do Brigadeiro, foi pontado pelo COMTUR a necessidade de se pensar as atividades de turismo regionalmente.

O Plano Municipal de Cultura, criado por lei em 2016<sup>27</sup>, não estabeleceu um

---

<sup>27</sup> Lei Municipal nº 5.241, de 1º de junho de 2016. Disponível em:

Plano de Metas para as ações apontadas, o que dificultou sua continuidade.

A estrutura administrativa da Fundarte não possui setor específico ativo para fomentar estudos e pesquisas, acompanhamentos de editais e sistema de monitoramento e avaliação, como um “observatório” das políticas públicas de cultura.

Foram identificadas dificuldades de acessibilidade aos equipamentos e eventos culturais da cidade, principalmente em relação a pouca oferta de transporte público nas periferias e sedes de distrito, mesmo ofertando atividades culturais gratuitas, moradores da periferia e de distritos ficam impedidos de participarem dependendo dos dias e horários. Além disso, a centralização das ações na sede urbana também foi apontada como entrave para o pleno exercício dos direitos culturais, entendido como o direito de ter acesso à cultura e dela participar. Isso acontece porque todos os principais equipamentos culturais públicos estão concentrados no centro da cidade.

Com base nesses apontamentos, o perito, o ponto focal local e os interlocutores puderam então passar para a segunda Atividade – elaboração do Plano de Trabalho.

Os resultados esperados da Atividade 1 foram alcançados, pois os documentos “Perfil da Cidade” e “Radar 1” estão disponíveis na página dedicada ao programa<sup>28</sup>, e foram elaborados pelo perito. O artigo que resume o evento público não foi escrito nem divulgado. Isso se deve ao fato do atraso na efetivação do programa, como ponderado anteriormente, e ao fato de haver falhas identificadas quanto à comunicação, que precisa ser reformulada.

Cabe ressaltar que o distanciamento das ações da Atividade 1, devido à paralização do programa entre os meses de junho de 2017 a maio de 2018, quando enfim, Muriaé foi autorizado a seguir com o programa, prejudicou seu andamento. A mobilização inicial dos atores locais foi positiva, mas o resultado desses primeiros encontros não foi apresentado em tempo hábil, o que fez com que os participantes iniciais se desinteressassem pelo programa por não entenderem sua importância, já que, obviamente não foram comunicados do resultado dessa primeira atividade.

### **3.4 Atividade 2**

---

<<http://camamuraiae.mg.gov.br/port al/leis-municipais/leis-municipais-2/>>

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.agenda21culture.net/our-cities/muriae>>. Acessado em: 06/02/2024.

O plano de trabalho foi elaborado em conjunto com o ponto focal, o perito e os interlocutores, tem como objetivo melhorar o desempenho da cidade em áreas onde foram identificadas necessidades. Além disso, o plano de trabalho incluiu diferentes atividades de sensibilização e capacitação com os agentes locais e mecanismos de monitoramento baseados no conteúdo do documento Cultura 21: Ações.

Para elaboração desse plano foram realizadas reuniões coordenadas pelo perito e ponto focal local, sendo uma com os interlocutores, e outra com os Chefes de Departamento da Fundarte, ambas no dia 24 de setembro de 2018.

Antes mesmo da construção do plano, algumas ações já haviam sido propostas pelo perito, como por exemplo, a instituição do Sistema Municipal de Cultura, como uma ação de curto prazo do eixo Governança da Cultura. Para tanto, foi estabelecido como se daria o processo de participação dos diversos agentes na formulação desse sistema, identificando-se a necessidade de realizar primeiramente uma capacitação voltada aos conselheiros de cultura para habilitá-los às discussões que viriam a serem propostas.

A capacitação do Conselho Municipal de Política Cultural aconteceu no dia 26 de abril de 2018, data da posse do Conselho. A partir dessa capacitação houve a formatação de um projeto de lei pela assessoria jurídica com a participação do perito e do ponto focal local que ajustaram o projeto à realidade do município. Esse projeto foi amplamente discutido numa comissão mista formada pelos conselheiros e após aprovação em plenária foi encaminhado à Câmara Municipal.

O ponto focal local reconheceu a necessidade de detalhar aos vereadores o projeto proposto e juntamente com a assessoria jurídica realizaram uma reunião com a participação do Prefeito para explicar a importância da criação do Sistema Municipal de Cultura e sanar dúvidas que porventura permanecessem. O Sistema Municipal de Cultura foi aprovado por unanimidade, sem emendas, e a Lei nº 5.656 foi sancionada no dia 13 de junho de 2018.

Em sequência foram publicados dois decretos de regulamentação do Sistema Municipal de Cultura, o Decreto nº 8.722 de 20 de setembro de 2018 que trata sobre o Fundo Municipal de Cultura, e o Decreto nº 8.775 de 05 de novembro de 2018 que trata sobre a nova composição do Conselho Municipal de Política Cultural, cuja eleição dos representantes dos segmentos da sociedade civil aconteceu no dia 30 de janeiro de 2019.

Outra demanda em relação ao quadro de cargo de professores das Escolas

de Arte que foi alterado pela Lei nº 5.757 de 14 de novembro de 2018.

Esses novos Marcos Regulatórios estabeleceram condições fundamentais para que o eixo **Governança da Cultura** pudesse ter condições para implementar medidas que possam promover a criação, a produção, a distribuição e o acesso no que se refere aos diversos bens e serviços culturais que contribui para sistemas transparentes e participativos (UNESCO, 2018, p. 6).

Segundo o Cultura 21: Ações (CGLU, 2015), a governança local da cultura deve incluir mapeamento cultural com identificação dos recursos; planejamento estratégico com definição de prioridades e avaliação. Recomenda ainda que uma governança equilibrada promove instâncias participativas públicas, tais como os conselhos de cultura, promovendo a responsabilidade compartilhada com a sociedade civil. O governo local deve ser capaz de assumir diferentes papéis (ora de líder, ora de financiador, ora de facilitador, ora de observador), de identificar os obstáculos para a cooperação e promover as sinergias entre os diferentes atores (CGLU, 2015, p. 34).

Nesse sentido, o Sistema Municipal de Cultura – SMC atende em parte essas recomendações, mas por si só não garantirá que os resultados esperados sejam alcançados. A criação do SMC é um avanço, pois dentre outros aspectos, garante legalmente a participação de diversos grupos da sociedade civil, que são todos eleitos pelos seus pares. Anteriormente, representantes de entidades eram indicados pelo prefeito e apenas os segmentos da área da cultura eram eleitos, na nova legislação todos devem participar do processo eleitoral. O SMC cria meios, aponta caminhos, mas dele deverão surgir o planejamento estratégico com a participação do Conselho, mais fortalecido após a criação do sistema. Quanto ao quesito transparência, o sistema contribuiu para criar novos instrumentos, dentre eles: possibilidade de contratação de pareceristas externos através de editais, proibição de participação de conselheiros e servidores municipais em editais de incentivo, plano bianual de financiamento e o Fundo Municipal de Cultura que passa a ser gerido pelo conselho.

Como ação direcionada a melhoria das instâncias participativas, foi instituído em janeiro de 2018 o programa “Fundarte em toda parte” que promovia rodas de conversa com as comunidades locais, principalmente de periferias e distritos, com intuito de conhecer as demandas e divulgar as ações da instituição. Na primeira parte do encontro era aplicado um questionário aos participantes com objetivo de

saber o que eles conhecem dos programas e ações que a Fundarte realizava. A roda de conversa tem como objetivo reconhecer e mapear atividades e movimentos culturais do local, além de identificar aspectos que dificultam a população do local de terem mais acesso à cultura, bem como identificar os desejos dos moradores em relação às atividades culturais e sugestões de melhorias dos serviços prestados.

Esse programa, a partir de 2019, ampliou suas ações e estabeleceu um calendário anual passando a abranger a comunidade escolar para mobilizar pais e professores, aumentando o número de participantes. A realização de alguma atividade cultural durante as reuniões estava prevista para as próximas edições com o intuito de atrair mais participantes. Percebeu-se que as comunidades mais periféricas e nos distritos a participação foi mais expressiva, pois esses locais mais distantes a oportunidade de se dialogar diretamente com representantes do poder público é mais rara.

Como medidas complementares desse eixo estão previstos o desenvolvimento de plataformas online para os diversos editais, como de pareceristas (peritos técnicos que avaliarão editais de incentivo, premiação, dentre outras modalidades), de incentivo, premiação e credenciamento permanente de artistas. Outra ação prevista foi a realização de um seminário interno com as Escolas de Arte e uma especialista indicada pelo perito externo, Amanda Carolina Moreira, especialista em Mediação em Arte, Cultura e Educação, que teve como objetivo central redesenhar a estrutura das Escolas de Arte e foi realizado em abril de 2019.

Melhorar a governança da cultura, de um modo geral implica em convencer aos decisores e as diferentes partes intervenientes sobre a importância em investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, pois pode renovar a percepção sobre o desenvolvimento sustentável, garantir o exercício das liberdades e dos direitos humanos e fortalecer a coesão social (UNESCO, 2009, p. 3).

Em relação ao eixo **Cultura, planejamento urbano e espaços públicos**, os agentes locais e os interlocutores participaram ativamente da formulação da revisão do Plano Diretor Participativo que aconteceu durante todo ano de 2018. Destaca-se a participação direta da interlocutora Mariah Freitas e Menezes que atuou como colaboradora nas reuniões com as comunidades e do ponto focal local, nas reuniões preliminares e nas audiências públicas. O ponto focal local e as interlocutoras Mariah e Elise fizeram parte do grupo de estudos que colaborou com propostas para o

Plano Diretor. As duas primeiras como membros do Conselho Municipal de Planejamento - COMUPLAM, a última como membro do Conselho Municipal de Turismo e Presidente da Associação dos Municípios do Circuito Turístico da Serra do Brigadeiro.

A participação nos seminários setoriais, nas reuniões e nas audiências públicas culminou com a contribuição de diversos aspectos do projeto de lei do Plano Diretor a ser votado na Câmara Municipal nas primeiras reuniões de 2019. Contribuições nas áreas específicas da cultura, turismo e patrimônio cultural, com destaque para a proposta de criação das Áreas de Especial Interesse Turístico Natural (AIT N) e Histórico (AIT H) que amplia a Zona de Preservação Histórica, conhecida como Caminho Cultural, instituído pela Lei nº 3.772/2009, com objetivo de promover Muriaé como destino turístico, com foco nos segmentos de ecoturismo, de aventura e histórico-cultural (Figura 15).

Sobre a diretriz de reforçar a importância histórico-cultural, por meio da preservação e da valorização do patrimônio existente em Muriaé, o Plano Diretor prevê as seguintes estratégias:

- I. Fortalecer a Fundarte, responsável pela gestão do patrimônio cultural e do turismo de Muriaé; e
- II. Desenvolver parcerias junto às demais esferas governamentais de tal modo a captar recursos para:
  - a) Revisão do Plano Municipal de Turismo, agregando os objetivos estabelecidos pela Política Urbana de Muriaé;
  - b) Desenvolvimento de programas e projetos específicos para restauro e manutenção do patrimônio;
  - c) Desenvolvimento de uma rota que integre o patrimônio cultural da sede urbana e demais bens da área rural, localizados notadamente nos Distritos de Pirapanema e Bom Jesus da Cachoeira Alegre;
  - d) Desenvolver projetos que integrem as feiras locais, com as demais atividades histórico-culturais de Muriaé.

Além disso, o Plano Diretor estipula que o gabarito máximo das novas edificações, reformas e/ou ampliações localizadas na AIT H não poderá ultrapassar a altura máxima de 12 metros do nível da rua como forma de preservar a paisagem do sítio histórico. Outro aspecto importante é que a aprovação de novas edificações, construções, reformas, ampliações ou restauros nesta área deve levar em

consideração a manutenção e valorização dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos que definem a paisagem urbana de interesse histórico, deve também ser analisada pela Fundarte.

O projeto de lei do Plano Diretor prevê a elaboração da Lei de Publicidade e Propaganda com o intuito de disciplinar a implantação de mobiliário urbano, veiculação publicitária, anúncios indicativos, artefatos e pequenos equipamentos de uso público na AIT H, com intuito de melhorar a imagem da cidade.

A definição da Área de Especial Interesse para a Qualificação da Paisagem Urbana – AIQP visa reconhecer a importância do Rio Muriaé na estruturação urbana e paisagística de Muriaé e tem como objetivo propiciar a população um sistema de áreas verdes urbanas, de forma a tornar a cidade integrada, além de incrementar a qualidade paisagística da sede de Muriaé e contribuir para o contato dos cidadãos com a natureza.

O Rio Muriaé corta boa parte do perímetro urbano da sede do município (Figura 16), considerado como estruturador do tecido urbano e marco da paisagem local. Foi identificado durante o processo de formulação do novo Plano Diretor a necessidade de reestruturação das margens do Rio Muriaé, ampliar e interligar a rede de ciclovias de seu curso, assim como ampliar as opções de deslocamentos diários e opções de lazer. Assim, está previsto a construção de um Parque Linear através de Operação Urbana Consorciada - OUC. O Quadro 7 mostra os objetivos e diretrizes dessa OUC proposta.

Recomenda-se, porém, que o Plano da OUC contenha estratégias para a implantação de programas habitacionais de interesse social de maneira a garantir a permanência de famílias de condições sociais menos favorecidas, apesar da possível valorização da terra urbana decorrente da reestruturação urbana (GEO BRASILIS, 2018)<sup>29</sup>.

Em relação ao programa CP 21 esses aspectos tratam especificamente sobre a criação de estratégias para melhoria dos aspectos negativos apontados na análise inicial, dentre os quais, a imagem da cidade e a consideração do conceito de paisagem natural e cultural como previsto no Cultura 21: Ações (CGLU, 2015, p. 31).

As ações propostas de mudanças dos Marcos Regulatórios garantem sua

---

<sup>29</sup> Etapa 3, Prognóstico: diretrizes PDP, orientações Lei de Zoneamento, projetos e ações. Plano Diretor Participativo de Muriaé – MG, Geo Brasilis, 2018.

legalidade, mas não sua efetividade, que dependerá dos esforços dos gestores públicos e da abertura à participação da sociedade civil e de outros atores interessados. Cabe destacar que a OUC ainda não foi executada até o início do ano de 2024.

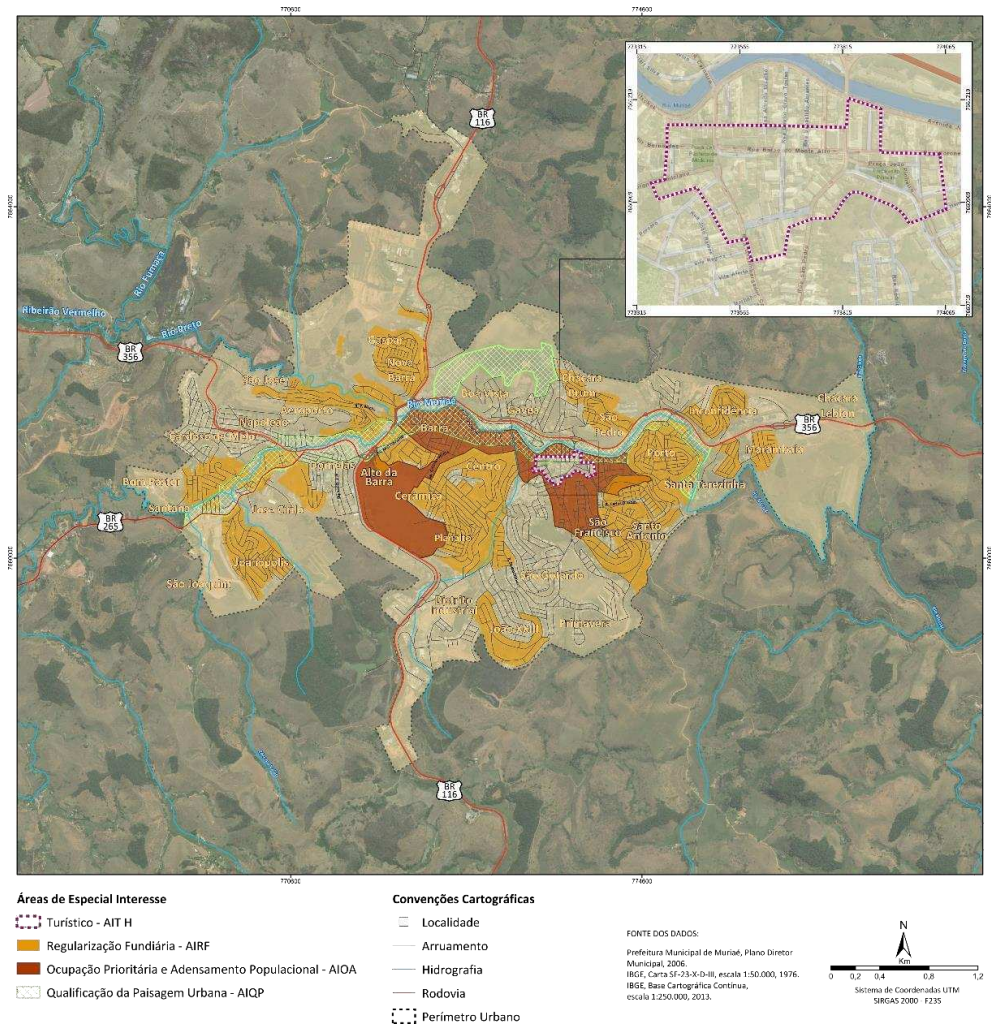


Figura 15: Mapa - Áreas de Especial Interesse Urbano. Fonte: Geo Brasilis, 2018. Disponível em: <[www.muriae.mg.gov.br](http://www.muriae.mg.gov.br)>. Acessado em dezembro de 2018.



Figura 16: Imagem aérea do Rio Muriaé desde o Bairro da Barra até o Bairro do Porto. Fonte: Arquivo Prefeitura de Muriaé, 2014.

Quadro 7: Objetivos e diretrizes da OUC	
Objetivos	Diretrizes
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a qualidade de vida dos atuais e futuros moradores e usuários da região, com a recuperação das margens do Rio Muriaé.</li> <li>▪ Priorizar a valorização dos espaços de vivência e do uso público.</li> <li>▪ Possibilitar a mescla de atividades e estimular a dinâmica urbana.</li> <li>▪ Criar condições para que os proprietários, moradores e investidores participem das transformações urbanísticas de Muriaé</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estruturar um sistema de áreas verdes urbanas, melhorando a qualidade paisagística proporcionando um espaço urbano mais integrado e o contato com a natureza mais próximo.</li> <li>▪ Reconhecer a importância do Rio Muriaé na estruturação urbana e paisagística de Muriaé.</li> <li>▪ Promover uma conexão de áreas verde entre as margens do Rio Muriaé e o Horto Florestal.</li> <li>▪ Desenvolver um Plano de OUC do Parque Linear do Rio Muriaé, de modo a contemplar: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pistas de caminhada</li> <li>- Ciclovia</li> <li>- Espaços para prática esportiva</li> <li>- Espaços de convivência</li> </ul> </li> </ul>

Quadro 7. Fonte: Geo Brasília, 2018.

Em agosto de 2018, a Fundarte realizou a primeira edição do Fórum Regional de Patrimônio Cultural com intuito de promover capacitação e troca de experiências entre a cidade e os municípios vizinhos, e entre o meio acadêmico e a sociedade civil, promovendo o debate sobre a paisagem urbana e o papel da memória na preservação do patrimônio cultural. O Fórum teve como tema *Patrimônio Cultural e Cidadania*, e como objetivo, abordar, com assuntos temáticos, a relação de pertencimento e cidadania junto à preservação do Patrimônio Cultural.

Em relação ao programa CP 21, foi a primeira instância de participação regional criada que objetivou discutir temas correlatos ao eixo de ação **Cultura, planejamento urbano e espaço público**.

O Fórum integrou a programação da Mostra de Patrimônio Cultural que

aconteceu entre os dias 17 e 31 de agosto de 2018 e incluíram oficinas de Educação Patrimonial, exposições temáticas, visitas guiadas e a 5ª edição do Prêmio de Incentivo ao Patrimônio Cultural.

A programação foi dividida em duas mesas redondas que abordaram na primeira os eixos: patrimônio e paisagens culturais; patrimônio cultural e turismo. A segunda mesa redonda incluiu os eixos: plano diretor e instrumentos de proteção do patrimônio cultural; patrimônio cultural e memória.

A primeira mesa redonda, contou com a palestra “Paisagem cultural: entre o patrimônio material, imaterial e natural” de Leonardo Civale, Professor Pós Doutor do programa de pós-graduação profissional em Patrimônio, paisagem e cidadania da UFV e teve como mediadora Mariah Freitas e Menezes. Na segunda mesa redonda, foi proferida a palestra “Memória como recurso local” com José Oliveira Júnior, tendo como mediadora Flávia de Mello Neves.

O resultado do fórum foi satisfatório em relação ao tema proposto e às mesas redondas que trouxeram conteúdos interessantes para discussão. No entanto, houve baixa participação de público, principalmente de acadêmicos e de outras cidades da região (das cidades da região apenas Carangola participou) o que prejudicou as discussões regionais como o fórum se propunha. Isso se deve a uma falta de planejamento de comunicação junto às instituições de ensino superior de Muriaé e região de forma a atrair maior número de acadêmicos e professores. Destaca-se que o fórum foi realizado no início do segundo semestre letivo (a data foi escolhida por coincidir com o Dia do Patrimônio Cultural comemorado no dia 17 de agosto), e que como a intenção é manter essa data, todo esforço de comunicação e atração de participantes deverá ocorrer ainda no primeiro semestre letivo.

Sobre o eixo **Cultura, planejamento urbano e espaços públicos**, cabe apontar as observações do Cultura 21: Ações, como a de que o planejamento urbano que não considera os fatores culturais torna-se obstáculo para a memória e a criatividade, promove a homogeneização e limita as oportunidades de participar da vida cultural. Como dito por Jane Jacobs na década de 1960:

As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes de sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades fora delas. (JACOBS, 2000, p. 499)

Devem-se considerar outras sinergias entre a cultura, o ordenamento urbano

e os espaços públicos como: a necessidade de projetos de desenvolvimento urbano adaptados ao seu contexto cultural que proporcionem singularidade à cidade; o reconhecimento do potencial das atividades culturais para contribuir para a regeneração urbana; o equilíbrio entre os centros das cidades e a descentralização dos bairros; e a participação dos habitantes e dos diversos agentes do território no planejamento urbano. (CGLU, 2015, p. 30).

Sob recomendação do perito, a implantação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Urbano e Cidade Criativa, deverá ser proposto em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa e as instituições de ensino superior da cidade. Esse grupo de trabalho teria como objetivo monitorar e avaliar as diretrizes propostas no novo Plano Diretor e deverá encaminhar os resultados ao COMUPLAM. O perito considera a participação de uma instituição federal fundamental para o processo por considerar a qualidade de seu corpo técnico de acadêmicos e pesquisadores, além de ser um potencial agente multiplicador das propostas do Cultura 21: Ações. O ponto focal local concorda, porém acredita que trabalhar com uma instituição de ensino local é mais adequado pela facilidade de diálogo e de participação efetiva nas atividades propostas, além de uma proximidade com o contexto local e entendimento das necessidades da cidade, embora um não exclua a participação do outro, mas deverão ocorrer de formas distintas. Durante a execução do programa algumas medidas piloto tiveram participação das instituições de ensino locais e da UFV, porém o Grupo de Trabalho não foi formalizado devido à falta de empenho dos responsáveis.

Ainda estão sendo alinhadas ações transversais entre esse eixo e o eixo **Direitos Culturais** como estratégia de integração urbana entre os diversos territórios, com foco nos distritos e periferia, com objetivo de ampliar o direito à cidade pelos habitantes dessas regiões.

Sobre esse último eixo a ser trabalhado está previsto a formatação do Caderno de Metas do Plano Municipal de Cultura para promover as condições do exercício dos direitos culturais na cidade.

Entende-se que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos fundamentais e reportam-se ao direito de qualquer pessoa de se expressar livremente, de ter acesso a valores e a identidades, bem como de participar ativamente da vida cultural. Eles garantem a possibilidade de uma pessoa se identificar com uma ou várias comunidades culturais e modificar esta escolha ao

longo da sua vida. As políticas públicas locais devem contribuir para que os cidadãos possam exercer os seus direitos determinando livremente a sua identidade, e ainda possam desenvolver e exercer as suas capacidades criativas, reconhecer as diversas expressões culturais (CGLU, 2015, p.18).

Todos os três eixos que devem receber maior atenção poderiam ter sido aprimorados após o intercâmbio com outra cidade e consequentes trocas de experiência e aprendizagem.

Algumas outras ações e eventos específicos constam do Plano de Trabalho do programa CP 21 em Muriaé:

- Participação na 3ª Cúpula de Cultura em Buenos Aires, onde foi apresentada, pelo ponto focal local a Boa Prática (experiência a ser compartilhada): Escolas Municipais de Arte da Fundarte (Abril/2019);
- Realização do Seminário Nacional de Turismo e Patrimônio Cultural (Outubro/2019), com a participação do Ministério do Turismo, SESC-MG e SEBRAE como parceiros;
- Conferência Municipal de Cultura (2020) com objetivo de formular e aprovar o Caderno de Metas do Plano Municipal de Cultura e sua revisão para os próximos 10 anos.

A finalização do Plano de Trabalho aconteceu no mês de abril de 2019.

### **3.5 Atividade 3**

O plano de trabalho projetado é coordenado pelo ponto focal local, em estreito contato com os interlocutores e partes interessadas.

Ao longo da fase de implementação foram elaboradas, de forma contínua e transversal, atividades de acompanhamento e de revisão do plano de trabalho, assim como de comunicação e elaboração de relatórios. Essas atividades tiveram como objetivo acompanhar se os resultados esperados foram alcançados e permitiram identificar os progressos realizados.

Nesta fase foram implementadas as medidas piloto centradas nos três eixos definidos pelo perito externo como prioritários. No caso de Muriaé essas medidas trataram principalmente de melhorar a aprendizagem interna, a capacitação e espaços de reflexão, como um primeiro passo para o desenvolvimento de outros programas a médio e longo prazo.

Devido ao tempo disponível, foi recomendado, como mencionado anteriormente que Muriaé focasse em um número reduzido de ações viáveis, para que pudesse ser a base para programas maiores e permanentes. Como o programa Cidades Piloto não pretende ter um fim em si mesmo, deve-se estimular a continuidade das atividades propostas, que devem ser monitoradas, melhoradas e ajustadas conforme as necessidades que se apresentarem, como de fato se espera de uma cidade comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Nesta fase do programa, deveriam ter sido realizados seminários de aprendizagem entre iguais, onde Muriaé deveria ter promovido uma visita à outra cidade piloto. Aqui ressaltamos que essa fase não foi realizada com outra cidade piloto devido à pandemia de COVID-19 e ao atraso na execução das atividades previstas. No entanto, Muriaé realizou uma visita à Fortaleza em março de 2020 onde tiveram a oportunidade de conhecer políticas públicas nas áreas dos três eixos que compreendem as medidas piloto. Nessa visita participaram a Diretora Geral da Fundarte, Flávia Neves, ponto focal, e sua assessora Elise Ferreira. Na oportunidade participaram do Seminário Internacional de Políticas Inovadoras para Cidades, além de terem visitado equipamentos culturais e tomar conhecimento de um plano estratégico da cidade de Fortaleza para um horizonte de 40 anos que inspirou as representantes de Muriaé a realizar algo parecido, pois viabilizou que a cidade de Fortaleza pudesse conseguir financiamento internacional para importantes obras de infraestrutura urbana. Também puderam conhecer uma escola de Gastronomia Social, programa do Estado do Ceará e tomar conhecimento do programa Rede Cuca que é uma política pública de proteção social e oportunidades para jovens, que poderia ser replicado em Muriaé, principalmente na periferia e distritos. Foram dias de muito aprendizado e troca de experiências, que, no entanto, foram interrompidos pela pandemia que uma semana após o retorno à Muriaé, estourou em todo globo.

A outra ação de aprendizagem entre iguais seria a de receber uma cidade piloto com a organização de um seminário com participação de agentes significativos do governo local, da sociedade civil e do setor privado da cidade beneficiária e de representantes de outra cidade piloto, o que não foi possível devido à pandemia.

Sobre as medidas piloto constantes no plano de trabalho que concentrou suas ações entre 2019 e 2020, muitas foram realizadas e outras tiveram que ser adaptadas ou canceladas ao longo do ano de 2020. Tais medidas serão relatadas a

seguir.

A primeira delas foi a participação de Muriaé na Cúpula da Cultura organizada pela CGLU e realizada em abril de 2019 na cidade de Buenos Aires. Na oportunidade a representante da cidade, Diretora Geral da Fundarte, Flávia Neves, pode realizar troca de experiências com outras cidades e participar de um grupo de trabalho juntamente com a representante de Santo André-SP com a monitoria de um representante de La Paz Cidade Piloto onde puderam desenvolver um projeto piloto usando a metodologia Canvas. Esse projeto foi desenvolvido com a ideia de promover a descentralização e estimular a formação de multiplicadores através de oficinas de arte que pudessem promover oportunidades principalmente para jovens e crianças com alto índice de vulnerabilidade social. Dessas oficinas seriam selecionados bolsistas que receberiam ajuda de custo para frequentarem as Escolas de Arte da Fundarte. De volta à Muriaé o projeto foi desenvolvido no papel, mas não foi executado por falta de recursos financeiros e humanos que inviabilizaram sua execução.

Também em abril foi realizado um Seminário das Escolas de Arte da Fundarte onde Amanda Moreira pode aplicar uma metodologia para identificar e propor um novo desenho das escolas de arte, apresentando algumas boas práticas, propondo soluções de sustentabilidade e uma parceria com o Polo de Audiovisual da Zona da Mata que não foi efetivada. Deste seminário foi feito um relatório que serviu como base documental para a busca de soluções para as escolas. Infelizmente, a escola sofreu mudanças repentinas na sua coordenação geral e com o advento da pandemia tiveram que se adaptar ao modelo on-line de aulas, e todo o planejamento inicialmente pensado de iniciar a mudança da escola livre para uma escola técnica reconhecida pelo MEC ficaram para depois. O plano era começar pela escola de música, mais antiga e mais consolidada e com sede própria que facilmente poderia ser adaptada às exigências do MEC.

A reorganização dos marcos regulatórios teve início em 2018, como mencionado anteriormente, com a aprovação do Sistema Municipal de Cultura, e teve sua continuação em 2019 com a eleição de novos membros do Conselho Municipal de Cultura, que embora tenha como presidente a Diretora da Fundarte, passou a configurar com uma mesa diretora tendo representantes do governo e da sociedade civil. Também em 2019 o edital de cultura passou a utilizar uma plataforma on-line para inscrição e foi lançado o primeiro edital de pareceristas

externos tendo recebido inscrições de todo país. Vale ressaltar que também houve melhorias como a abertura do cadastro de cultura e a criação do edital de credenciamento de artistas. Algumas medidas que os novos marcos impuseram como a proibição de servidores públicos municipais de participarem de editais de fomento e incentivo se mostraram bastante impopulares.

O Seminário Nacional de Turismo e Patrimônio Cultural “Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis” ocorreu em outubro de 2019 e teve a participação de mais de 500 inscritos com a presença de mais de dez prefeitos na cerimônia de abertura. O seminário contou com o apoio do SEBRAE, da UFV, da Faminas, da CGLU e do MinTur. Foi desenvolvido em três dias, com painéis de discussão sobre tema pré-definidos, oficinas e workshops e feira de negócios. Deste seminário conseguiu-se formalizar a intenção de criação de uma Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo que foi efetivada em 2020 com o apoio de Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais.

A discussão do caderno de metas e ações do Plano Municipal de Cultura foi iniciada juntamente com o Conselho Municipal de Cultura, tendo sido apresentado um balanço das metas já cumpridas, das que estavam parcialmente cumpridas e das que faltavam ser realizadas. A ideia inicial era ter as metas aprovadas na conferência de cultura que seria realizada em 2020 e foi cancelada devido à pandemia. Foi entregue aos conselheiros ao final de 2020 um esquema para que de cada eixo estabelecido no caderno de metas fossem estabelecidas cinco metas realizáveis e prioritárias para que se transformassem em ações propriamente ditas. Esse documento não teve continuidade após a troca de gestão municipal.

Como avaliação dos avanços e preparação para próxima fase do plano de trabalho foi aplicado em 2018 novo questionário e emitido novo radar (Radar 2) que encontra-se nos anexos. Também foi realizada em 2019 reunião conjunta com todos os conselhos geridos pela Fundarte (COMPAC, CONTUR, CMPC, CONJUV) para avaliação do programa e traçar estratégias conjuntas para 2020, com a participação do perito externo, onde foi debatido sobre o programa e as medidas piloto propostas. Os participantes puderam sugerir novas formas de mobilização para que a participação aumente e para que os atores locais possam compreender o objetivo do programa, a relação entre a cultura e o desenvolvimento sustentável. Também foi realizada uma formação em elaboração de projeto em dezembro de 2019.

As ações previstas para 2020 tiveram que ser todas alteradas, adaptadas ou canceladas devido aos motivos já expostos e foram criadas novas ações que se transformaram em boas práticas e constam no site da Agenda 21 da Cultura<sup>30</sup>. Neste documento está descrito as medidas específicas para responder à crise sanitária que abalaram as sociedades e os setores culturais em todo o mundo. Dentre as ações foi criado um Festival Gastronômico on-line que incentivou o *delivery* de estabelecimentos comerciais no ramo de bares, lanchonetes e restaurantes, fazendo com que fosse divulgado nas redes sociais da Fundarte os pratos participantes. Também tiveram apoio institucional as lives promovidas pelos artistas da cidade, além de produção de conteúdo das escolas de arte para seus alunos. Foi também criado um canal do YouTube da Fundarte<sup>31</sup> com disponibilização de produções audiovisuais locais aberta ao público em geral. Foi disponibilizado link no Google Drive de obras literárias disponibilizadas pelo público em geral como uma ação da Biblioteca Municipal. Outras ações tiveram curso ao longo do primeiro ano pandêmico e estão constantes no site da Agenda 21 da Cultura.

Vale destacar a participação efetiva que Muriaé teve na criação da Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo lançada em 2020 e que teve a Diretora Geral da Fundarte, Flávia Neves, como sua primeira vice-presidente. Na oportunidade toda comunidade cultural e artística brasileira estava se movimentando para formatação de uma lei emergencial da cultura, que recebeu o nome de Aldir Blanc em homenagem ao artista vitimado pela COVID-19. A Rede teve papel primordial de representatividade e auxílio aos municípios mineiros para sua efetivação e participação.

Em Muriaé foi formado um Comitê de Crise que teve a participação do Conselho Municipal de Política Cultural e representantes de instituições e grupos e coletivos de cultura do município. Esse Comitê ficou responsável por deliberar sobre a elaboração do Plano de Ação que distribuiu os recursos por editais levando em consideração o cadastro de cultura. Muriaé conseguiu em tempo, até dezembro de 2020, distribuir recursos para os 172 inscritos nos editais.

Das atividades que anteriormente estavam previstas para acontecer no ano de 2020 e que não puderam ser realizadas, destaca-se: a formação do grupo de

---

<sup>30</sup> Disponível em: < <https://www.agenda21culture.net/culture-muriae-covid-19>>, acessado em 07/02/2024.

<sup>31</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/@fundartemuriae2001>>, acessado em 07/02/2024

trabalho planejamento urbano sustentável que deveria abranger a apresentação da proposta aos secretários municipais, promover o acompanhamento e monitoramento do plano diretor, fazer com que os recursos obtidos da transferência do direito de construir fossem transferidos para o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural. Realização de semana de formação profissional para Economia Criativa em parceria com o SEBRAE, voltada para a qualificação e capacitação para exercício de funções ligadas à Economia da Criatividade. Biblioteca do Século XXI - Muriaé com a promoção de um seminário interno sobre a criação de um grande programa de promoção da leitura e inclusão sociocultural com intercâmbio com cidades da rede de Cidades da Agenda 21, e um estudo para implantação de núcleos das bibliotecas nos distritos e para programa em conjunto com fundo do idoso. Realização da 5ª Conferência Municipal de Cultura com a validação do caderno de metas e ações do Plano Municipal de Cultura, com prioridades para os próximos seis anos. Seminário de encerramento da etapa 2020 do programa Cidade Piloto.

Ainda em 2020, a Fundarte realizou juntamente com o SEBRAE uma série de encontros virtuais que tinham como objetivo detectar entraves e promover a melhoria do ambiente de negócios da cidade, utilizando a metodologia DELL para a criação do Plano de Desenvolvimento Econômico de Muriaé, que contou com a participação de vários representantes de instituições empresariais e educacionais da cidade, além de representantes do governo municipal, que culminou com a criação de um grupo independente Muriaé Mais, que infelizmente não teve continuidade nos anos posteriores.

Além do ano atípico que vivemos que nos forçou a adaptar todos os meios de comunicação e trabalho, a própria CGLU se viu num cenário que concentrou todos seus esforços a ajudar as cidades e governos locais a enfrentarem a crise sanitária, que atingiu a todos e principalmente a classe artística e cultural. Desse modo, o programa Cidades Piloto passou a ter outro enfoque e os eventos foram todos interrompidos, não só em Muriaé, como em todas as outras cidades participantes do programa.

O programa tem como foco a aprendizagem e capacitação e, como tal, embora haja um esforço e incentivo à participação dos atores locais, e as próprias cidades tenham certa liberdade em definir as atividades a serem implementadas, tudo é feito em comum acordo com o perito externo e, muitas vezes as atividades e medidas piloto são sugeridas por ele, bem como os eixos que serão trabalhados. Durante boa

parte do programa, há orientações constantes do perito externo na definição e implementação das medidas piloto. No entanto, o perito externo tem como missão, ao longo do programa, de desenvolver capacidades para que as Cidades Piloto passem a ter condições de tornarem-se protagonistas e de assumirem as tomadas de decisões. Não foi encontrado nenhum material referencial consistente de acompanhamento das cidades que já passaram pelo programa para se avaliar se o aprendizado foi absorvido, se há continuidade das ações, a não ser nas cidades líderes.

### 3.6 Atividade 4

No final do processo deveria ser organizada uma conferência de um dia de duração, com a participação dos agentes envolvidos na oficina inicial, o perito externo e outros atores importantes, a fim de avaliar os resultados do programa de trabalho. A Conferência final no entanto não pode ser realizada.

Ao final do programa, o perito externo preparou um breve relatório com recomendações para o acompanhamento. O relatório destaca em especial: as recomendações para futuras ações locais; as lições aprendidas através de reuniões entre as cidades participantes; e a relevância e contribuição dos temas identificados para a agenda global em matéria de cultura e desenvolvimento sustentável.

O relatório compila e problematiza os principais elementos relativos às políticas culturais municipais que foram organizados ou reformulados entre 2017 e 2020, apontando recomendações que podem balizar a continuidade do desenvolvimento das políticas locais à luz das referências da agenda 21 da cultura.

No relatório foi apresentado um quadro de evolução das políticas culturais em Muriaé, representado a seguir.

Quadro 8: Evolução do panorama das políticas culturais em Muriaé

	Situação em 2016/2017	Situação em 2019/2020
<b>Lei do sistema</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem legislação ainda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação municipal consolidada numa única legislação.</li> </ul>
<b>Órgão gestor de cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação, de natureza pública, com quadro reduzido de pessoal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter a Fundação, com estudo de desenho organizacional e preparação de minuta para novo concurso público e calendário de implantação do plano de carreira da cultura</li> </ul>
<b>Plano Municipal decenal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano recém aprovado, sem definição de prioridades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do GT para definição do documento que será votado na conferência municipal de cultura, com foco na priorização e capacidade real de execução.</li> </ul>

<b>Sistema Municipal de Financiamento a Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei genérica, unida a esporte e turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação municipal consolidada numa única legislação.</li> <li>• Capítulo específico da voltado para o sistema de financiamento.</li> <li>• Inclusão da possibilidade de outras modalidades de apoio, além de projetos (prêmios, bolsas, ações estruturadoras)</li> <li>• Inserção de percentual de renúncia fiscal para apoio a projetos e ações de cultura</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão avulsa de seleção de projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credenciamento nacional de peritos em avaliação de projetos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artistas e grupos contratados de forma esporádica, com procedimentos avulsos e trabalhosos tanto para artistas quanto para o órgão gestor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credenciamento de artistas para apresentações culturais, diminuindo o tempo dos processos e facilitando a atuação dos profissionais.</li> </ul>
<b>Sistema Municipal de governança em Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Municipal do Patrimônio</li> <li>• Conselho Municipal de Cultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Municipal do Patrimônio mantido no mesmo desenho.</li> <li>• Ampliação das representações e reformulação da legislação Conselho Municipal de Política Cultural.</li> </ul>
<b>Sistema Municipal de Formação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cinco escolas municipais criadas por legislação entre 1994 e 2015</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de reorganização das escolas municipais de Artes – Seminário Técnico das Escolas de Arte.</li> </ul>
<b>Sistema Municipal de Patrimônio e Memória / Política Urbana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interferência zero das políticas de cultura e patrimônio no âmbito do Plano Diretor da Cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão de elaboração de regulamentação municipal de estudos de impacto cultural e medidas compensatórias para o patrimônio.</li> <li>• Articulação com as instituições universitárias da região para ampliar a atuação da cultura nos grandes projetos de intervenção urbana.</li> </ul>

Quadro 8. Fonte: Oliveira Jr, José. Relatório Final Programa Muriaé Cidade Piloto. 2020.

Como desafios das políticas culturais do município, José Jr (2020) apontou os seguintes fatores:

- Programa de Pactuação – Redesenho das instâncias participativas do município e estabelecimento de programa de atuação conjunta dos diversos conselhos do município para integração e potencialização dos diversos programas e planos municipais.
- Programa de Formação – Redesenho das Escolas de Arte de Muriaé e maior integração com as unidades de ensino profissionalizante, técnico e superior da região (IF Sudeste Campus Muriaé, UNIFAMINAS, UFV, SEBRAE, SENAI, etc).
- Programa de Financiamento – Articulação local para financiar ações de economia criativa no município e na região, através da implantação de longo prazo do novo sistema municipal de financiamento da cultura e estabelecimento de mecanismos de fomento a pequenos e médios negócios de base criativa no município.
- Programa Intersetorial e Interregional – Centrado na perspectiva da valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável,

busca articulação com outras áreas de governo para desenvolvimento de um Plano Municipal de longo prazo para desenvolvimento local, com base na implantação dos ODS, no desenvolvimento da economia criativa e da cultura nos diversos distritos do município e na sede urbana, na melhoria do ambiente de negócios no município bem como na articulação efetiva com outros municípios da microrregião.

- e) Programa de cultura e políticas urbanas - Programa de Avaliação de Impacto Cultural, Oficina de aspectos culturais do desenvolvimento e regulação urbana e seminários de memória, criatividade e desenvolvimento regional, bianuais a partir de 2019, com os anos ímpares destinados ao Fórum de Patrimônio Cultural, e anos pares destinados ao Seminário de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, ambos em parceria com a UFV, SECULT e SEBRAE.
- f) Programa de Informações e Indicadores – Desenvolvimento e implantação de sistema de coleta e Monitoramento das Políticas Públicas municipais com base Georreferenciada.

Dos desafios apresentados o que de fato se consolidou nos anos seguintes ao do programa foi a realização do Fórum Regional de Patrimônio Cultural e do Seminário Nacional em anos subsequentes. Os demais desafios apontados ainda necessitam de serem trabalhados.

Na sequência o relatório apontou algumas recomendações por tópicos, iniciando pelo marcos regulatórios, sugerindo a realização de novo concurso público com base na nova reestruturação da instituição proposta ao longo de 2017-2020, que ainda não foi realizado até o início de 2024.

Também foi recomendada a estruturação de um cadastramento único por meio do Mapa Cultural do Sistema Estadual, que até o momento não foi organizado pelo Estado.

Inserção da renúncia fiscal prevista no Sistema Municipal de Cultural no plano plrianual para posterior abertura do edital, que até então não foi regulamentado.

Qualificação de artistas e técnicos para elaboração de projetos e prestação de contas tem sido feita a cada lançamento de novo edital desde 2021.

Avaliação dos mecanismos executados em 2020 e discussão pública de aperfeiçoamento para os editais a serem lançados em 2021. Não houve tal avaliação e nem houve discussão pública, os editais foram lançados sem a participação efetiva

do público.

Com relação ao tópico Educação foram recomendadas várias ações em parceria com a Secretaria Municipal de Educação para fomento do livro e da leitura, porém nenhuma das recomendações foi seguida até o ano de 2024.

Sobre a Rede de Municípios, foram relatadas algumas recomendações que em parte foram seguidas como a efetivação da Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo que vem se fortalecendo cada vez mais com encontros periódicos de troca de experiências e aprendizagem. A continuidade do Seminário Nacional de Turismo e patrimônio Cultural que teve sua segunda edição realizada em 2023. E o fortalecimento da gastronomia e cultura alimentar com a continuidade de eventos que promovem a gastronomia local e regional e a criação de cursos profissionalizantes nesta área com a inauguração do Centro de Treinamento Profissional com escola de gastronomia em 2024.

Em relação ao tópico Governança, nenhuma das recomendações foi seguida, mesmo tendo sido realizados um fórum e uma conferência de cultura, o caderno de metas do PMC não foi discutido em nenhum dos eventos.

No tópico Cultura, Planejamento Urbano e Espaço Público as recomendações também não foram seguidas, a transferência do direito de construir ainda não foi regulamentada pelo município e não política pública efetiva que incentive maior participação dos distritos até o início de 2024.

Vale ressaltar que a direção da Fundarte teve duas alterações, a primeira entre os anos de 2021 e 2022, na mudança de gestão, havendo uma segunda troca ao final de 2022. Não se sabe ao certo se esse documento que foi entregue na mudança de gestão municipal em 2021 foi repassado à gestora posterior e, mesmo tendo sido solicitada uma entrevista com a segunda gestora, ela se recusou a participar. Assim sendo, não há como avaliar se há conhecimento do documento elaborado e a razão pelas quais as recomendações não foram seguidas em sua totalidade.

### **3.7 Atividade 5**

A Atividade 5 trata-se da comunicação ao longo de toda a execução do programa, é a única atividade que deve ocorrer durante todo processo.

Cada CP 21 deve ser incentivada a difundir as atividades do programa por meio de seus próprios canais de comunicação e outros.

A Atividade 5 – comunicação estava prevista para acontecer durante todo processo do programa.

A CGLU criou e disponibilizou a logo oficial do programa para Muriaé em três línguas (inglês, francês e espanhol), como nas imagens a seguir (Figura 17).



Figura 17: Logos do programa de Muriaé em inglês, francês e espanhol. Fonte: CGLU, 2017.

No site da Agenda 21 da Cultura foi criada uma página específica para cada cidade piloto (Figuras 18 e 19). Esta página deveria ser alimentada no curso do projeto, contendo os seguintes documentos em três línguas (inglês, francês e espanhol):

- Perfil da cidade
- Documento “Radar 1”
- Plano de trabalho e seu resumo
- Relatório da visita a outra cidade
- Relatório do seminário de acolhida de outra cidade
- 2-3 boas práticas
- Documento “Radar 2”
- Relatório final elaborado pelo perito e seu resumo
- Artigo final elaborado pela cidade.

Dentre esses documentos, os dois primeiros citados estão na página<sup>32</sup>. Além de uma boa prática, o programa Muriaé Vive Cultura realizado durante o primeiro ano da pandemia.

<sup>32</sup> Disponível em: < <https://www.agenda21culture.net/our-cities/muriae>>, acessado em 07/02/2024.

## Nuestras Ciudades Piloto son

Ver en lista Ver en mapa

PROGRAMA GLOBAL

Bale-Mahault (Guadeloupe, Francia)	Chauen (Marruecos)	Chignahuapan (Puebla, México)
Concepción (Chile)	Córdoba (Argentina)	Cuenca (Azuay, Ecuador)
Escazú (Costa Rica)	Konya (Turquia)	La Paz (Bolivia)
Mérida (Yucatán, México)	Muriaé (Minas Gerais, Brasil)	Puebla (México)
Santa Fe (Santa Fe, Argentina)	Sinaloa (México)	

Figura 18: Lista das Cidades Piloto. Fonte: CGLU. Disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/es/nuestras-ciudades/ciudades-piloto>>. Acessado em dezembro de 2018.

## Nuestras Ciudades Piloto son

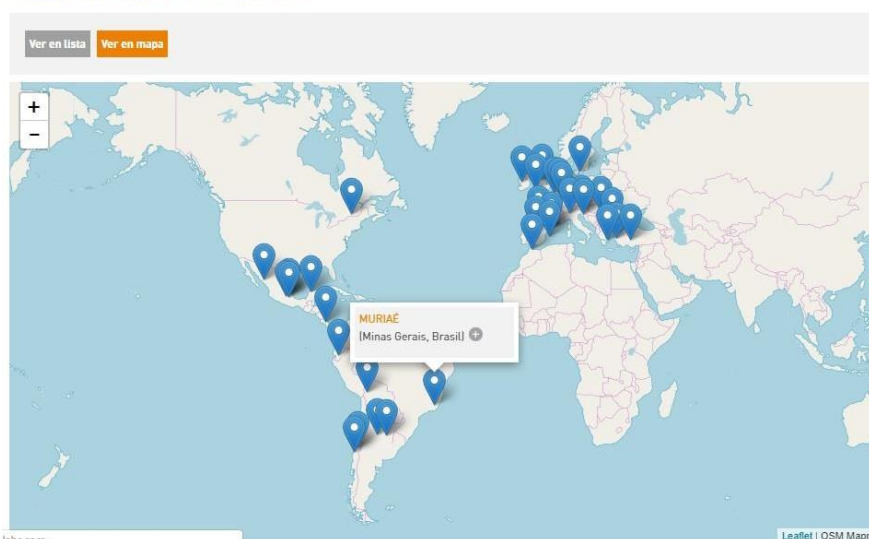


Figura 19: Mapa das Cidades Piloto. Fonte: CGLU. Disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/es/nuestras-ciudades/ciudades-piloto>>. Acessado em dezembro de 2018.

Nas reuniões internas de trabalho foi apontada pelo perito externo a necessidade de se desenhar uma nova marca da Fundarte que estivesse mais conectada com as ações desenvolvidas sem deixar de lado a identidade cultural com a cidade, o que foi aceito e compreendido pelo ponto focal local e pelos interlocutores. A logo proposta traz identidade ao representar o patrimônio natural de Muriaé, principalmente o Rio de mesmo nome que corta toda extensão da área urbana do distrito sede e suas matas e morros. Tem a intenção de ter representada a terra onde tudo se constrói, onde se passa o intercâmbio coletivo, cultural e social de uma cidade (Figura 20). A nova logo foi aprovada em Lei nº 5.795 de 20 de março de 2019 pela Câmara Municipal, no entanto, apesar de constar em lei ela foi substituída pela marca antiga na troca da gestão municipal em 2021.



Figura 20: Nova marca proposta para Fundarte. Fonte: arquivo da Fundarte, 2018.

No decorrer do programa foram elaborados materiais gráficos que tanto foram impressos como publicados nas redes sociais da Fundarte sobre o programa CP21 como forma de melhoria da comunicação com as partes interessadas. Também houve a inserção da marca de Muriaé Cidade Piloto em todas as mídias produzidas pela Fundarte e a impressão de banners utilizados nas ações e eventos da Fundação. No entanto, deve-se frisar que a falta de comunicação foi sentida durante todo processo, que pode ter sido prejudicada pelo atraso na continuidade das ações, principalmente no ano de 2018 e, posteriormente devido à pandemia.

Ao longo do desenvolvimento do programa, como forma de monitoramento, o questionário de autoavaliação foi replicado em alguns momentos. Sua última aplicação aconteceu no dia 30 de agosto de 2018 numa reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural. Em setembro de 2018, foram feitas reuniões específicas com os interlocutores e com os Conselhos Municipais que atuam na Fundarte (Política Cultural, Patrimônio Cultural, Turismo e Juventude). Os resultados obtidos foram similares aos preliminares, com melhoria na avaliação do eixo Governança da Cultura, que de fato, foi o eixo com ações mais concretas.

A participação da cidade de Muriaé no programa Cidades Piloto da Agenda 21 da Cultura ainda não teve seus resultados sentidos pela população. Muito se deve ao fato dos entraves burocráticos encontrados que atrasaram o início das atividades, mas também a uma falta de comunicação efetiva que sensibilizasse os agentes locais, a Prefeitura como um todo e a equipe sobre a importância do programa para a cidade, em termos de avanços que poderão ser alcançados nas políticas públicas que contemplem a cultura como desenvolvimento sustentável. Os objetivos e os resultados esperados estão facilmente percebidos pelo ponto focal local e pelo perito, porém resta ainda planejar como fazer para que o programa seja compreendido e abraçado pelos agentes locais e gestores públicos.

## Considerações finais

---

Com esta pesquisa, foi proposto analisar a participação de Muriaé no programa *Cidades Sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21: Ações*. da CGLU, com intuito de investigar o papel da cultura no desenvolvimento local sustentável. Embora o programa tenha sido executado parcialmente, posto que como apresentado algumas fases não foram concluídas devido, principalmente, à pandemia, acredita-se ser pertinente apresentá-lo como objeto de estudo para entender seus processos participativos que buscam promover capacidades nas cidades para trabalharem políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável.

Ao longo do estudo foram apresentadas a simbiose da cultura com o desenvolvimento sustentável, fundamentado nas suas conexões com a economia e como ela se insere nos processos de regeneração urbana.

O papel da cultura, por vezes apresentado como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, demonstrou-se de modo mais coerente quando a cultura é abordada *como base do* desenvolvimento sustentável, como uma dimensão que conversa transversalmente com as outras três dimensões (econômica, social e ambiental) de forma dinâmica. Isso é sentido especialmente no campo das cidades, onde a cultura se destaca por ser a base de sua identidade. A simbiose íntima da cultura e da cidade está na diversidade, na sua memória, no seu patrimônio cultural, nas manifestações e expressões culturais, que quando preservadas e respeitadas fazem com que se compreenda melhor o contexto urbano e também suas singularidades. Está na relação das pessoas com os equipamentos urbanos e espaços públicos. Está no desenvolvimento humano, no respeito às liberdades que promove o aumento da autoestima e o sentimento de pertencimento dos que nela vivem. Está na ampliação e garantia do exercício dos direitos culturais que faz com que a cultura esteja presente em todos os territórios e que todos possam acessá-la e dela desfrutar.

Nesse sentido, a cultura deve ser utilizada como instrumento de políticas públicas como facilitadora do diálogo e da participação da sociedade civil em todos os setores importantes como educação, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, saúde, dentre outros.

Mas, para a promoção de um desenvolvimento local sustentável é preciso que a governança abrace e se comprometa a entender essas relações, que busque criar

condições para que as políticas públicas sejam mais participativas com interação dos atores locais, alcance novas formas de financiamento e novas relações institucionais, inclua as periferias, preserve sua memória, promova a expansão simbólica de legitimação das políticas urbanas. Aí está, talvez, o maior mérito do programa *Cidades Sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21 ações*. O programa estabelece uma série de ferramentas que oportuniza a melhoria da formulação de políticas públicas que tem a cultura como cerne.

Em relação à importância do programa CP 21 para as cidades brasileiras, a crise institucional e econômica que atingiu o país (e mais fortemente os municípios) deve impactar ainda mais na resistência dos chefes do executivo nos municípios à estruturação das políticas de cultura em âmbito municipal. A previsão dos especialistas econômicos é que a queda da atividade econômica foi tão forte no período 2020-2022, que ainda demorará certo tempo para que haja recuperação da economia e, conseqüentemente, a arrecadação dos municípios ainda tenha alguns anos de muita limitação financeira. Por outro lado, deveria ser uma oportunidade para os municípios investirem ainda mais na economia criativa, no fortalecimento do ambiente de inovação e nas trocas de experiência, buscando alternativas viáveis à crise instalada. Mas, em meio à crise, o comportamento dos gestores municipais costuma ser de retração e poucos se arriscam em inovar. Assim, abraçar programas como o CP 21, nesse cenário, demanda um perfil de gestor mais arrojado e visionário como que o prefeito de Muriaé e sua equipe tiveram.

Os gestores municipais estão passando por um período de retomada da cultura no governo federal após a crise institucional do Ministério durante o governo Temer e o novo arranjo institucional, transformando o Ministério da Cultura em Secretaria Especial vinculada ao Ministério do Turismo, no governo Bolsonaro, todos esses fatores têm contribuído para a descontinuidade de políticas de cultura em prol do desenvolvimento sustentável.

De fato, a estrutura política e econômica do país faz com que, a maioria dos municípios com baixa arrecadação tributária, sejam dependentes diretos dos recursos, programas e ações do Estado e da União. Quando os repasses obrigatórios pela Constituição deixam de ser repassados, como aconteceu em Minas Gerais em 2018, os impactos são diretos e profundamente sentidos nas cidades.

Assim sendo, considera-se participar de um programa internacional, como o CP 21, uma oportunidade de cooperação com outras entidades e possibilita

trabalhar, de certa forma, mais independente de outras instâncias de governo, pois dentre outros objetivos, o programa amplia possibilidades de acesso a financiamentos internacionais.

Ao analisar a participação de Muriaé no programa CP 21 foram apresentadas algumas propostas de políticas públicas que consideram a cultura em três eixos norteadores, sendo eles: Governança da cultura; Direitos culturais; Cultura, planejamento urbano e espaço público. Em relação ao primeiro eixo, a instituição do Sistema Municipal de Cultura, que estabelece garantias legais de ampliação das formas de fomento e incentivo à cultura, da participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas de cultura quando o Conselho Municipal de Política Cultural passa a ser o gestor do Fundo Municipal de Cultura. O Sistema criado ainda prevê formas de descentralização de políticas, incluindo periferias e principalmente, os distritos.

Como demonstrado, os distritos encontram-se isolados da sede e precisam estar mais conectados entre eles. Além disso, o Sistema ainda prevê garantias de participação das mulheres no Conselho, o que contribui para o fortalecimento dos direitos culturais.

Embora sejam garantias legais, que não garantam a efetividade das ações, considera-se um avanço estabelecer tais marcos legais. Na contramão, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo não possuem conselhos de cultura ativos, Salvador iniciou os estudos para seu Plano de Cultura em 2018. Sendo assim, poucas cidades brasileiras estão preparadas para quando o Sistema Nacional de Cultura e os repasses fundo a fundo tornarem-se efetivos. Nesse sentido, Muriaé está à frente de muitas outras cidades e encontra-se formalmente preparada. Com o advento das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc os municípios assumiram um compromisso formal de implantarem seus sistemas municipais de cultura e há um prazo para que tal feito seja executado.

Em relação ao último eixo, houve uma contribuição significativa na elaboração do projeto de lei do novo Plano Diretor Participativo, onde foi proposta a ampliação da Zona de Preservação Histórica de Muriaé, Caminho Cultural, com limitação de gabarito e uma abordagem sobre o entorno imediato para preservação da paisagem cultural. Destacam-se outras propostas como as Áreas de Especial Interesse, criadas a fim de preservar paisagens culturais e naturais em todo município. Enquanto projeto de lei, não há garantias que o proposto venha a se tornar uma

realidade. Para tanto, a efetivação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Urbano e Cidade Criativa, é uma das condições para que se possa monitorar, avaliar, agir, replanejar as ações propostas.

Como o programa CP 21 em Muriaé teve algumas ações previstas em seu Plano de Trabalho não realizadas devido à pandemia de COVID-19, ainda há propostas de políticas públicas descritas no relatório final do programa a serem estabelecidas nesses três eixos apresentados. Destaca-se, porém, que o programa estabelece meios para que a cidade aprenda a trabalhar com a cultura como desenvolvimento sustentável, e que, portanto, não deve encerrar suas ações ao término do programa. Muriaé, a exemplo de outras cidades participantes do programa, deve estabelecer as diretrizes para a continuidade das ações, com a orientação do perito externo e a participação dos atores locais, que devem ser definidas em conferência.

Outro aspecto que merece destaque, diz respeito aos entraves burocráticos da legislação brasileira, que foram os responsáveis pelo atraso do início das atividades, o que, sem dúvida, prejudicou a execução do programa. Esse problema também foi identificado ao analisar comparativamente a participação de Belo Horizonte em 2014. Há, portanto, necessidade premente que o país encontre caminhos para facilitar a colaboração internacional neste e em outros programas de forma a ampliar as instâncias cooperativas e possibilitar a formação de uma rede de cidades brasileiras como almeja a CGLU.

Conclui-se que, nesse aspecto, a CGLU precisa estabelecer sua representatividade no Brasil. Para isso, aconselha-se analisar melhor a qual entidade deverá estar vinculada, visto que, a Frente Nacional de Prefeitos - FNP não foi considerada como a entidade que melhor representa os interesses dos municípios. Entende-se que a entidade mais adequada para estabelecer essa representação é a Confederação Nacional de Municípios – CNM, que tem como representante em Minas Gerais, a AMM (Associação Mineira de Municípios), da qual Muriaé faz parte. Além dos avanços internos necessários, a CGLU precisa compreender as particularidades do Brasil, e, como entidade colaborativa, se realmente houver interesse em ampliar suas ações neste país, deverá estabelecer-se em território nacional.

Não houve nesta pesquisa a intenção de se esgotar o debate sobre o papel da cultura como desenvolvimento local sustentável, mas sim, mostrar caminhos

possíveis para formulação de políticas públicas que possibilitem a centralidade da cultura nestes termos. Assim, demonstrar e analisar a participação e todos os processos do programa *Cidades Sustentáveis. Aprendendo com Cultura 21 ações*, na cidade de Muriaé, teve como propósito servir como um guia prático para outras cidades que queiram entender como funciona o programa e tenham interesse em trabalhar a cultura como desenvolvimento sustentável.

A cultura, porém, não se presta a resolver todos os problemas, mas é um meio de transformação social fundamental. As medidas piloto elencadas durante o desenvolvimento do programa nem sempre farão efeito e serão sentidas no curto prazo. Uma nova forma de olhar e compreender a cidade já é um grande começo para trilhar novos caminhos e investir naquilo que realmente faça diferença na vida das pessoas.

## Referências

---

ÁLVAREZ, V. C. **Diversidade cultural e livre comércio: antagonismo ou oportunidade?** Brasília: FUNAG, 2015.

ARANTES, P. T. L. Cultura, quarto pilar do desenvolvimento sustentável: de objeto de consumo a instrumento de política pública. In: PHILIPPI, A. Jr.; BRUNA, G.C. (Ed). **Gestão urbana e sustentabilidade**. São Paulo, Ed. Manole, 2018.

CAMPAÑA CULTURE 2030 GOAL. **Un objetivo cultura es esencial para nuestro futuro común**. Disponível em: <[http://culture2030goal.net/sites/default/files/2022-09/culture2030goal\\_Culture%20Goal%20-%20SPA.pdf](http://culture2030goal.net/sites/default/files/2022-09/culture2030goal_Culture%20Goal%20-%20SPA.pdf)>

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. O Jogo social da memória e da identidade (2); Fundar, Construir. 137-179. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CERTEAU, M. de. A cultura na sociedade. In: **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 191-220.

CGLU. **Agenda 21 da cultura**. Barcelona: CGLU, 2004. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Consejos sobre la implementación local de la Agenda 21 de la cultura**. Barcelona: CGLU, 2006. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/docimplem\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/docimplem_es.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Indicadores culturales y Agenda 21 de la cultura**. Barcelona: CGLU, 2006. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/doc\\_indic\\_es\\_0.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/doc_indic_es_0.pdf)>

\_\_\_\_\_. **La cultura es el cuarto pilar del desarrollo sostenible**. Cidade do México: CGLU, 2010. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/images/a21c/4th-pilar/zz\\_Cultura4pilarDS\\_esp.pdf](http://www.agenda21culture.net/images/a21c/4th-pilar/zz_Cultura4pilarDS_esp.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Cultura 21: Ações Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis**. Bilbao: CGLU, 2015. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21\\_2015\\_web\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_2015_web_pt.pdf)>

\_\_\_\_\_. **La cultura em las ciudades sostenibles. Aprendiendo con Cultura 21 acciones. Ciudades Piloto 2016-2019. Presentación del programa**. Barcelona: CGLU, 2015.

\_\_\_\_\_. **Presentación del programa. Ciudades Piloto 2016-2019**. CGLU, 2016. Disponível em: <[http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/cities/a21\\_pilotcities2015\\_glob](http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/cities/a21_pilotcities2015_glob_al)>

def-spa.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Prioridades estratégicas de CGLU 2016-2022.** CGLU, 2016. Disponível em: <[https://www.uclg.org/sites/default/files/prioridades\\_estrategicas\\_2016-2022.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/prioridades_estrategicas_2016-2022.pdf)>

\_\_\_\_\_. **El compromiso de Bogotá y la agenda de acción.** CGLU, 2016. Disponível em: <[https://www.uclg.org/sites/default/files/el\\_compromiso\\_de\\_bogota\\_0.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/el_compromiso_de_bogota_0.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Cultura 21 [re] vista. Edición 2014-2015. Estamos construyendo una rede mundial de ciudades para la cultura.** CGLU, 2018. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/review\\_spa\\_web.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/review_spa_web.pdf)>

\_\_\_\_\_. **La cultura em los objetivos de desarrollo sostenible: guia práctica para la acción local.** CGLU, 2018. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf)>

COELHO. T. (org.). **A cultura pela cidade.** São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.

DEHEINZELIN, L. **O Estado e a economia criativa numa perspectiva de sustentabilidade e futuro.** Plano da Secretaria da Economia Criativa. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

DESSEIN, J.; SOINI, K.; FAIRCLOUGH, G.; HORLINGS, L. (eds). (2015, May). **Culture in, for and as Sustainable Development: Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability.** Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2015. Disponível em: <<http://www.culturalsustainability.eu/conclusions.pdf>>

FLORIDA. R. **O grande recomeço.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FONSECA, A. C. (org). **Anais do Seminário Internacional Cultura e Transformação Urbana.** São Paulo: SESC SP, 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo global.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAG-ROUANET, B. **A cidade brasileira como espaço cultural.** Tempo social, revista sociologia. São Paulo: USP, 2000.

GOLDENSTEIN, L; ROSSELLÓ, P. (org). **Regeneração urbana através da cultura funciona?** British Council, Unidade de Economia Criativa, Série Investigando

Políticas, Diálogos de economia criativa entre Brasil e Reino Unido. São Paulo, 2014. Disponível em:

[http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi\\_3\\_cultureledurbanregeneration\\_lr.pdf](http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi_3_cultureledurbanregeneration_lr.pdf).

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARDMAN, L.; SANTINI, A. **O percurso da Lei Aldir Blanc: da emergência cultural ao emergir de uma nova cultura política**. In: Boletim Observatório da Diversidade Cultural, V. 94. N. 02 de 2021. P. 89-99. Disponível em: <<https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>>

HYSLOP, D. **Tate Modern: desafios e estratégias de um processo contínuo de revitalização**. In: GOLDENSTEIN, L; ROSSELLÓ, P. (org). Regeneração urbana através da cultura funciona? British Council, Unidade de Economia Criativa, Série Investigando Políticas, Diálogos de economia criativa entre Brasil e Reino Unido. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi\\_3\\_cultureledurbanregeneration\\_lr.pdf](http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi_3_cultureledurbanregeneration_lr.pdf)>.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAUARK, G; BARROS, J.M.; MIGUEZ, P. (ORG). **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e rede**. Salvador: EDUFBA, 2015.

LANDRY, C. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: SESI-SP editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Psychology and the city**. Disponível em: <<http://charleslandry.com/themes/psychology-the-city/>>, acessado em 03/01/2019.

LEITÃO, C. S.; GUILHERME, L. L. **Cultura em movimento. Memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

\_\_\_\_\_; MACHADO, A. F. (org). **Por um Brasil criativo: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira**. Belo Horizonte: Código Editora, 2016.

LEITE, C.; AWAD, J. D. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LYNCH, K. **The Image of the City**. Cambridge: The MIT Press, 1960.

MATOSO, R. **Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável**. UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/MATOSOR.%20Cultura%20e%20desenvolvimento%20humano%20sustentavel.pdf>>

MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits of**

**growth. A report for the Club of Rome's Project on the predicamento of mankind.** Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MILES, S. **A revitalização movida pela cultura funciona?** In: GOLDENSTEIN, L; ROSSELLÓ, P. (org). Regeneração urbana através da cultura funciona? British Council, Unidade de Economia Criativa, Série Investigando Políticas, Diálogos de economia criativa entre Brasil e Reino Unido. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi\\_3\\_cultureledurbanregeneration\\_lr.pdf](http://transform.britishcouncil.org.br/assets/pi_3_cultureledurbanregeneration_lr.pdf)>.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014.** Brasília, Ministério da Cultura, 2012. Disponível em: <[http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro\\_web2edicao.pdf](http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf)>

NEVES, F. M. **O despertar de um território criativo.** Cataguases: Anais CATS, 2014.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

ONU. **Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Nova Iorque, 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>

\_\_\_\_\_. **Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável.** Nova Iorque, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Habitat III Issue Papers. Urban Culture and heritage.** Quito, 2016. Disponível em: <[http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-4\\_Urban-Culture-and-Heritage-2.0.pdf](http://unhabitat.org/wp-content/uploads/2015/04/Habitat-III-Issue-Paper-4_Urban-Culture-and-Heritage-2.0.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Nova agenda Urbana. Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos humanos sustentáveis para todos.** Quito, 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>

PALLAMIN, V. M. (org.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PASCUAL, J. **A agenda 21 da cultura e as políticas públicas para o desenvolvimento local. Balanço provisório e perspectivas.** Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento Local. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/Jordi.pdf>>

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

REIS, A. C. F. (org.) **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento.** São Paulo: Garimpo de Soluções e Itaú Cultural, 2008. Disponível em:

<<http://garimpodesolucoes.com.br/livro/economia-criativa-como-estrategia-de-desenvolvimento-uma-visao-dos-paises-em-desenvolvimento/>>

\_\_\_\_\_. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável, o caleidoscópio da cultura.** Barueri: Manole, 2008.

\_\_\_\_\_. (ORG). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

\_\_\_\_\_; KAGEYAMA, P. (orgs). **Cidades Criativas – perspectivas.** São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cidades Criativas da teoria à prática.** São Paulo: SESI-SP, 2012.  
ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1966.

SABOYA, R. **Planejamento estratégico de cidades – parte 1.** Disponível em:  
<<https://urbanidades.arq.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1/>>

SANCHÉZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** Chapecó: Argos, 2010.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77 – 116.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THROSBY, D. **Economics and Culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação. Uma introdução metodológica.** São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez 2005.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável.** São Paulo: Itaú Cultural, 2010. Disponível em:  
<[https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103\\_pt.pdf](https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf)>

UNESCO, COMISIÓN MUNDIAL DE CULTURA Y DESARROLLO. **Nuestra diversidade creativa. Versión resumida.** Paris, 1996.

UNESCO. **Relatório mundial: investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.** UNESCO, 2009. Disponível em:  
<[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por)>

\_\_\_\_\_. **Cultura: futuro urbano. Informe mundial sobre la cultura para el desarrollo urbano sostenible.** UNESCO, 2016. Disponível em:  
<[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246291\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246291_spa)>

\_\_\_\_\_. **Culture: urban future. Global report on culture for sustainable urban development.** ISBN 978-92-3-100170-3. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em:  
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245999>>

\_\_\_\_\_. **Desafios 2030: uma agenda para todos.** O correio da UNESCO, 2017. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248106\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248106_por)>

\_\_\_\_\_. **Re / pensar as políticas culturais. Criatividade para o desenvolvimento.** UNESCO, 2018. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260678\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260678_por)>

Produto - Cartilha



# A CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UM GUIA PRÁTICO PARA GOVERNOS LOCAIS DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE COMO TRABALHAR COM A CULTURA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..

FLÁVIA DE MELLO NEVES

2024



# Índice

1	Apresentação
4	ODS 1
6	ODS 2
8	ODS 3
9	ODS 4
10	ODS 5
11	ODS 6
12	ODS 7
13	ODS 8



# Índice

14	ODS 9
15	ODS 10
17	ODS 11
20	ODS 12
21	ODS 13
22	ODS 14
23	ODS 15
24	ODS 16
26	ODS 17
27	REFERÊNCIAS
28	CONTATO



# Apresentação

No ano de 2015, a ONU aprovou uma nova agenda global, a Agenda 2030, propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com a finalidade de melhorar a vida das pessoas até o ano de 2030. Na Agenda 2030 os objetivos são propostos de forma que seja aplicável a todos os países, levando em consideração as diferentes realidades de cada um e priorizam as três dimensões tradicionais do desenvolvimento sustentável, ambiental, econômica e social.

Nos anos anteriores, entre 2013 e 2015, houve uma mobilização para que se fosse incluído um objetivo específico da cultura ou para a integração dos aspectos culturais em todos os ODS. Foi uma campanha chamada "O futuro que queremos inclui a cultura". Essa campanha considerava que a cultura é a quarta dimensão do desenvolvimento sustentável.





Desta campanha surgiu a reivindicação de que a cultura não é apenas um vetor para promover outros objetivos de desenvolvimento sustentável, mas também um fim de desenvolvimento em si mesmo. Concluindo desta forma que se faz necessário um Objetivo específico para aumentar o potencial dos recursos culturais para o desenvolvimento sustentável e alcançar o uso sustentável de longo prazo para as gerações atuais e futuras (CGLU et. al, 2022, p. 7)

Apenas 5 das 169 metas que compõem os ODS contém referência à cultura, sendo elas:

a) Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;





- a) Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
- b) Meta 8.9: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- c) Meta 11.4: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- d) Meta 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

O Preâmbulo da Agenda 2030 diz que: "Comprometemo-nos a promover a compreensão intercultural, a tolerância, o respeito mútuo e uma ética de cidadania global e responsabilidade compartilhada. Reconhecemos a diversidade natural e cultural do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações podem contribuir para, e constituem elementos cruciais de desenvolvimento sustentável".

A cultura é uma grande facilitadora para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável. As cidades e governos locais podem incluí-la em cada um dos ODS de forma a buscar alcançá-los até 2030.

Este é um guia prático que oferece os meios para que governos locais possam lograr os ODS através da cultura.



# ODS 1

**Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**

## **Como a cultura influencia neste ODS?**

O direito cultural, que é a garantia de que todas as pessoas tenham acesso à cultura, deve ser respeitado e encorajado principalmente entre os mais pobres e vulneráveis.

Os bens e serviços culturais e o patrimônio cultural pode contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável.





# ODS 1

**Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**

## **O que sua cidade pode fazer?**

Garantir um número mínimo de equipamentos culturais, como bibliotecas, museus, teatros, centros culturais por habitante e adotar programas de descentralização desses equipamentos e serviços culturais para que todas as pessoas da cidade tenham acesso à cultura.

Promover atividades do setor cultural que geram empregos aos mais pobres e vulneráveis.

Realizar formação em arte e cultura àqueles mais pobres e vulneráveis.





## ODS 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



### Como a cultura influencia neste ODS?

Para acabar com a fome e promover uma agricultura sustentável é preciso compreender que a agricultura e alimentação fazem parte de um processo histórico cultural, são parte do patrimônio cultural e devem ser respeitadas.

A forma como os alimentos são cultivados e consumidos fazem parte da identidade cultural de pessoas e comunidades.

A relação entre agricultura e alimentação está presente nos festejos tradicionais, na gastronomia, na literatura.





## ODS 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



### O que sua cidade pode fazer?

As estratégias locais de sustentabilidade devem integrar os fatores culturais, incluindo as tradições e práticas de todas as pessoas e comunidades.

Estabelecer programas para preservar e difundir conhecimentos e práticas tradicionais que contribuam para o uso sustentável dos recursos naturais.

Disponibilizar museus e centros culturais para a conservação e divulgação de conteúdos relacionados com a alimentação e a agricultura.

Promover o patrimônio imaterial por meio de festas tradicionais e festivais que tenham relação com o cultivo dos alimentos e seu consumo.



## ODS 3

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



### Como a cultura influencia neste ODS?

As políticas e programas de saúde vem ser adaptados ao contexto cultural, tendo em conta os costumes locais, e deve integrar os sistemas de saúde e os agentes dos sistemas tradicionais, sempre que possível.

A participação na vida cultural contribui para a melhoria da saúde e do bem-estar.

### O que sua cidade pode fazer?

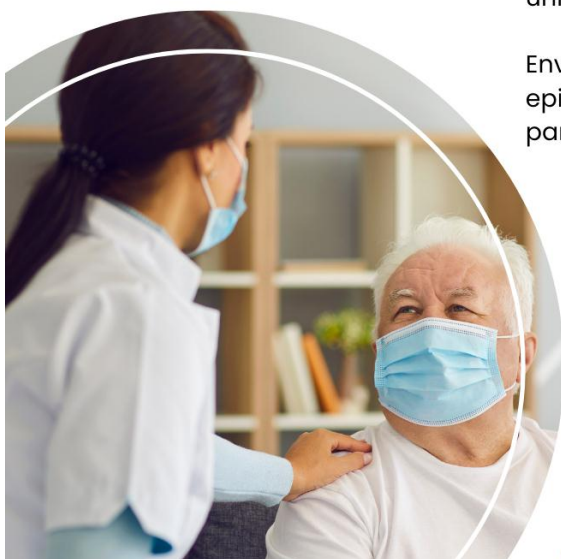
Incluir a dimensão cultural nas políticas locais de saúde e bem-estar.

Analisar a relação entre bem-estar pessoal, saúde e atividades culturais.

Disponibilizar programas de formação e capacitação dos profissionais da área social e de saúde para que possam identificar e compreender os fatores culturais que impedem as pessoas a buscar estes serviços.

Apoiar programas e projetos que promovam o acesso à cultura e a participação cultural em unidades de saúde.

Envolver artistas em projetos de combate a epidemias e doenças e nos serviços de saúde para ajudar os enfermos na sua recuperação.



# ODS 4



**Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos**



## Como a cultura influencia neste ODS?

A inclusão de conteúdos relacionados à diversidade cultural pode ajudar a alcançar melhores resultados na educação motivando os alunos e promovendo uma maior participação da comunidade.

## O que sua cidade pode fazer?

Trabalhar para garantir que os currículos do ensino em todos os níveis incluam os conhecimentos culturais, o diálogo intercultural, a diversidade, o patrimônio cultural e os direitos culturais.

Oferecer atividades educativas em equipamentos culturais, edifícios históricos, sítios arqueológicos e participação na programação cultural.

Promover bibliotecas como espaços de promoção da educação e da aprendizagem, através de programas de estímulo ao livro e à leitura.

Motivar os jovens para o desenvolvimento de suas capacidades culturais, por meio de sua formação educativa e da tecnologia.

Facilitar o acesso à formação e especialização em cultura, formando profissionais que tenham perspectivas globais e enriqueçam o setor com a sua diversidade.



## ODS 5

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



### Como a cultura influencia neste ODS?

Estimulando a igualdade de gênero, aumentando oportunidades para mulheres e meninas participarem ativamente da vida cultural.

Dando mais visibilidade e reconhecimento às práticas culturais realizadas principalmente por mulheres e meninas.

### O que sua cidade pode fazer?

Estimular políticas culturais que promovam a igualdade de gênero e respondam à discriminação com base no gênero.

Garantir que as vozes de todas as mulheres recebam igual espaço e visibilidade nos meios de comunicação locais.

Garantir que os programas e organizações culturais apoiados publicamente pratiquem a igualdade de gênero.





## ODS 6

**Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos**



### Como a cultura influencia neste ODS?

O conhecimento tradicional pode ensinar como promover o uso adequado e sustentável dos ecossistemas relacionados com a água.

### O que sua cidade pode fazer?

Reconhecer nas políticas culturais locais as ligações que existem entre a cultura e a sustentabilidade ambiental, incluindo a utilização sustentável dos recursos hídricos.

Explorar o potencial dos equipamentos, eventos e atividades culturais como contextos para aumentar a consciencialização sobre a escassez de água e os usos sustentáveis dos ecossistemas relacionados com a água.

# ODS 7

**Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos**



## Como a cultura influencia neste ODS?

Fatores culturais podem influenciar os hábitos de produção e consumo de energia.

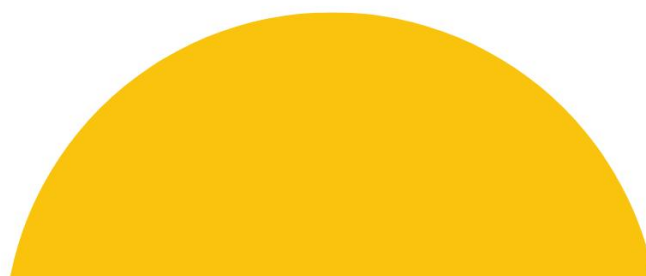
Os atores criativos podem participar na concepção de atividades educativas e de sensibilização ligadas à produção e consumo de energia.

## O que sua cidade pode fazer?

Explorar o potencial dos processos criativos para promover novas abordagens à produção e consumo de energia.

Solicitar às organizações culturais que recebem apoio público que avaliem o seu impacto ambiental e realizem atividades de sensibilização sobre a sustentabilidade ambiental.

Planejar reformar infraestruturas culturais para melhorar a eficiência energética.





## ODS 8

**Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos**



### Como a cultura influencia neste ODS?

Os setores culturais e criativos têm potencial para serem áreas que estimulam o emprego inclusivo, sustentável e equitativo.

Os aspectos culturais podem ser integrados ao turismo, desde que se respeite as identidades e os bens culturais.

### O que sua cidade pode fazer?

Explorar o potencial dos setores culturais e criativos para contribuir para o emprego inclusivo, sustentável e equitativo.

Garantir que o modelo de turismo local seja sustentável e equilibrado para toda a cidade ou região.

Incluir conhecimentos, habilidades e empregos relacionados à cultura em programas de empregabilidade.

Apoiar a mobilidade internacional de artistas e profissionais da cultura, melhorando assim as suas oportunidades de trabalho.

Adotar medidas que garantam condições de trabalho e remuneração adequadas aos profissionais da cultura.



## ODS 9

**Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**



### Como a cultura influencia neste ODS?

PAs infraestruturas culturais, que oferecem acesso equitativo e acessível à vida cultural, bem como oportunidades de participação nela, fazem parte da infraestrutura de qualidade, sustentável e resiliente que deve estar disponível para todos.

Artistas e profissionais criativos podem participar de processos que visam pesquisa, desenvolvimento e inovação nas mais diversas áreas industriais.

### O que sua cidade pode fazer?

Garantir a existência e acessibilidade de diversos equipamentos, espaços e centros culturais dedicados à formação, criação e produção de cultura.

Garantir a disponibilidade de vários mecanismos de financiamento para projetos culturais com fins lucrativos.

Melhorar as capacidades culturais e formação profissional do setor cultural de acordo com as necessidades atuais e futuras das indústrias culturais.

# ODS 10

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



## Como a cultura influencia neste ODS?

A participação cultural pode contribuir para o empoderamento e promover a inclusão de todas as pessoas.

Artistas e profissionais criativos podem envolver-se na concepção e apresentação de narrativas que dão voz aos países em desenvolvimento.

Todas as abordagens à migração devem incluir uma dimensão cultural e um diálogo intercultural.

## O que sua cidade pode fazer?

Integrar nos objetivos da política cultural relacionados com a capacidade das pessoas de criar, produzir e divulgar as suas próprias expressões culturais, prestando especial atenção aos grupos e pessoas mais vulneráveis.

Reconhecer e celebrar a diversidade cultural como um objetivo nas políticas culturais.

Integrar o diálogo intercultural e a participação ativa na vida cultural como elementos de políticas e programas que abordam a migração e os refugiados.

Exigir que as instituições culturais que recebem apoio público executem programas que incluam grupos desfavorecidos e que os realizem em bairros com elevados níveis de pobreza e vulnerabilidade.



# ODS 10

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Garantir que os equipamentos e espaços culturais sejam acessíveis a todos, incluindo as pessoas com deficiência.

Promover a cooperação intergeracional através da cultura.

Fomentar alianças intersetoriais que promovam o acesso à vida cultural. A colaboração com escolas, centros de saúde, entre outros, permite melhorar o acesso à vida cultural.

Identificar os problemas e desigualdades de acesso à cultura de grupos sociais, áreas territoriais rurais e urbanas, género, deficiências, etc.

Adotar medidas para facilitar o acesso dos produtos culturais e a presença da produção cultural local aos mercados internacionais.

Incorporar a cultura nos planos de desenvolvimento local para a busca de recursos internacionais.



# ODS 11



**Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**



## Como a cultura influencia neste ODS?

O patrimônio cultural tangível e imaterial tem um papel importante no desenvolvimento local sustentável.

Os espaços verdes e públicos podem possibilitar a realização de atividades culturais e a necessidade de todos terem acesso a eles.

As técnicas tradicionais de construção podem constituir a base de projetos de renovação de edifícios existentes e de concepção de novas construções.

Fatores culturais determinam o comportamento nas cidades, em áreas como transporte e mobilidade, usos do meio ambiente, etc.



# ODS 11



## O que sua cidade pode fazer?

Adotar políticas que abordem a proteção do patrimônio cultural em todas as suas dimensões, tanto materiais como imateriais.

Promover a compreensão de que a cultura desempenha um papel no desenvolvimento local sustentável através do desenvolvimento de capacidades adequadas, da concepção de políticas e da sua implementação e avaliação.

Alocar recursos humanos, técnicos e financeiros adequados às políticas culturais, com o entendimento de que a cultura é essencial para alcançar o desenvolvimento local sustentável.

Manter um inventário atualizado do patrimônio natural e cultural local, tanto material como imaterial, e estabelecer mecanismos para a sua preservação e conservação de acordo com os padrões internacionais.

Promover a utilização de um guia de referência sobre “avaliação de impacto cultural” no âmbito das políticas de planejamento urbano.

Adotar medidas que promovam o papel da cultura na renovação dos centros históricos e nos planos de desenvolvimento dos bairros, distritos e regiões.



# ODS 11



Reconhecer os espaços públicos, incluindo ruas, praças e outros locais, como recursos essenciais para a interação e participação cultural.

Garantir que os programas de capacitação relacionados com o planejamento urbano sustentável, transportes e mobilidade, bem como outras áreas relacionadas, integrem uma dimensão cultural.

Estar ciente de que os equipamentos e atores culturais podem reforçar o processo de gentrificação e adotar medidas para controlá-la.  
Incorporar infraestrutura e serviços culturais em centros habitacionais.

Promover oferta cultural adequada às necessidades e interesses dos diferentes públicos, bairros e zonas.  
Praticar uma governança participativa, inclusiva e democrática nas cidades.



## ODS 12

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis



### Como a cultura influencia neste ODS?

É necessário o reconhecimento e a valorização dos produtos tradicionais e locais adequados ao consumo e à produção sustentáveis.

### O que sua cidade pode fazer?

Incluir a história e a cultura nas orientações e iniciativas que promovam a produção e o consumo de produtos locais.

Reconhecer a gastronomia, baseada nos produtos locais, como elemento constitutivo da cultura local.

Facilitar e promover iniciativas cidadãs ligadas ao uso sustentável dos espaços públicos.

Promover a contribuição das expressões culturais e artísticas para a sensibilização para a gestão sustentável dos recursos naturais.





## ODS 13

**Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos**



### Como a cultura influencia neste ODS?

Existem ligações entre atividades culturais, conhecimentos tradicionais e práticas ambientalmente sustentáveis, que devem ser exploradas e promovidas.

Profissionais criativos podem participar em atividades de sensibilização para as alterações climáticas.

### O que sua cidade pode fazer?

Reconhecer explicitamente nas políticas culturais as ligações entre a cultura e a sustentabilidade ambiental, incluindo preocupações relacionadas com as alterações climáticas, a resiliência e a utilização sustentável dos recursos.

Estabelecer um grupo ou unidade de trabalho especial para que haja relacionamento entre o trabalho realizado pelas secretarias de cultura e meio ambiente do governo local.

Envolver artistas e profissionais da cultura na formulação de estratégias e programas para promover a adaptação às alterações climáticas.

Estimular a presença da dimensão cultural nos planos contra a emergência climática; e também da dimensão ambiental nos planos de cultura.

# ODS 14

**Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**



## Como a cultura influencia neste ODS?

Algumas tradições culturais estão relacionadas com a preservação sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros e é necessário identificá-las e reforçá-las.

## O que sua cidade pode fazer?

Considerar explicitamente a noção de "paisagem" nas suas políticas, integrando os aspectos naturais e culturais do desenvolvimento.

Reconhecer e preservar práticas culturais, tradições e histórias ligadas à utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos, nomeadamente através da criação de instituições especializadas e outras iniciativas.

Promover iniciativas culturais que, através da gastronomia ou de outras formas culturais, motivem a utilização e fruição dos mares, oceanos e recursos marinhos, de forma responsável e sustentável.

Motivar e incentivar o sector cultural a participar nas ações desenvolvidas em torno da gestão das zonas costeiras e marinhas; bem como para que outros setores se envolvam na proteção do património cultural e de outros elementos culturais presentes.

Promover planos específicos de gestão e utilização sustentável dos recursos marinhos, no domínio da cultura e do património.





## ODS 15

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



### Como a cultura influencia neste ODS?

É necessário integrar fatores culturais relacionados com a preservação dos ecossistemas terrestres, incluindo conhecimentos locais e tradicionais relevantes, na concepção, implementação e avaliação de políticas e programas nesta área.

### O que sua cidade pode fazer?

Reconhecer a importância cultural dos espaços naturais através de programas específicos.

Desenvolver iniciativas que promovam a preservação e transferência de conhecimentos tradicionais e práticas de patrimônio imaterial que se relacionem com a gestão e utilização sustentável dos ecossistemas terrestres.

Identificar danos culturais em processos de desertificação e desastres naturais.

Valorizar a diversidade cultural e sua relação com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas; bem como a incorporação de elementos culturais na conservação de ecossistemas e habitats naturais.



## ODS 16

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



### Como a cultura influencia neste ODS?

Os bens culturais roubados devem ser devolvidos às comunidades relevantes.

Os cidadãos devem poder participar na concepção, implementação e avaliação de políticas e programas culturais.

Os equipamentos culturais, especialmente bibliotecas e centros de conhecimento, devem promover o acesso à informação.

As estratégias que visam reduzir a violência e promover a paz devem incluir uma componente cultural.



## ODS 16



### O que sua cidade pode fazer?

Colocar os direitos culturais no centro das políticas locais, para que façam parte da concepção, implementação e avaliação de políticas e programas.

Ter em conta e reconhecer o potencial da cultura nas estratégias de prevenção e resolução de conflitos locais.

Garantir o acesso à informação livre e plural, inclusive através de meios de comunicação locais.

Comprometer-se a proteger e promover a liberdade de expressão artística, tanto a nível local como internacional, por exemplo, acolhendo artistas e profissionais da cultura ameaçados.

Estabelecer fóruns públicos de política cultural, nos quais participem entidades públicas, privadas e da sociedade civil, juntamente com os cidadãos, para debater a política cultural local, definir as suas prioridades e garantir o seu cumprimento.

Promover a participação do setor cultural no planeamento e execução de políticas, planos, programas e iniciativas contra a violência e a mortalidade, promovendo a sua eficiência e adaptação à realidade, através da inclusão da dimensão cultural.

Valorizar as contribuições da cultura para a melhoria da qualidade de vida e a redução das taxas de mortalidade.

# ODS 17

**Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**



## Como a cultura influencia neste ODS?

É necessário que as estratégias locais para o desenvolvimento sustentável, incluindo aquelas cujo objetivo é implementar a Agenda 2030, integrem uma dimensão cultural.

A capacidade dos atores culturais para produzir e distribuir bens e serviços culturais deve ser consolidada, especialmente aqueles que representam expressões culturais menos conhecidas.

## O que sua cidade pode fazer?

Estabelecer programas de cooperação cultural, com particular ênfase na proteção e promoção da diversidade cultural.

Apoiar programas de capacitação que contribuam para a compreensão do lugar da cultura nas estratégias de desenvolvimento sustentável locais, visando atores de desenvolvimento relevantes.

Promover a participação de associações governamentais locais e atores culturais nas estratégias locais com o objetivo de implementar a Agenda 2030.



Promover políticas públicas de desenvolvimento sustentável que incluam a dimensão cultural.

Criar um banco de projetos para financiamento na área de responsabilidade civil empresarial.



## Referências

CGLU. La cultura em los Objetivos de Desarrollo Sostenible: guía práctica para la acción local. Disponível em: [https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf). 2018

ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. 2015.

REDS. Objetivos de desarrollo sostenible y sus metas desde la perspectiva cultural. Disponível em: [https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2022/02/OBJETIVOS-DE-DESARROLLO-SOSTENIBLE-Y-SUS-METAS\\_web.pdf](https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2022/02/OBJETIVOS-DE-DESARROLLO-SOSTENIBLE-Y-SUS-METAS_web.pdf). 2021.



## Entre em **Contato**

 +55 32 98843-4888

 [flavia.mello.neves@gmail.com](mailto:flavia.mello.neves@gmail.com)

 [www.coletivoconsultoria.com](http://www.coletivoconsultoria.com)



## Anexos

### ANEXO I: Roteiro de questionário – Planilha e Gráfico de autoavaliação

Local: UAITEC – Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Muriaé. Data: 30/08/2018.

#### Observações:

1. Este questionário refere-se à sua percepção individual, não tendo resposta certa ou errada. Haverá a compilação das respostas posteriormente e se fará o gráfico geral por setor e em todo o órgão gestor.
2. Para cada pergunta chave nos eixos, marque o NÚMERO 1 na coluna de SIM quando acredita que a cidade preencha o quesito ou marque o NÚMERO 1 na coluna de NÃO, se a cidade não preenche. O formulário já tem as fórmulas necessárias e, ao final do preenchimento, resultará o seu gráfico de percepção sobre a cidade nos oito eixos.

DIREITOS CULTURAIS	SIM	NÃO
MARCOS REGULATÓRIOS 1: As políticas culturais locais se baseiam direta e claramente na garantia do pleno exercício dos direitos culturais no território?	1	
MARCOS REGULATÓRIOS 2: Existência de legislação ou regulamentação local que estabeleça direitos, liberdades e responsabilidades culturais com a cidade.	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 1: Existência de Instrumentos e práticas que promovam a participação dos cidadãos na gestão das principais ações culturais e equipamentos culturais do município.	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 2: Existência de estímulo às organizações de bairro e regionais para contribuírem com o processo, promovendo a participação continuada e qualificada do maior número de cidadãos.	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 3: Existência de planos e comissões locais ou regionais	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 4: Instrumentos e práticas que facilitem a participação dos cidadãos, individualmente e através de associações ou grupos, na definição de prioridades das políticas culturais, na avaliação e no ajuste regulares destas prioridades.	1	

GESTÃO COMPARTILHADA 5: Existência de Formação e qualificação em direitos culturais para formuladores e gestores de políticas locais.		1
INFORMAÇÕES E INDICADORES 1: Existência de Inventário de patrimônio material e imaterial	1	
INFORMAÇÕES E INDICADORES 2: Existência de dados sobre a existência e a distribuição de equipamentos, bens e serviços culturais (número de bibliotecas, livrarias, teatros, centros culturais, espaços gastronômicos, feiras etc., divididos pelo número de habitantes).		1
INFORMAÇÕES E INDICADORES 3: Existem estudos sobre a vulnerabilidade cultural? Um índice regionalizado de fragilidade de determinados grupos ou populações? Houve a priorização de algumas regiões ou setores?	1	
INFORMAÇÕES E INDICADORES 4: Existência de Pesquisas e estudos sobre distribuição regionalizada de artistas e grupos de culturas populares e tradicionais.		1
DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES 1: Existência de Programa de reconhecimento e visibilidade das expressões culturais dos bairros, das linguagens e estilos artísticos menos conhecidos, das histórias e heranças locais e estímulo ao diálogo intercultural.	1	
DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES 2: Existência de Programa de estímulo ao diálogo intercultural.	1	
IGUALDADE DE ACESSO 1: Existência de Estratégias nas políticas culturais locais para estimular a ampliação das oportunidades criativas para todos os cidadãos, em particular para grupos minoritários ou socialmente vulneráveis.	1	
IGUALDADE DE ACESSO 2: Existência de pesquisas, estudos e ações sobre a temática de acesso e participação em atividades culturais e artísticas seja nos ambientes de elaboração e avaliação das políticas e programas de Cultura que nas ações artísticas na cidade.	1	
IGUALDADE DE ACESSO 3: Existência de políticas e programas que promovam a igualdade de gênero.	1	
	13	3
	81,25%	18,75%
<b>MEMÓRIA, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO 1: O governo local deve ter, na sua organização, um departamento, área ou órgão encarregado das políticas culturais (e da dimensão cultural das outras políticas públicas).	1	

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO 2: O governo local deve apoiar a existência e acessibilidade de várias estruturas dedicadas à formação, criação e produção cultural (espaços para residências artísticas, incubadoras de projetos culturais, fomento à criação, laboratórios).	1	
ORÇAMENTO 1: O governo local deve dedicar um orçamento para a cultura de acordo com as suas responsabilidades e normas nacionais e internacionais apropriados e adequados para permitir o desenvolvimento sustentável da vida cultural local.	1	
ORÇAMENTO 2: uma parte significativa do orçamento destinado à cultura é dedicada à pesquisa, desenvolvimento e inovação no próprio setor cultural.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 1: Existência de políticas e programas que incentivam explicitamente o reconhecimento mútuo entre a diversidade das expressões culturais e projetos interculturais.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 2: Existência de políticas e programas para a proteção e promoção da diversidade linguística, em particular para as línguas minoritárias.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 3: Existência de políticas de apoio às artes, com atenção às suas diferentes linguagens.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 4: Existência de programas de cooperação cultural internacional, relacionados à vida cultural local e, com atenção especial à proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 5: As produções locais devem ter uma presença significativa e equilibrada no conjunto das atividades culturais na	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 6: Existência de políticas sobre a proteção do património cultural em todas as suas dimensões, materiais e imateriais.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 7: Existência de políticas dedicadas à cultura científica, em parceria com a sociedade Civil local, programas de agentes privados, instituições culturais e centros de treinamento.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 8: Programas para promoção de interações entre cultura científica, arte, história local e da vida cotidiana.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 9: O governo local deve promover a realização de atividades culturais com o objetivo de dar visibilidade à criação artística e promover encontros entre os diferentes grupos da população.	1	
MEMÓRIA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE 10: Existência de políticas e programas que promovem a excelência a partir da proximidade com os cidadãos e as suas iniciativas.	1	
	14	0
	87,50%	0,00%

CULTURA E EDUCAÇÃO	SIM	NÃO
INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO: Existência de Instrumentos de institucionalização para articulação entre Cultura e Educação.	1	
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 1: Existência de estratégias educativas e de formação que valorizem adequadamente os recursos culturais locais.	1	
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 2: Existência de articulação entre entes públicos e privados para aprendizagem ao longo de toda a vida.	1	
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 3: Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir a formação para habilidades e conhecimentos culturais (diálogo intercultural, reconhecimento do valor da diversidade, criatividade, memória e patrimônio, ferramentas digitais).	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 1: Existência de Programas públicos para estimular instituições que ofereçam ações arte-educativas (através de redução tributária, participação em programas públicos de comunicação, Editais específicos para ações arte educativas).	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 2: Existência de Programas públicos para estimular artistas a realizarem ações de mediação cultural em escolas.	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 3: Oferta de vagas regulares para ensino de artes na cidade, para iniciação, qualificação e profissionalização (por exemplo, escolas de música, escolas de arte, etc)	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 4: Oferta diversificada de formação para funções ou profissões do setor cultural e criativo.	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 5: Promoção adequada do acesso à informação e ao conhecimento (por exemplo, portais online, centros de informação, rede de bibliotecas e de espaços culturais com ações de difusão do conhecimento com ações		1
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 6: Existência de oferta local de formação em gestão e políticas culturais que promovam um enfoque integral dos fatores culturais no desenvolvimento humano.	1	
ESTRATÉGIAS ARTE EDUCATIVAS 7: Existência de apoio público direto para instituições e projetos que desenvolvem ações arte-educativas (editais específicos, por exemplo).		1
	9	2
	56,25%	12,50%

CULTURA E MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO
INSTITUCIONALIZAÇÃO: Existência de instrumentos de institucionalização para articular cultura e meio ambiente ( grupos de trabalho ou mecanismos de coordenação entre os departamentos responsáveis pela cultura e meio ambiente)		1
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 1: Existência de programas ou projetos que estimulem os agentes culturais e artísticos a contribuir para a promoção do uso sustentável dos recursos, a riqueza e a fragilidade dos ecossistemas.		1
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 2: Estabelecer critérios diferenciados para a seleção de projetos culturais que receberão recursos públicos que considerem a redução dos impactos ambientais (como, por exemplo, produção consciente de material gráfico, reutilização de banners e lonas, utilização de mais luz natural etc.)		1
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 3: Reconhecimento, estímulo e promoção de práticas tradicionais que estimulem a relação com o meio ambiente.		1
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 4: Estímulo para instituições culturais da sociedade civil se engajarem na relação entre Cultura e Meio ambiente.		1
VALORIZAÇÃO LOCAL 1: A gastronomia, baseada nos produtos locais deve ser reconhecida como uma atividade constitutiva da cultura local.		1
VALORIZAÇÃO LOCAL 2: Registro e estudo das práticas culturais dos dias atuais para disponibilizá-las para a posteridade (por exemplo práticas tradicionais que contribuem para o uso ambiente sustentável)	1	
VALORIZAÇÃO LOCAL 3: Valorização de produtos locais (menos exigência de transporte de produtos de outras localidades e, conseqüentemente, menos emissão de gás carbônico) e promoção de práticas de consumo responsável.		1
	1	7
	6,25%	43,75%
CULTURA, COESÃO SOCIAL E IGUALDADE	SIM	NÃO
INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 1: Existência de instrumentos de institucionalização para articular cultura e meio ambiente (grupos de trabalho ou mecanismos de coordenação entre os departamentos responsáveis pela cultura e desenvolvimento social).		1
INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 2: Há avaliação regular dos resultados das políticas e programas culturais de caráter social?	1	

PROMOÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS MULTIDIMENSIONAIS 1: Os aspectos culturais devem estar incluídos em todas as esferas de desenvolvimento social (emprego, Educação, saúde, bem estar, política urbana etc.);	1	
PROMOÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS MULTIDIMENSIONAIS 2: Promover estudos e pesquisas para reconhecimento de questões culturais que podem impedir o acesso igualitário aos serviços públicos.	1	
PROMOÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS MULTIDIMENSIONAIS 3: Existência de Pesquisas e estudos regulares que analisem a relação entre a qualidade de vida, a saúde e as práticas culturais.	1	
PROMOÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS MULTIDIMENSIONAIS 4: Compreender a importância, na elaboração, implantação ou avaliação de políticas públicas, da perspectiva de diversidade em todos os seus aspectos: étnica, etária, linguística, de gênero, ocupacional, de origem social ou geográfica.	1	
PROMOÇÃO DA CONVIVÊNCIA INTERCULTURAL 1: Existência de Programas de estímulo entre profissionais e instituições da área social para o diálogo interreligioso, a educação intercultural e a convivência.	1	
PROMOÇÃO DA CONVIVÊNCIA INTERCULTURAL 2: Promover acesso adequado de informação sobre oferta as oportunidades de ações culturais na cidade, diversificando as estratégias de comunicação para diferentes públicos e situações.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROJETOS SOCIOCULTURAIS 1: Estimular sempre uma perspectiva de médio e longo prazo nas ações, projetos e programas socioculturais.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROJETOS SOCIOCULTURAIS 2: Existência de Programas públicos para estimular instituições que oferecem ações culturais para grupos desfavorecidos.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROJETOS SOCIOCULTURAIS 3: Possibilitar que as pessoas envolvidas em projetos socioculturais tenham a oportunidade de opinar e contribuir na escolha do que irão participar.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO 1: Desenvolver programas culturais de cooperação intercultural e intergeracional.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO 2: Manter programas de cooperação cultural regional, nacional e internacional, dando preferência a relações com cidades, Estados e países menos desenvolvidos.	1	
ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO 3: Programas públicos para estimular instituições, grupos, artistas e o próprio poder público a promover avaliações regulares e continuadas de resultados e impactos de políticas, além de	1	
	13	1
	81,25%	6,25%

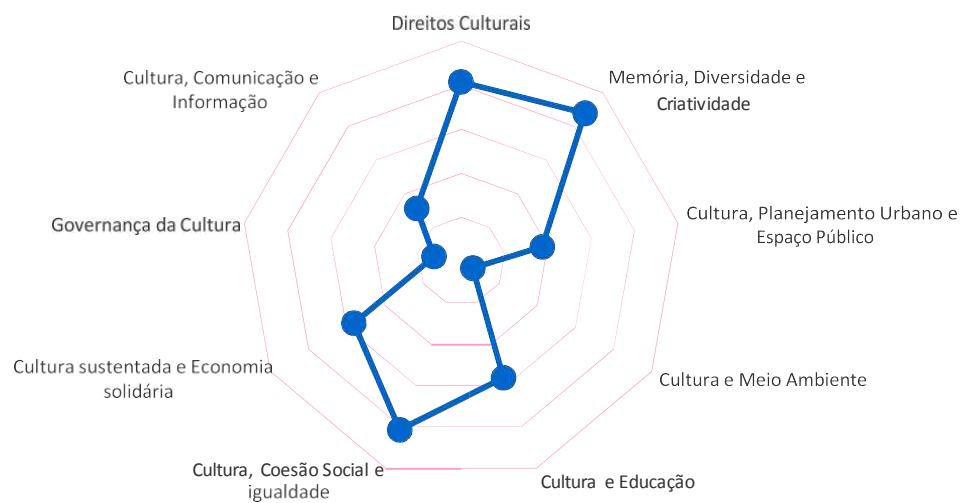
CULTURA SUSTENTADA E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM	NÃO
ESTÍMULO À PROFISSIONALIZAÇÃO 1: Desenvolver ações de formação e estímulo à profissionalização do setor cultural, inclusive para grupos desfavorecidos (promoção de oportunidades de emprego culturais na economia local).	1	
ESTÍMULO À PROFISSIONALIZAÇÃO 2: Existência de organizações empresariais que contem políticas e programas específicos no âmbito da cultura.	1	
ESTÍMULO À ECONOMIA SOLIDÁRIA 3: Existência de Programas de estímulo aos artistas e agentes locais para promover a economia solidária na Cultura e relações entre os diversos segmentos de sua cadeia criativa.	1	
ESTÍMULO À ECONOMIA SOLIDÁRIA 4: Existência de Programas de estímulo aos artistas e demais profissionais que atuam em benefício coletivo e público.	1	
ESTÍMULO ÀS CADEIAS CRIATIVAS 1: Existência de variedade de mecanismos de financiamento para projetos culturais.	1	
ESTÍMULO ÀS CADEIAS CRIATIVAS 2: Programa de valorização das organizações do terceiro setor que atuam com a Cultura para estimular a economia local (reconhecem as associações sem fins lucrativos, cooperativas e outras organizações do terceiro setor como atores importantes na economia local).	1	
ESTÍMULO ÀS CADEIAS CRIATIVAS 3: Realização de pesquisas para compreender a participação dos envolvidos em ações culturais na economia local.	1	
ESTÍMULO ÀS CADEIAS CRIATIVAS 4: A política cultural local precisa promover o equilíbrio e a integração entre ações culturais profissionais e amadoras, como sem fins lucrativos.	1	
ESTÍMULO ÀS CADEIAS CRIATIVAS 5: Existência de Programa de estímulo concreto à discussão, visando parcerias entre atores da sociedade civil, empresas, institutos e fundações.	1	
	9	0
	56,25%	0,00%
CULTURA, PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO	SIM	NÃO
PROMOÇÃO DA TERRITORIALIDADE 1: Existência de programas especiais de transporte para a realização das grandes ações públicas na Cultura.		1
PROMOÇÃO DA TERRITORIALIDADE 2: Distribuição de oportunidades de participação cultural por todas as regiões da cidade.		1
PROMOÇÃO DA TERRITORIALIDADE 3: Existência de programa de reconhecimento e estímulo à criação de distritos culturais, regiões de incentivo à instalação de espaços de atividades culturais coletivas ou de criação artística.		1

PROMOÇÃO DA TERRITORIALIDADE 4: Verificação se os espaços culturais implantados ou em vias de implantação consideram sua relação como espaço ao redor e com a garantia de recursos humanos e materiais para seu pleno funcionamento posteriormente.	1	
IMPACTOS CULTURAIS NO AMBIENTE URBANO 1: Implantação de laudos de impactos culturais para grandes projetos que afetem o espaço público.		1
IMPACTOS CULTURAIS NO AMBIENTE URBANO 2: Há eventos formativos para os planejadores e executores de obras no ambiente urbano sobre a importância de se considerar os impactos culturais no planejamento e no desenvolvimento urbano.	1	
IMPACTOS CULTURAIS NO AMBIENTE URBANO 3: Existência, nas estratégias de desenvolvimento urbano, de políticas de proteção e ou redução de danos a bens patrimoniais materiais ou imateriais.	1	
USO DO ESPAÇO URBANO 1: O plano diretor do município considera os fatores culturais e fluxos das pessoas no espaço urbano como premissa do planejamento da cidade	1	
USO DO ESPAÇO URBANO 2: As políticas de transporte e mobilidade urbana levam em conta o acesso dos cidadãos à vida cultural, com especial atenção para as pessoas com crianças, pessoas que vivem em áreas periféricas da cidade ou com dificuldade de locomoção.		1
USO DO ESPAÇO URBANO 3: Existência de reconhecimento oficial do espaço público (por exemplo, ruas, praças e outras áreas comuns) como elemento essencial para a interação, a participação cultural e responsabilidade cidadã.		1
USO DO ESPAÇO URBANO 4: Existência de incentivo ao uso de técnicas de construção tradicionais, inovadoras ou de baixo impacto.		1
USO DO ESPAÇO URBANO 5: Existência de estímulo a pesquisas e estudos sobre o uso cultural do espaço público por diferentes grupos, principalmente no que diz respeito à acessibilidade física nos espaços e equipamentos culturais.	1	
USO DO ESPAÇO URBANO 6: Há instrumentos de promoção da participação de artistas e acadêmicos das artes e da mediação nos grandes programas e projetos de planejamento urbano e de revitalização de pontos específicos da cidade.	1	
	6	7
	37,50%	43,75%
<b>GOVERNANÇA DA CULTURA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 1: Existência de Grupos de trabalho ou instrumentos legais para atuação conjunta entre o órgão gestor de Cultura e outros setores da administração pública.		1

INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 2: Existência de estruturas permanentes de distribuição de responsabilidades e cooperação, em termos de políticas para a Cultura, entre as esferas de governo comunitárias-locais, municipais, estaduais, regionais, nacionais.		1
INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO 3: Existência de uma definição formalizada e compartilhada de "cultura", "vida cultural" ou "setor cultural" adotada pela equipe do órgão gestor das políticas culturais locais e pela sociedade.		1
ORÇAMENTO: Existência de Planejamento de ampliação progressiva do orçamento municipal para a Cultura.	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 1: Definição de um programa conjunto sobre o setor cultural que seja compartilhado por poder público, sociedade civil e iniciativa privada na cidade (inclui legislação e amplo programa de sensibilização do corpo da		1
GESTÃO COMPARTILHADA 2: Estabelecimento e/fortalecimento contínuo dos Conselhos de Cultura (HÁ CONSELHO COM PELO MENOS UMA REUNIÃO MENSAL?)		1
GESTÃO COMPARTILHADA 3: Definição das principais estratégias para o desenvolvimento local através de exercícios participativos.		1
GESTÃO COMPARTILHADA 4: Realização de mapeamentos culturais participativos, que estimulem o envolvimento de diversos grupos e perspectivas de mundo na compreensão da vida cultural local.	1	
GESTÃO COMPARTILHADA 5: Programa de estímulo e fortalecimento institucional para ONGs que contribuem para a vida cultural da cidade.		1
	2	7
	12,50%	43,75%
<b>CULTURA, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 1: Existência de legislação que garanta a liberdade de expressão, incluindo a expressão artística, a liberdade de opinião e informação e o respeito à diversidade cultural e à privacidade.		1
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 2: Existência de mecanismos públicos e da sociedade civil para monitorar as liberdades do item 01.	1	
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 3: Existência de políticas para garantir o acesso a uma informação livre e pluralista, e medidas para garantir que a informação existente favoreça o direito dos cidadãos de participar na vida cultural.		1

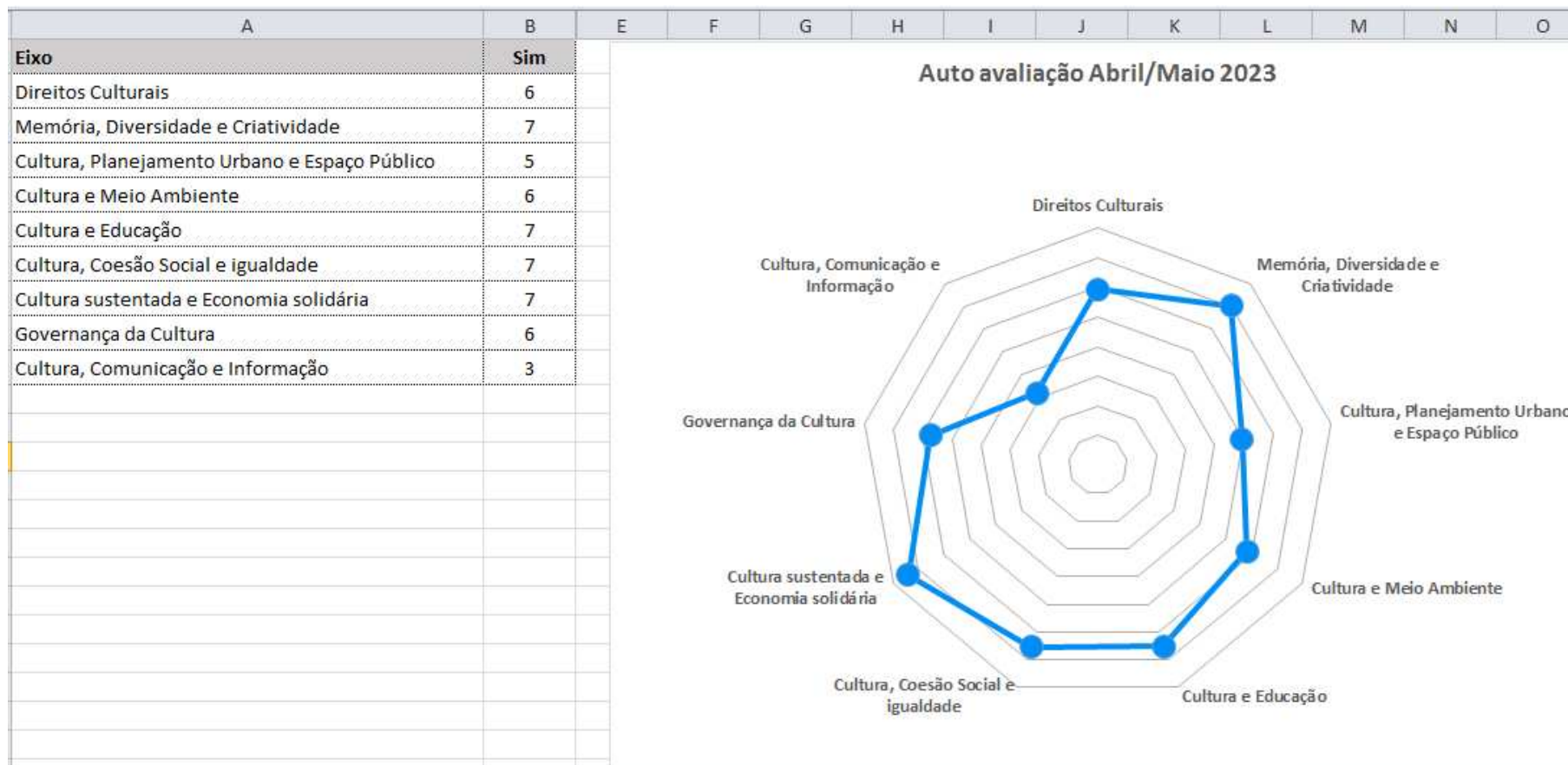
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 4: Os meios de Comunicação locais devem refletir a pluralidade de opiniões, proporcionar igual espaço e importância para a presença de mulheres e representar a diversidade cultural em âmbito local, nacional e internacional.		1
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 5: Existência de Políticas e programas sobre as formas de criação, produção e distribuição digital, com foco nas pessoas e que promovam a democracia cultural.		1
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 6: Existência de apoio público para instituições culturais que estão envolvidas nas discussões sobre informação e do conhecimento, e promovem de forma consistente os valores culturais como um bem	1	
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 7: Monitoramento e análise periódica da relação entre os processos culturais de base e a inovação social.	1	
COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE 8: Existência de Políticas e programas para que os agentes culturais participem em redes de cooperação nacionais e	1	
CULTURA DIGITAL E CIDADANIA: Existência de sistemas de monitoramento, pesquisa ou análise da realidade cultural e sua interação com outras áreas do desenvolvimento humano, ligando universidades, governo e sociedade civil.		1
CULTURA DIGITAL E CIDADANIA: Monitoramento e análise periódica dos obstáculos no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação com finalidades	1	
CULTURA DIGITAL E CIDADANIA: Existência de atividades formativas ou de sensibilização para profissionais da cultura sobre as implicações culturais, sociais e econômicas de formas existentes ou emergentes de acesso e reprodução cultural (por exemplo, direitos de autor, copyleft, o acesso aberto, etc.).		1
	5	6
	31,25%	37,50%

### Auto avaliação Abril/Maio 2017 e Agosto/2018



### GRÁFICO FINAL

Eixo	Sim
Direitos Culturais	8
Memória, Diversidade e Criatividade	9
Cultura, Planejamento Urbano e Espaço Público	4
Cultura e Meio Ambiente	1
Cultura e Educação	6
Cultura, Coesão Social e igualdade	8
Cultura sustentada e Economia solidária	6
Governança da Cultura	1
Cultura, Comunicação e Informação	3



**ANEXO II: Entrevistas**

Entrevista: Helenice Barbosa de Melo.

Data: 19/04/2023

Local: Fundarte.

Flávia: Shirleyy, fala para mim o seu nome.

Shirleyy: Helenice Barbosa de Melo, mais conhecida como Shirleyy Melo.

Flávia: Isso mesmo. Onde você nasceu, Shirleyy?

Shirleyy: Rio de Janeiro.

Flávia: Aí você morou lá quanto anos?

Shirleyy: 23 anos, já tô há 36 aqui.

Flávia: Em Muriaé.

Shirleyy: Em Muriaé.

Flávia: Você nunca teve vontade de voltar pro Rio, não?

Shirleyy: Não, não consigo voltar mais, eu não gosto do Rio de Janeiro, não gosto.

Flávia: Mas em Muriaé...

Shirleyy: É, eu tô em casa.

Flávia: Está em casa. Qual que é a sua relação, assim, com a cidade de Muriaé?

Shirleyy: Não eu assim, é, é, a cidade me acolheu muito bem, então, eu sinto um prazer enorme de morar aqui, ter sido tão bem recebida, de me dedicar inteiramente à cidade, porque tudo que eu faço é uma dedicação, não só pessoal, mas pela minha cidade também.

Flávia: Mas desde que você veio você sempre morou no Santa Terezinha?

Shirleyy: Isso, cheguei aqui em 89 fui pra Itaperuna, cheguei em Muriaé em 90, em 91 a gente já criou o grupo e aí começou minha relação com a cidade.

Flávia: Mas você sempre, desde 1990, você morou no Santa Terezinha?

Shirleyy: No Santa Terezinha, só mudei de endereço algumas duas vezes eu acho em três vezes, tudo lá.

Flávia: E, em relação, vamos falar um pouquinho de cultura agora, qual sua visão de cultura na cidade de Muriaé?

Shirleyy: Hoje a gente vê assim, em 91 quando eu comecei a gente não ouvia muito falar de Cultura não, era tudo muito pequeno, tudo muito escondido, e hoje não, hoje a gente vê que o campo da cultura ele se abriu, a visão da cultura ela se abriu na cidade, né, e assim as pessoas começaram a ter prazer de fazer cultura, mesmo que difícil porque, no meu caso, eu fiquei muitos e muitos anos vivendo de empresários, né, de amigos assim as pessoas que que ajudavam a gente a fazer a nossa cultura, depois é que veio surgindo as leis, né, que vieram surgindo meios da gente fazer a cultura sem tanta sacrifício, né, e é isso eu acho que agora a gente tá aprendendo realmente fazer cultura de verdade.

Flávia: E você acha assim, você fala que melhorou, você acha que você tem uma noção assim de que época que melhorou isso pra vocês, que mudou um pouco isso pra vocês?

Shirleyy: Então, quando foi criada a lei, a lei municipal de incentivo à cultura.

Flávia: Alcyr Pires Vermelho?

Shirleyy: Isso, é Alcyr Pires Vermelho foi a hora que deu uma melhorada e depois para mim deu uma piorada, porque passaram a cobrar sobre o funcionário público não poder, não poder entrar com projetos na lei e isso aí dificultou mais uma vez, mas, graças a Deus, começaram assim a ver a Aldir Blanc, né, vieram assim, as pessoas começaram a entender o que que era cultura e começar a me ajudar com

mais facilidade, né, porque antes a gente andava a cidade inteira, né, dois meses andando para gente conseguir fazer a roupa que ia dançar, depois disso como a cultura melhorou através da Lei, aí a gente começou a aparecer mais e as pessoas passaram também a acreditar mais no nosso trabalho, porque antes quando a gente não tinha essa visibilidade era difícil até da gente chegar, né, e pedir um patrocínio porque faltavam provas de que realmente a gente existia, né. E também tinha essa dificuldade com foto, né. Hoje é assim a internet, né, e a própria evolução com o celular ela fez com que a gente ficasse visto e as pessoas realmente acreditasse no nosso trabalho.

Flávia: É porque vocês têm o Grupo Folclórico Santa Terezinha tem mais de 30 anos.

Shirleyy: 33 faz esse ano que desde 1991, foi ininterrupta as nossas apresentações

Flávia: Nem na pandemia vocês pararam.

Shirleyy: Na pandemia a gente não parou que a gente fez tudo online, gincanas, fizemos vídeos, é assim uma apresentação dos meninos de cada cada momento do ano, né, foi cortejo junino, fizemos dois cortejo junino dentro da pandemia, né, que foram feitos nos carros todo mundo de máscara como, né, tava como se mandava na época e a gente assumiu isso e fez e foi muito bom.

Flávia: E dentro do Grupo você cresceram também, né.

Shirleyy: Também, também. Eu acho que assim, a gente fala família, o Grupo Folclórico Santa Terezinha, e realmente esse, esse carinho de família teve, porque a gente se preocupava uns com os outros, né, e aí a gente criou esse negócio de família e na verdade sempre foi porque as pessoas ficam muito juntas, porque são muitos meses de ensaio, muitos meses de apresentação, mas parece que na pandemia isso aí ficou mais latente, porque a gente tinha preocupação uns com os outros mesmo, né, para não faltar ninguém.

Flávia: E lá vocês tem uma rotatividade porque são mais jovens, né?

Shirleyy: Sim.

Flávia: Aí tem uma rotatividade grande. Tem gente que começou lá criança...

Shirleyy: Tem a Bruna, a Bruna começou com sete anos, hoje ela tem 35 e ela nunca parou, nunca, tava lá desde sempre e a minha família é geração toda, né, que começou comigo, depois veio a Bruna, aí depois veio os meus netos, né, que já estão também no grupo e estão lá a Bia chegou, a Bia chegou e também tá lá. A noiva tá lá e não perde o lugar da noiva pra ninguém.

Flávia: Aí eu queria te perguntar um pouquinho, falar assim, sobre a cidade de Muriaé, o que você acha da cidade de Muriaé, o que você acha assim que melhorou na cidade, o que que precisa melhorar.

Shirleyy: Em relação à cultura...

Flávia: Em relação à cultura, vamos falar da cultura, só terminar assim, o que que avançou e o que precisa melhorar, depois nós vamos falar da cidade.

Shirleyy: Não o que avançou é isso, a possibilidade da gente não ter mais que ficar buscando só patrocinador, aí avançou, né, por causa das leis e tudo, e a gente viu também quando, quando Flávia foi secretária a grande preocupação que você teve assim cuidar de nós, né, produtores de cultura e buscar a documentação, buscar meios de facilitar, né, e tornar sério o nosso trabalho.

Flávia: E o que você acha que pode melhorar?

Shirleyy: Ah eu acho que que pode, o que eu acho que eu não sei, eu não sei se isso é possível, mas o que eu acho que pode melhorar é destinar uma verba anual para os grupos que realmente fazem cultura dentro da cidade. Entendeu? Porque entra no caso de funcionário público não pode entrar com com projeto na Lei de

Incentivo, então eu acho que a prefeitura poderia criar um meio junto aos vereadores, criar um meio de acolher esses grupos que já estão aí há mais de dez anos funcionando, representando a cidade, mostrando nossa cidade pro país inteiro e todo ano a gente tá com a mão na cabeça, porque a gente não sabe o que a gente vai fazer, justamente porque a gente não pode participar da lei.

Flávia: É uma coisa pra gente pensar, um meio. E aí, falando sobre a cidade de Muriaé, o que você acha que Muriaé melhorou enquanto espaço urbano da cidade, o que você vê assim o que melhorou e o que pode melhorar? Você usa muitos espaços da cidade, você acha que isso ainda falta, pode melhorar?

Shirleyy: Então, a gente usa os espaços da cidade e a gente vê que de pelo menos 10 anos pra cá por aí, a cidade tem, tem evoluído, ela tem evoluído em relação ao cuidado com as Praças, cuidado, né, com os espaços públicos, assim, e até uma grande obra é o teatro, né, que hoje a gente pode usar pras nossas apresentações, então assim, quando não tinha realmente era um espaço que fazia falta na cidade e assim o que eu acho que precisa mudar é realmente cuidar desses espaços onde recebe o público, porque o público é a alma de uma cidade, então pra gente recebê-los os espaços eles têm que estar né muito bem cuidados. Então assim, eu acho que é isso.

Flávia: E, uma última pergunta que eu queria te fazer, como você gostaria que Muriaé fosse em relação à cultura e aos espaços urbanos daqui a 10 anos?

Shirleyy: Ah, em relação à cultura, eu acho assim que a gente precisa ter um local específico pra gente receber essa cultura, porque toda vez que a gente precisa receber um número maior, tipo assim um Arraial né, a gente tem que ficar procurando espaços, porque um atende de uma forma, outro atende de outra forma e chega por fim sempre tá faltando alguma coisa, então eu acho que a gente tem que criar esse espaço, um espaço de verdade, com toda estrutura para que realmente a gente não precisa ficar procurando lugar, sabe, eu acho que tá faltando isso.

Flávia: Em relação aos espaços urbanos da cidade, assim, que que você, em relação à cidade, daqui a 10 anos como você gostaria que Muriaé estivesse?

Shirleyy: Aí obras vão ter que ser feitas, porque a cidade tem dado um nó nos horários de pico, a cidade tem dado um nó e eu acho que alguma coisa vai ter que ser feita em relação a isso pelo crescimento de carros e eu acho que está faltando assim um planejamento, porque eu acho que o pensamento lá atrás era de uma cidade que não ia crescer e a gente, não é o que a gente tem visto. A gente vê Muriaé crescendo a cada dia e ficando apertada. Então assim, alguma coisa vai ter que ser feita em relação também ao Rio Muriaé, que é o grande problema da cidade hoje, isso a gente sabe e o povo cobra, isso precisa ser resolvido e quem sabe né alguma ideia né pra usar até mesmo esses espaços próximos ao Rio pra cidade crescer e desafogar, eu acho isso.

Flávia: Você quer acrescentar alguma coisa.

Shirleyy: Não, é isso.

Flávia: Obrigada, Shirleyy.

Entrevista: Anderson Elias Silva.

Data: 10/05/2023

Local: Fundarte.

Joia: Manda.

Flávia: Fala pra mim seu nome.

Joia: Nome completo?

Flávia: Pode ser, nome completo, seu apelido.

Joia: Meu nome é Anderson Elias Silva, mais conhecido como Joia.

Flávia: Joia, você é músico, né?

Joia: Músico, percussionista, e no meio da música conhecido como Joia.

Flávia: E é, está presidente da...

Joia: Presidente da Associação musical União dos Artistas.

Flávia: Isso, por isso que você está aqui hoje pra gente conversar, né. É, Joia, me fala o seguinte, onde você nasceu?

Joia: Muriaé, nascido e criado em Minas Gerais.

Flávia: É? Você sempre morou aqui?

Joia: Sempre morei aqui.

Flávia: Quantos anos você tem de Muriaé?

Joia: 45.

Flávia: Desde que você nasceu, agora revelou sua idade...Aí me conta aqui, qual a sua relação com a cidade?

Joia: Ah, no sentido de. Relação são várias maneiras, né, tanto no meio da música, como cidadão muriaeense, tudo.

Flávia: O que você acha de viver em Muriaé?

Joia: Bom, uma cidade excelente para viver, morar, cidade pacata, gosto daqui.

Flávia: Em relação à cultura em Muriaé, fala o que você pensa, assim, sobre essa cultura, sobre como que está, como que era, como que avançou?

Joia: Bom, no meu tempo, né, não tinha o que é hoje, tá avançando, creio que vai avançar muito mais ainda, entendeu, pelos projetos que tem, aquele próprio pessoal que mexe no meio da Cultura, tá excelente para mim, tá excelente, assim, vai melhorar muito ainda.

Flávia: O que que você acha que pode melhorar?

Joia: Em termo de, como vou falar pra vocês, divulgação, ter mais projeto de música, eu acho que é isso.

Flávia: Por exemplo, você hoje vive da arte?

Joia: É, eu vivo da arte.

Flávia: Você está conseguindo viver da arte?

Joia: Tô conseguindo viver da arte.

Flávia: E os músicos da Banda?

Joia: Os músicos, assim, da banda que eu toco, todos trabalham, mas sempre viveram da arte, entendeu, assim, consegue conciliar os dois, trabalho, é paralelo, entendeu, mas assim, eu sempre trabalhei, agora tô mais ainda conta da arte, da música e não tenho nada de reclamar, dá para viver, tem muito projeto bons que tá para acontecer, o que tá acontecendo.

Flávia: E vocês na Banda União dos Artistas como vocês estão em relação à cultura, vocês tem mantido a banda?

Joia: Tem, a banda tá em andamento, dos ensaios normais, tem projetos que estão em andamento, a gente tá já tá acontecendo alguns projetos e ela não para, né.

Flávia: Que tipo de projeto?

Joia: Então, tem um agora, fugiu o nome agora, não vou lembrar.

Flávia: Aquele do Fec, né, que está em andamento?

Joia: Tá em andamento, vai encerrar agora no meio do ano.

Flávia: Que era de capacitação e formação, né?

Joia: E a banda tá em andamento, os ensaios, projeto aqui, os alunos.

Flávia: Tem aluno na banda?

Joia: Tem.

Flávia: Tem músicos novos?

Joia: Músicos novos tá chegando, entendeu. Não tá parada.

Flávia: Aí vocês estão com intenção de manter esses cursos com os alunos? Legal. Aí Joia, falar da sua relação, eu te perguntei da sua relação com a cidade qual é, mas eu queira saber assim, o que você acha dos espaços urbanos da cidade? O que que avançou e o que precisa melhorar?

Joia: Bom, os espaços urbanos estava, assim, sendo avançado, assim, na minha opinião, assim, poderia ter mais espaço mais cultural, né, que tem o espaço de oficinas, no meu caso aqui que mexo com oficina de percussão, em ter lugar além do teatro que tem mais espaço aberto para ter mais oficinas, outros tipos de oficinas, como de leitura, não tem, né. Tem lugar que tem lugar de leitura o dia inteiro, entendeu, aqui podia ter no Horto que tem o espaço no centro ele tem um dia de leitura para as crianças, para os jovens e não tem tem vai abrir mais abranger mais esses espaços de Cultura.

Flávia: E você frequenta muito esses espaços públicos, por exemplo, praça, a lagoa?

Joia: Frequento.

Flávia: Você se sente pertencido a esses lugares?

Joia. Sinto, sinto, melhorou muito aquela lagoa, O Grande Hotel, o centro ali em si, mas também teria que ter mais ainda espaços para agregar mais a cidade, né, para não ter que procurar fora outros espaços culturais, daí aqui é muito rico em tanta cultura tem muita gente boa que mexe com teatro poderia ter mais assim, prestar atenção mais nessa parte cultural, né, mas do jeito que tá tá caminhando para isso, mas vou focar mais, eu sinto falta de essas coisas de às vezes final de semana não tem nada para você procurar, o espaço cultural aberto não tem.

Flávia: Você acha que precisava ter mais essa oferta?

Joia: Precisava ter mais, tá muito carente de ofertas culturais, final de semana, meio de semana à noite e não tem, entendeu.

Flávia: Aí uma última pergunta que eu queria te fazer, assim, como você gostaria que Muriaé fosse em relação à Cultura e aos espaços urbanos daqui a 10 anos?

Joia: 10 anos eu vou tá, espero, né. Ah, bem assim, bem, todo mundo agitado, todo mundo unido e as coisas acontecendo que tem que acontecer, bem, eu como eu falei falta e até lá tá tudo realizado com muita cultura, o povo unido, o pessoal do teatro, o pessoal da música. Aqui tem muito músico bom, muito talento aqui em Muriaé e a cultura é cultura, né, arte, tudo junto, unido e botar a cidade para frente.

Flávia: Você pretende até lá estar vivendo da arte?

Joia: Com certeza até que a morte nos separe. Que assim seja.

Flávia: Ótimo, muito bom, então é isso.

Entrevista: Gilmara Medeiros Bitencourt.

Data: 10/05/2023

Local: Fundarte.

Flávia: Boa tarde. Você pode falar seu nome pra gente por favor.

Gilmara: Meu nome todo é Gilmara Medeiros Bitencourt.

Flávia: E você é representante...

Gilmara: Eu sou do Movimento Pró-Cultura, né, é uma ONG sem fins lucrativos, onde tudo é movido a partir da solidariedade mesmo.

Flávia: Ótimo. Você nasceu aqui, Gilmara?

Gilmara: Sim, aqui em Muriaé mesmo.

Flávia: Você sempre morou aqui?

Gilmara: Sempre.

Flávia: Aí tem quantos anos?

Gilmara: Tem 21 anos.

Flávia: 21 anos. Você é daqui do bairro Aeroporto?

Gilmara: Eu morava no Patrimônio São José até meus oito anos de idade, e aí a partir eu fui para o Aeroporto e comecei, né, a me envolver nos projetos.

Flávia: Já desde novinha? Ah, que legal.

Gilmara: Sim, desde novinha.

Flávia: E hoje você tá como representante...

Gilmara: Hoje eu sou presidente do Movimento Pró-cultura.

Flávia: Que também é um ponto de cultura, né?

Gilmara: Sim, lá a gente exerce várias atividades, né, dentre elas a percussão, teatro, dança, a literatura também, né, a gente tem uma biblioteca física onde a gente faz o projeto né do carro do livro também.

Flávia: Queria saber de você, Gilmara, qual sua relação com a cidade Muriaé?

Gilmara: É, aqui eu sou a Gilmara, né, sou presidente do Movimento Pró-cultura, eu trabalho em um laboratório, né, sou auxiliar convivo com as pessoas também na minha casa, é

tenho uma família e que são pessoas assim mesmo, né, do dia a dia que conversa que sabe o que quer, onde quer chegar e convivo com muitas pessoas, né no dia a dia tem muito contato.

Flávia: Você gosta da cidade? O que você pensa da cidade de Muriaé?

Gilmara: Eu penso com a cidade que está em desenvolvimento e tem mais ainda o que crescer, né, a gente vê hoje, é, que é rica em Cultura, né, a gente tem um ponto muito forte aqui nisso e que valoriza também, né, as culturas locais em tudo, tem uma administração boa, bem relativo mesmo que a gente tem, né, a gente usa tudo que a gente tem que os recursos dos nossos mesmo, a gente aproveita bem aqui a nossa cidade pra atrair pessoas de fora.

Flávia: E sua relação com o bairro que você mora, como ela é?

Gilmara: Hoje eu resido no Dornelas é muito boa assim, né, é um bairro novo, tem quase dois, vai fazer dois anos que eu moro lá, e assim, eu conheço bastante gente, né, vê muito assim com pessoas, todos os dias, eu tenho uma facilidade muito boa de aproximar de conversar, então tenho relação boa e todos lá gostam de mim mesmo convivo bem.

Flávia: Em relação à cultura em Muriaé me fala um pouquinho, assim, sobre como é que você pensa que ela é? Como que é a cultura aqui? O quanto que avançou, o quanto que ainda precisa melhorar, no que que ela pode melhorar?

Gilmara: É, quando eu comecei, né, a gente não tinha tanto envolvimento, né, da comunidade assim, eu via que tinha um pouco de preconceito também com algumas pessoas no que a gente fazia, né, hoje, né, no ano que a gente está com toda essa inovação, a internet mesmo, né, vem muitos avanços a gente conseguiu propagar isso e transformar o pensamento das pessoas, né, aqui ao ver a cultura não é uma coisa de gente à toa, né, é uma coisa que eleva as nossas culturas mesmo, que a gente cresceu o que que a gente aprendeu a cultura para mim é isso, né, o que a gente, a nossa raiz, tudo que a gente aprendeu que a gente repassa, pra mim evoluiu muito, tanto no pensamento das pessoas, quanto nos projetos, né, a gente tem abrange mais não só a dança, o teatro em si, a arte ali, mas também uma pessoa de fora que que mostra um talento diferente, uma voz diferente então para mim cultura é qualquer coisa assim diferente mesmo que aproxime, que impacta.

Flávia: Mas a cultura em Muriaé em si, você acha que, como você vê esse cenário cultural daqui hoje e o que você acha que pode melhorar?

Gilmara: Hoje tá um cenário bom, né, a gente tem muitos projetos, leis, mas ainda falta um pouco mais de atenção diretamente, de acompanhar mesmo, de ir de ver de perto se realmente está acontecendo o que que mais precisa, né, de acolher mais, né, a gente tem tudo que a gente precisa, mas eu acho que falta acolher mais, fazer mais parte.

Flávia: Aí já falando de uma outra área, sobre os espaços urbanos e cidade, como é que você vê esses espaços urbanos cidade, se você sente pertencida os lugares que são públicos, o que você acha que precisa melhorar?

Gilmara: Os espaços hoje que a gente tem aqui, tanto de lazer, quanto urbano, é também melhoraram, estão bons, hoje a gente tem opções a mais para fazer os nosso lazer, só que eu acho que falta um cuidado a mais com a sustentabilidade, o lixo, né, nas ruas, o cuidado com o Rio, né, que a gente não vê muitas pessoas também não cuidam muito, então acho que falta um pouco mais de carinho e atenção nisso, no que realmente importa, né, a natureza.

Flávia: E como você gostaria que Muriaé fosse em relação à cultura e aos espaços urbanos num cenário daqui a 10 anos?

Gilmara: É, gostaria de ter muitas árvores plantadas, é, gostaria de ver as pessoas cuidando mais, né, dos animais também as ruas bonitas, todas que a gente já vê com artes, mas com mais ainda para ter uma alegria, né, na cidade, trazer mais coisas de fora mesmo, mais tudo de Cultura, comidas também, eu vejo uma cidade bonita assim, onde as pessoas possam sobreviver, as crianças viver sem guerra, né, sem ter muitas más influências por perto, eu vejo uma cidade assim e eu acho que a gente consegue, né, todo mundo se unindo aí e fazendo isso acontecer.

Flávia: Você quer uma cidade mais feliz e segura, né?

Gilmara: Isso.

Entrevista: Antônio Carlos da Silva.

Data: 17/05/2023.

Local: Fundarte.

Flávia: Fala seu nome pra mim.

Carlinho: Antônio Carlos da Silva, mais conhecido como Carlinho Scarleth.

Flávia: Seu nome artístico, né.

Carlinho: É.

Flávia: Carlinho, desde quando você é Carlinho Scarleth?

Carlinho: 18 anos, quando eu tava com 18 anos, eles me colocaram esse apelido, aí ficou.

Flávia: Você nasceu aonde?

Carlinho: Muriaé.

Flávia: Você sempre viveu em Muriaé?

Carlinho: Não, já morei fora, morei em São Paulo, Rio, Espírito Santo em Guaçuí.

Flávia: E aí você está de volta a Muriaé tem quantos anos?

Carlinho: 20.

Flávia: 20 anos.

Carlinho: É.

Flávia: E você mora onde aqui em Muriaé?

Carlinho: Bairro Santa Terezinha.

Flávia: Sempre morou lá?

Carlinho: Sempre morei lá.

Flávia: Qual sua ligação com a comunidade?

Carlinho: Eu trabalho com carnaval, eu faço parte de projeto social e eu tenho ligação boa com a comunidade, graças a Deus, eu gosto, né, de gente, né, a gente para lidar com a comunidade tem que gostar de gente.

Flávia: E lá você abriu uma ONG, né?

Carlinho: Nós temos uma ONG lá que é a SOS Minas Gerais.

Flávia: O que vocês fazem na ONG?

Carlinho: Nós trabalha com projeto social, cultural, agora a gente abriu tá naquele processo de colocar ela todo em dia, né, de CAGEC, de ponto de cultura, ela já é um ponto de cultura.

Flávia: Isso. Porque a gente está fazendo entrevista com os representantes dos pontos de cultura e das instituições de cultura de Muriaé.

Carlinho: Certo.

Flávia: Então, aí a gente quer saber, assim, dessas pessoas, aí eu queria saber de você também qual a sua relação com a cidade de Muriaé?

Carlinho: Com a cidade? Você tá falando no geral, ou na cultura?

Flávia: No geral, você pode falar da cultura também.

Carlinho: No geral é minha relação é como, como uma pessoa que mora em uma periferia e mais dentro do meu bairro, com a cidade mesmo é assim.

Flávia: Mas você gosta de morar em Muriaé?

Carlinho: Se eu gosto de morar em Muriaé? Ah, eu tenho uma duvidazinha... comigo mesmo. Eu tô aqui mais, pra te falar a verdade, de coração mesmo, pela minha mãe. Minha mãe tem 88 anos, então, Deus me livre guarde, se Deus faltasse, se ela faltar, eu acho que eu não fico não.

Flávia: Você acha que a cidade tem coisa pra melhorar?

Carlinho: Tem, tem muita coisa pra melhorar. Principalmente a vida noturna em Muriaé, né, eu acho que ela tem que ter mais coisa, mais opção, mais parques, mais shopping, mais coisas assim que vai agregar mesmo a vida das pessoas. Porque

aqui você ouve falar, tem shopping, aonde? Não tem. Então você vai, tem isso, tem aquilo. Não tem.

Flávia: Você gostaria que tivesse o que, assim, o que você frequentaria?

Carlinho: Ah, igual rural mesmo, eu gosto muito as coisas, assim, de turismo rural, e eu acho assim mais pousada mais perto aqui, que os empresários pudessem investir nessas coisas assim, umas pousadas mais holísticas, pra atendimento, pra pessoa ir lá e respirar um ar puro, divulgar mais, se tem não divulga. Porque eu vejo as de fora de de pra cima de Itaperuna divulgando e aqui não vejo a divulgação.

Flávia: É porque não deve ter mesmo, né. Mas, é e aí, te perguntar, continuar perguntando pra você sobre a cidade de Muriaé, o que que você acha dos espaços urbanos da cidade, dos espaços públicos? É, você acha que melhorou, você acha que precisa melhorar? Você costuma frequentar?

Carlinho: Não, não costumo frequentar não.

Flávia: Porque você não frequenta?

Carlinhos: Ah não são as coisas que eu gosto, né, geralmente quando tem alguma coisa não é aquilo que eu gosto, e as coisas que eu gosto, assim, é igual eu falo já Muriaé perdeu muita coisa boa, essa exposição de Muriaé foi as melhores exposição na região, a gente tinha público imenso e hoje em dia a gente já não tem mais isso, caiu muito exposição agropecuária que gente ia, eu ia todos os dias porque dos shows bons e a gente tinha as barracas, os parques bons, não é que seja ruim, mas é acho que poderia voltar isso também ,né, e ter mais espaço, abrir mais espaço assim para sábado e domingo para gente ter uma música ao vivo numa praça, colocar isso aí tem tanto artista em Muriaé bons, eles não são aproveitadas assim ao público mesmo, né, tem espaço para ir para a gente ir curtir isso, ou dentro dos bairros mesmo, sustentação a gente tem tem artista bom, só não tem é feito, né, agora que tá aparecendo alguma coisinha aí mas não é para você melhorar.

Flávia. Entendi. Você acha, tem alguma ideia no que poderia melhorar? Além do que você falou de ter eventos fim de semana e tal?

Carlinho: Eu acho, eu como ONG eu tenho um projeto que até vi gostei, te falei uma vez que era ter um caminhão, que esse caminhão tivesse som, tivesse palco, iluminação, e a gente leva tudo assim porque o artista ele é pronto, né, ele tem que ter o equipamento acho que esse caminhão subisse lá, tá lá no Santa Terezinha, daí do Santa Terezinha vai pro Encoberta, pro São Cristóvão, ele vai para todos os bairros e ali além dele pegar um artista local que pode ser pago pelo comércio local, não precisa ter dinheiro da prefeitura, ou fazer uma parceria com prefeitura aonde que a gente tiver da ONG pagar os artista, a gente fazer isso colocar o diesel, ou um funcionário em contrapartida, acho que tem muitos meios a gente levar mais é cultura, mais lazer às pessoas, né, simples humilde que precisa mesmo, né, de estar ali porque eu acho que hoje o quadro de depressão em Muriaé, não só em Muriaé mas ele tá alto porque a gente tá tendo pouca opção na área e quando tem shows, que às vezes são shows grandes, são caros, então nem todo mundo, não é para todos, são para alguns. Então, seria assim trabalhar uma coisa que fosse para todo mundo não do nível que é contratar que é pago mas que a gente gostasse, a gente não precisa de muita coisa não.

Flávia: Isso ia movimentar a classe artística, né.

Carlinho: Além de movimentar cultural a gente faz economia girar também, né, dentro do bairro também, né. É porque ali você vai pode colocar uma feirinha, você pode colocar também os bares do bairro, as quitandeiras, as pessoas que faz agora os lanches.

Flávia: Igual eles estão fazendo esse Arte na Praça. Aí em relação à cultura, Carlinho, o que você pensa sobre a cultura em Muriaé? É, assim, né, você está há muitos anos trabalhando...

Carlinho: Eu penso que a cultura em Muriaé ela pode, ela pode sempre pode melhorar e, principalmente, na área de projeto, porque o projeto, pensa assim é muita burocracia. Às vezes o dinheiro que você pega não vale nem a pena, você passa tanta raiva que, você passa para tanto documento que pede por valor que é de um projeto que você vai largar 200 mil, 140.000, é a mesma burocracia aqui e é para poucas pessoas, é limitado, e a gente tem que trazer uma prestação de conta também trabalhosa, então, ela tem que melhorar nesse lado também tem que dar mais espaços, todas as pessoas, é fazer uma credencial pra descobrir talento, de poesia, voltar com aquele projeto que o Reinaldo fazia, de poesia nas escolas, você está interagindo as escolas estadual com municipal com essa juventude, eu acho que isso é muito importante, acho que valoriza muito.

Flávia: Você acha que com essas leis novas, Paulo Gustavo, Aldir Blanc 2, isso vai, de repente, ajudar nessa execução dos projetos?

Carlinho: Vai, vai ajudar se ela for, se não for muito engessada, né, as pessoas têm medo depois, aí engessa muito e a gente fica aí preso.

Flávia: A ideia é ser uma coisa simples.

Carlinho: Descomplicar, né.

Flávia: Desburocratizada, né.

Carlinho: É. Eu acho que essa lei veio pra ficar, nós vamos, foi a nossa luta a pandemia teve aí matou, morreu muita gente, mas o legado ela vai deixar que a cultura ficou aí, ela trabalhou, ela foi sacrificada, ela teve trabalhos que ela ia em hospital fazia alguma coisa, com medo ou não, informação. Então, foi o nosso lado que ajudou um pouco superar essa tristeza, essa angústia que, você vê as lives fazendo esses cantores aí famosos fazendo Live, porque não tinha outro jeito tinha que fazer Live e apresentação de tudo, então, a gente aprendeu a trabalhar com isso, abrimos um campo que a gente não sabia ainda, né, a gente tá aí para agradecer e vai ser um marco regulatório essa lei que vem agora a segunda eu acho que ela vem para ficar um ano todo fora os incentivos.

Flávia: São cinco anos da Lei Aldir Blanc 2.

Carlinho: E eu acho que ela vai ficar mais.

Flávia: Vai ser perene, né.

Carlinho: Porque não tem como, a gente precisa disso porque não tem recurso. Mas, eles ganha, eles tira lá do Imposto lá da loteria e onde fica esse dinheiro que era para ir para o Fundo Nacional da Cultura?

Flávia: É, e a função do fundo é repassar esse recurso, de fundo a fundo. Aqui em Muriaé a gente tem o Fundo Municipal de Cultura que tá apto a receber recurso de fundo a fundo.

Carlinho: E o estado também, eu vejo que o estado também deixa muito a desejar tá, muito desejar porque quando abre a lei deles lá para trabalhar, a gente faz o projeto, a gente fica frustrado, porque a gente fez o projeto e a gente não capta o recurso, porque as empresas grandes não têm interesse de tá patrocinando projeto nosso, a gente não tem um nome, nenhum artista renomado, então, não trabalha, então, a gente fica ali morto com aquele projeto. E aí a gente morre com aquilo ali e se a gente não souber fazer depois até um uma um tratamento que a gente mesmo, a gente sente até mal com isso porque não parece que você vai lá, tão bonito e não captou recurso porque as empresas, elas têm interesse de divulgar onde vai ter retorno financeiro, para eles onde que eles vão ter retorno de visual ou que eles vão

ter troca, nisso aí eles não têm interesse de pegar uma pessoa, ah tal tal pressionar lá porque é um projeto social, é cultura não é social, tem que o social tem, mas a gente tem que trabalhar também, o estado também modificar, deixar um pouco mais de jogar esse dinheiro dentro mais dentro de Belo Horizonte, descentralizar, é uma lei que tá lá tá sendo votado que nunca vota lá dos deputados, nunca põe para votar essa lei, então, a gente não tem aqui nada, tá lá e não volta lei, então, a gente não tem um representante da cultura em Muriaé. Eu queria. Nós temos dois deputados em Muriaé, o Grego e tem o Wilson Batista, e tem o Cristiano também e agora que é do PT lá também, eu vou cobrar isso deles porque eu como representante da Cultura eu quero cobrar isso daí, porque acho assim, tá parado lá, por que que tá parado se nós estamos precisando dessa essa lei chegar aqui, você vê para baixo, para cá ninguém recebe, quase ninguém tem incentivo de nada de fundo nem nada porque se centraliza tudo em Belo Horizonte.

Flávia: Tem muita coisa para mudar para melhorar, né. Você acha que, como você enxerga assim o cenário da cidade Muriaé em relação à cultura e aos espaços urbanos daqui a 10 anos, como é que você acha que Muriaé vai estar.

Carlinho: Eu acho que vai estar melhor a partir da de uma nova coisa, novos acontecimentos, vamos ver, a mudança da política.

Flávia: Suspense.

Carlinho: É, suspense.

Flávia: Ai, ai, mas você imagina, como você gostaria que Muriaé tivesse?

Carlinho: Ah, eu queria que em 10 anos todo mundo chegasse feliz no seu bairro, e todo bairro tivesse seu ponto de cultura, nas periferias, ah os trabalhos sociais juntos com tudo assim trabalhando no bairro e todo mundo sendo feliz, vivendo a sua própria arte, porque a gente parte para outra área, tem que viver com outra área para sobreviver de Cultura. Isso não é só aqui em Muriaé, isso é todo lugar, mas eu acho um absurdo isso, porque fora na Europa os artistas vivem da sua cultura, vive do que faz eles tentam eles, eles faz o que que fizer lá a casa lotada, teatro lotado, agora que a gente não tem esse costume, que a gente tem que ficar na praça tocando no violão, se eu for esperar a caixinha acho que não dá nem para pagar o café de tão, que eles não têm essa essa coisa de dar cachê, esse cachê, não é cachê, é uma outra palavra que a gente usa quando eles estão, mas aí a gente fica assim pensando, né, a gente não pode viver, tem que estudar, tem que partir para outra e guardar isso, ficar guardado no coração, ficar reprimindo isso que isso daí a gente sofre muito com essas coisas, eu tenho certeza do que eu vou falar aqui hoje, os artistas se coloca na pele isso porque todos, além de ser um produtor cultural, eu também já toquei instrumento, já fui dando de banda, já mexi com percussão, além do carnaval e outras coisas que a gente fica aí, então, a gente faz mil funções para ver se a gente tá ali integrado com aquela arte da cultura, expressar às vezes é uma coisa que tá dentro de você que você quer passar, você quer ser ouvido mas você não é ouvido, você não você fica lá jogado e eu acho muito assim, também que a cultura tem que ser para todos, não para uma parte a cultura, desde a hora que ela for para todos se ela não for esse nível de que eu falo assim superior, muito elitizado, igual muitos eventos que eu vejo isso não é só aqui em Muriaé não, isso é Rio, isso é São Paulo é muito elitizado, tem muito artista elitiizado que vive do seu trabalho e tudo, mas a gente tem que também ter esse espaçozinho aqui embaixo, se a gente não tivesse espaço, nós que são as formiguinhas aqui que estão fazendo aqui embaixo não vai ter trabalho para quem tá aqui dentro dessa secretaria, se ele reconhecer vai para outro lugar e as pessoas às vezes larga. Eu já conheci uma cidade que tinha um polo de Cultura alto, bem trabalhado e hoje eu não vejo isso,

mais eu já conheci a cidade que já foi melhor Micareta que fazia, hoje eu não vejo mais esse investimento, já fui em praias que tinha a melhor praia no verão, os melhores artistas, praia lotado, comércio ganhando dinheiro, mas a política mal feita é colocada ali, mal administrada, acabou com tudo e eu vejo assim aqui 10 anos igual essa pergunta que você me fez pode tá muito bom, como pode tá muito ruim também, a gente sabe que a gente já viu isso acontecer, Piúma uma cidade que é uma cidade turística que vivia cheio passava todo mundo fazia questão para trabalhar no verão, as bandas queria tá lá, e os Comerciantes também queria tomar, exposição de Muriaé já falou, uma das melhores, quando começava aí a entrada aí era show tudo quanto show pesado, barraca para controlar, todo mundo faz questão das barracas, então, não tem um investimento que precisava, não continuou, essa briga política política mas não se esqueça política tem que ser para a cultura tem que ser para todos porque se não for política pra cultura e pra todos, como a gente vai fazer, vai viver como? Nós produtores cultural, fazedores de cultura.

Flávia: Carlinho, queria te agradecer e deixar aberto, assim, pra você falar mais alguma coisa que você queira.

Carlinho: Eu queria te agradecer esse espaço que você tá me colocando aqui eu falo como produtor cultural e como uns amantes da cultura mesmo, né, porque a gente é amante, porque cultura em cidade pequena e com certo tipo de pessoas, em certo tipo de administrações, a gente sofre. Então, eu fico muito assim contente com esse espaço que a gente tem hoje de fala, de narrativa aqui isso possa passar algumas ideias, alguma coisa que a gente pode melhorar e quanto à cultura eu falo, a cultura ela é cultura desde a hora que tá ali junto todo mundo, que não existe um trabalho que não depende do outro na Cultura então eu te agradeço a oportunidade tá aqui também.

Entrevista: Sandro Areal Carrizo.

Data: 17 de maio de 2023.

Local Fundarte.

Flávia: Sandro, vou começar perguntando seu nome.

Sandro: Sandro Areal Carrizo.

Flávia: Você nasceu onde?

Sandro: Nasci em Andrelândia, Andrelândia é sul de Minas

Flávia: Aí você está morando em Muriaé tem muito tempo?

Sandro: Eu vim para cá em 1975.

Flávia: O ano que eu nasci, você veio criança pra cá então ?

Sandro: Eu vim criança, eu vim criança, a gente carregou o sotaque quando eu cheguei aqui, tinha sotaque de sulista, falava porta, porteira, porcaria, o povo na escola pegava no pé da gente por causa desse sotaque, né, porque eu morava em Bom Jardim de Minas perto de Andrelândia e lá é muito muito próximo, né, ali do do da divisa com São Paulo, né, e aí pega um pouco do sotaque Paulista.

Flávia: Minha mãe é de Caxambu, aí eu já conheço bem esse sotaque. Sandro, aí eu queria te perguntar qual sua relação com a cidade de Muriaé?

Sandro: Eu me sinto muriaeense, né, é porque meus avós e meus bisavós né e meus pais são daqui de Muriaé. Apesar de eu ter nascido em Andrelândia eu me sinto muriaeense, até mesmo recebi um prêmio, né, cidadania honorária, né, e a gente faz parte aqui do da cidade me sinto cidadão muriaeense de coração.

Flávia: E em relação assim, a gente vai conversar um pouquinho, sobre o que que você acha dos espaços públicos urbanos da cidade. Conta pra gente assim onde você mora hoje?

Sandro: Eu moro no bairro Aeroporto, o bairro ele é considerado um bairro de Periferia né e do outro lado da br-116, né. Eu moro lá desde dois mil e dois desde 2002, né, mas, fui criado no bairro Safira, né, então são dois bairros que a gente tem um carinho muito grande é o Safira onde eu fui criado, né, e o bairro Aeroporto aonde eu moro atualmente e é um bairro que a gente considera né precisa de algumas políticas públicas, mas já melhorou muito nos últimos 20 anos, né, quando a gente começou a conviver lá no bairro Aeroporto quando eu comecei a conviver no bairro Aeroporto nós não tínhamos uma quadra, nós não tínhamos, né, uma política pública adequada a não ser, né, a escola. Hoje a gente tem o Cras, hoje tem quadra, hoje tem lá cozinha Comunitária, hoje tem um posto de saúde, então melhorou muito de uns 20, vinte e dois anos para cá é com relação à políticas públicas. Mas ainda é um bairro de Periferia, né.

Flávia: E você costuma frequentar os espaços públicos da cidade?

Sandro: A gente frequenta as Praças, né, a gente, como é que se diz, assim, frequenta quando dá para a gente frequentar teatro, né. O teatro Zaccaria Marques a gente vem em muitos eventos aqui no Zaccaria Marques, né, o Gregorinho, a gente já, já frequentou bastante, quando tem alguma atividade a gente frequenta, né. E aquele lá como é que chama o Belmira, né, quando tem algum espetáculo, quando tem algum show, quando tem alguma reunião, quando tem algum evento e a gente tem oportunidade de participar, a gente participa.

Flávia: E você, Sandro, você tem uma presença marcante em alguns movimentos, né, o movimento pró-cultura...

Sandro: É a gente fundou fundou uma ONG, né, uns 20 anos atrás e ela tá em atividade até hoje, ela elabora projetos, né, disputa editais, executa projetos, né,

trabalha na área de biblioteca, literatura, carnaval, hip hop, né, a gente está atuando nessas frentes aí.

Flávia: E na Licamur?

Sandro: E também a liga carnavalesca que a gente ajudou a fundar também, a liga, liga carnavalesca de Muriaé que de certa forma, né, contribui para o resgate carnavalesco e fomento da cultura carnavalesca através da organização dos carnavais, né, e das escolas de samba. Hoje aqui em Muriaé nós temos cinco escolas de samba, né, e a Licamur ela é tipo uma, uma entidade que abarca, né, essas, essas escolas de samba no sentido de intermediar negociações com o governo, né, o governo municipal, na captação de recursos e execução dos desfiles e a outras ações também nas comunidades da, das escolas de samba da Licamur.

Flávia: E as cinco são de periferia, né.

Sandro: Todas cinco. É Marambaia, Santa Terezinha, Planalto, São Joaquim, e o Aeroporto, sim comunidades basicamente, só Planalto que é mais um, pouco mais elitizado um pouquinho, um pouco mais urbanizado.

Flávia: Agora vamos conversar sobre cultura de Muriaé, que você pensa da cultura de Muriaé. O que você acha que avançou, o que você acha que precisa melhorar?

Sandro: Eu acho assim que a nossa cultura ela é até bastante desenvolvida em relação a algumas cidades do nosso entorno, né. Nós temos, né, a lei de incentivo à Cultura, né, que eu acho que é desde 2006, a gente sempre participou das leis de incentivo à cultura isso ajuda fomentar, né, os grupos, os artistas, os produtores culturais. Nós temos aí um conselho de políticas culturais que discute com a sociedade civil e também representantes dos diversos segmentos as políticas públicas voltados para a cultura. Nós temos alguns equipamentos, bons equipamentos até, né, que estão aí acessíveis, eu acho, eu acho bastante acessível pelo menos nós lá do movimento nunca tivemos dificuldade de acessar equipamentos públicos quando necessário, sempre fomos bem atendidos, né, até porque a gente procura manter uma boa relação institucional, né, com a Fundarte, com a prefeitura e, né, as pessoas que estão executando exercendo digamos assim a gestão da cultura e municipal, né, você mesmo foi gestora da cultura e nós tivemos uma boa relação durante o tempo que você teve, assim como os outros gestores, tanto da Fundarte, como também do executivo Municipal, né, porque o que que acontece, nós como entidade nós não olhamos a questão política, né. Nós somos apolíticos. Apesar de eu como cidadão ter minhas opções minhas preferências a nossa entidade a gente optou sempre pela, né, imparcialidade, né, a gente não, não toma partido, até porque a gente tem que ter uma relação institucional seja com A ou com D então a gente não se posiciona politicamente, né, como instituição, agora individualmente qualquer membro se posiciona politicamente e deve até se posicionar.

Flávia: Você assim que, que você acha que dentro do cenário da cultura de Muriaé, o que que você acha que ela pode avançar, o que pode melhorar?

Sandro: Eu acredito que a gente já vai caminhando, né, a gente vê que vem pipocando, né, vários grupos formais ou não formais, né, de promoção de cultura e a gente vê que a entidade, né, que é a gestora da cultura local a Fundarte ela tá atenta a isso e a gente vê que ela dá o apoio, né. Nem sempre o apoio que a gente precisa totalmente. Mas, um pouco a gente sempre consegue, né, um certo apoio, né. Tem aí o conselho de políticas culturais que ainda eu acho que precisa ser mais democrático, né. Eu acho que deve ser mais divulgado as ações, as reuniões tem que ser mais publicizadas, né, para as pessoas saberem que existe, para poder participar, nesse ponto eu acho que fica meio falha um pouco a questão da

divulgação das reuniões, das ações, dos fóruns, né, é igual vai ter um fórum no sábado aqui em Muriaé da Paulo Gustavo, você deve estar sabendo, né, mas nem todo mundo tá sabendo, nem todo mundo consegue ter acesso, se você não tem, é um contato, se você não tem uma rede social, você não fica sabendo, né, então eu acho que é nesse sentido o que precisa de melhorar um pouquinho mais de divulgação

Flávia: A divulgação sempre foi um calo.

Sandro: Mas já vem melhorando, que as redes sociais, as redes sociais deram uma visibilidade. Só que nem todo mundo por exemplo principalmente os grupos informais, né, os grupos mais de Cultura mais tradicional, eles têm mais dificuldade, a turma do hip hop, a turma, né, da da da da da até que o hip-hop até até acessa bem, a folia de reis, as entidades, os grupos dos distritos que trabalham com as quermesses de de de as festas religiosas, né, isso faz parte da nossa cultura, da nossa tradição, as quermesse do mês de maio, né, dos padroeiros, então assim, esses grupos, eles não têm acesso e nem sempre tem a percepção de que aquilo ali faz parte da cultura popular.

Flávia: É verdade, é verdade. E aí para a gente fechar aqui o rol de perguntas, queria te perguntar como você gostaria que Muriaé fosse em relação à cultura e aos espaços públicos daqui a 10 anos?

Sandro: Eu acho que deveremos ter mais espaços, né, mais acessibilidade, né, como diz o outro, o acesso mais democrático, né, e cada vez mais dando suporte para os grupos, né, organizados formalmente e organizados informalmente, né, porque a gente que tá na ponta, fazendo a cultura, né, acontecer, muita das vezes a gente fica com as mãos atadas porque se você não tiver recurso o que que acontece, você não consegue contratar um monitor, você não consegue pagar, por exemplo, né, um aluguel de um espaço se você não tem um espaço físico próprio, né, você não consegue manter as despesas de um contador, então quer dizer a gente precisa ter esse apoio, né, institucional e financeiro, né, então que novos mecanismos surjam no sentido de fomentar cada vez mais os grupos, né, e os artistas e produtores individuais também.

Flávia: Você acha que essas leis que estão chegando agora, a Paulo Gustavo, a Aldir Blanc, vai contribuir pra isso?

Sandro: Ah eu acho que vai, eu acho que vai contribuir muito é porque a gente precisa disso, né, de recurso porque, né, sem recurso a gente já produz, com recurso melhora a qualidade do seu produto, você melhora a qualidade de serviço que você presta no campo da Cultura.

Flávia: Recurso chegando na ponta, não é Sandro?

Sandro: Porque você contrata lá um monitor de boa qualidade, um cara competente porque o trabalho voluntário é muito ruim de mexer, Flávia, o voluntário não tá, você não pode cobrar dele horário, se ele cobrar dele, ó tô pagando, não tô recebendo nada, e o cara ainda fica me cobrando o horário, né, você não pode cobrar, né, qualidade no serviço, então voluntário é bom, né, mas melhor você ter como custear, né, as despesas de um monitor não, e fomenta a economia local, economia criativa, né, então assim, tendo recurso na ponta o rapaz da mercearia vai vender o lanche, né, para oficina, você vai contratar um oficinheiro que tem um vínculo com a comunidade para poder ensinar dança, hip hop, pintura, né, então quer dizer, fomenta, precisamos é novos mecanismos tipo esses que estão chegando agora, aí você vê a lei de incentivo à Cultura, né, desde quando ela foi criada até hoje quantos projetos ela já fomentou e quanta coisa boa já foi produzida.

Flávia: E mesmo com pouco recurso.

Sandro: Você vê o produtor cultural com 12 mil ele faz milagre.

Flávia: Faz milagre mesmo.

Sandro: É tudo muito caro, né, aí, né, mas o artista, ele o artista, o produtor cultural, ele dá seus pulos, né, e acaba desses 12 mil fazendo ele virar 20 multiplicando, agora se não tiver 12 você não, você não atrai, como é que você diz, assim, pessoas para colaborar, você não atrai apoio, é mais difícil, é bem mais difícil.

Flávia: E você sabe muito bem o que que é isso, porque vocês fazem carnaval com pouco recurso, bota uma escola na rua.

Sandro: Bota lá cento e tantas pessoas, e carro alegórico, e bateria fazendo barulho, não faz não realmente.

Flávia. Faz milagre. Sandro, queria te agradecer você ter vindo aqui, sua disponibilidade

Sandro: É importante, né, a ciência é importante, né. O que você tá fazendo vai contribuir de certa forma, né, para, como é que se diz, assim, o panorama local, a gente vai ter um estudo científico a respeito das questões, né, o seu tema aí é questão da implantação da Agenda 21 que eu olhei, então, então quer dizer, o que você produzir vai dar de certa forma um suporte, né, para outros trabalhos acadêmicos sobre o serviço de suporte para pesquisa isso é importante.

Flávia: Se Deus quiser, falar de cultura de Muriaé é tá sendo um desafio, ainda mais assim, como a gente teve dentro da direção, a gente vai falar de uma atividade que foi durante minha gestão, né, então assim ter um pouco de distanciamento é complicado.

Sandro: É aquela questão política, infelizmente existe essa questão aqui na nossa terra de coronéis, né, pode desligar agora, não pode.

Entrevista: Natalino da Silva de Oliveira.

Data: 20/05/2023

Local: Fundarte.

Flávia: Natalino, fala pra mim seu nome.

Natalino: Natalino da Silva de Oliveira.

Flávia: Hoje, Natalino, você está presidente...

Natalino: Da Academia muriaeense de Letras

Flávia: E você tá no conselho de cultura também?

Natalino: Sim, faço parte.

Flávia: ... do conselho de cultura. E é professor, né?

Natalino: Sou professor do Instituto Federal Sudeste Minas Gerais, sou escritor, sou poeta.

Flávia: Isso, muitas coisas maravilhosas. Você nasceu aonde?

Natalino: Eu nasci em Belo Horizonte.

Flávia: E aí você está morando em Muriaé tem quanto tempo?

Natalino: Tem 10 anos.

Flávia: 10 anos. E qual que é sua relação com a cidade de Muriaé?

Natalino: A relação com a cidade, primeiramente é afetiva, e profissional também, mas sobretudo afetiva e participo dos grupos culturais, todos que eu consigo participar, então é uma relação muito interessante que eu tenho com a cidade.

Flávia: O que você acha de Muriaé em si, dos espaços urbanos, dos espaços públicos... Você acha que nesses dez anos teve mudança? Mudou pra melhor ou não? Você acha que precisa melhorar.

Natalino: Eu acho que os espaços, em relação aos espaços públicos, eu acho que não mudou tanto. Eu acredito que culturalmente Muriaé passou por fases nesses dez anos que eu estou aqui. Teve uma fase muito interessante no início desses dez anos, depois durante esse período de, que o Brasil sofreu como um todo, durante a pandemia, aí Muriaé sofreu também na parte cultural, e agora a gente tá, nós estamos começando a perceber um fervilhamento de ideias que pode ser muito interessante para um futuro. Agora, em relação aos espaços mesmo, né, eu não vi tanta mudança, até acho que seria importante que a gente pensasse um pouco nos nossos espaços como, tô falando de arquitetura mesmo de organização estrutural da cidade, é em termos de, de ser uma cidade mais didática e cultural na arquitetura. Houve intervenções sim, de, de pintura de, de promoção artística, mas eu, eu penso que a gente poderia ver mais isso, né. Acredito que existam cidades que que que a gente vê mais essa essa questão de você tá caminhando pela cidade e no ato de caminhar você já aprendeu alguma coisa, você já tem acesso a alguma informação é cultural, que a cidade funcione como um meio didático também eu acho muito interessante.

Flávia: Você sabe que a gente fez um projeto, você falando nisso, de, de rota de Pedestre, mas projeto, assim, veio a verba, a gente tá esperando ele ser executado e é bem legal assim tem mapa da Cidade, mostra os lugares, aí tem informação dos lugares interessantes, quanto que você faz de distância a pé de um lugar para o outro, aí é mais ou menos uma ideia que você tá tendo aí, né.

Natalino: Eu acho que a gente tem que caminhar nesse, nesse ponto, né, até fico pensando em questão de acessibilidade também, né, e que essas rotas que que a gente pode pensar no futuro pra cidade, essas rotas culturais que elas tenham forma de acessibilidade também, que várias pessoas consigam, né, ter acesso.

Flávia: Porque aqui em Muriaé é complicado, né, a questão de acessibilidade nos espaços urbanos. É difícil, uma vez eu fiz uma oficina de mobilidade urbana ali no IF, aí saí, consegui uma cadeira de rodas, uma bengala e tal, saí com os meninos, atravessei aquela passarela elevada, ok, aí você chega ali na esquina da Praça do Trabalhador você já não consegue andar, porque a calçada é muito estreita, tem poste, aí você não tem rampa. Aí eu falei, pronto, a acessibilidade que deu foi sair do IF, atravessar e chegar ali na esquina da Praça do Trabalhador.

Natalino: É, nós temos muita dificuldade nesse ponto aí.

Flávia: Em relação à cultura você falou um pouquinho né, mas assim, é. Falar o que você pensa sobre a cultura de Muriaé, né, como que você vê o cenário da cultura de Muriaé? O quanto que avançou, o quanto que precisa melhorar, no que que você acha que pode melhorar.

Natalino: Tá. Falar da cultura de Muriaé, de uma forma geral, é muito agradável, porque Muriaé é uma cidade que respira muita cultura. Cultura popular, cultura de povos tradicionais, a gente, nós temos expressões culturais muito antigas na cidade. Agora em termos de desenvolvimento cultural, é como eu mencionei anteriormente, nós vivemos fases, né, pelo menos esses 10 anos que eu que eu tô vivendo em Muriaé assim que eu cheguei na cidade eu acredito que nós estamos, estávamos vivendo um momento de crescimento cultural muito interessante, e aí depois, né, com questões mesmo de, de mudança governamental de perspectiva Federal e a questão da pandemia, também os recursos para a cultura foram diminuindo e nós sofremos muito com isso, né, passamos uma fase péssima, e agora Muriaé parece que tá está caminhando para uma efervescência cultural novamente, eu sinto isso, né. Agora, em relação aos aspectos culturais da cultura tradicional eu sempre vejo com bons olhos porque é uma cultura que me atrai muito, né, Muriaé tem muita, muitos movimentos culturais e o que falta é visibilidade para esse movimento, às vezes

Flávia: Aí você acha que o que poderia melhorar é ter mais visibilidade.

Natalino: Exato, exato, fomento, visibilidade, valorização, né, acredito que os movimentos culturais de Muriaé, eles são fundamentais para essa cultura muriaeense, então, é, nós precisamos da visibilidade maior para esses movimentos do que para para movimentos que vem de fora, não que não tenha que ter movimentos de Fora, isso é interessante até fomenta, mas nós precisamos conhecer, há uma Muriaé é que muitas muriaeenses não conhecem ainda e eu apesar de já tá vivendo aqui há 10 anos, eu sempre vejo Muriaé é com um olhar de turista, né, que é de descobrir coisas então é eu tô caminhando assim e aí eu percebo coisas que muitos muriaeenses que nasceram que não conhecem da Cultura.

Flávia: E tem, com certeza, tem muita coisa ainda pra, talvez divulgar mesmo você que a gente tem né

Natalino: Exato, exato.

Flávia: Trazer um pouco mais pro convívio das pessoas.

Natalino: E tem, tem um potencial enorme Muriaé essa coisa do Turismo Rural por exemplo, né, fantástico, né, é um caminho que tá aí aberto, né, e que pode ser algo extremamente sustentável, né, que nós temos uma luta ambiental grande porque Muriaé tá em cima de vários recursos minerais, então, nós precisamos valorizar os recursos culturais para que a gente consiga manter os recursos minerais do jeito que estão, né, isso é pensar de forma é sustentável, gerar uma economia criativa maior para que você não tenha que mover coisas que vão abalar inclusive a geografia da cidade.

Flávia: Verdade, se a gente conseguir fazer essa economia criativa girar. Você já consegue uma fonte de renda.

Natalino: Exatamente.

Flávia: Uma oportunidade para essas pessoas viverem, acho que um dos maiores desafios que a gente tem na cultura é o viver da arte, né, porque a gente ainda não consegue, no Brasil são poucos que conseguem viver da arte.

Natalino: São poucos, são poucos. O artista geralmente ele ele tem que se sustentar de outras formas e a arte é algo que para o artista é algo que precisa para viver mas ele não vive da sua arte, infelizmente.

Flávia: E aí, uma última questão que eu queria colocar para você, assim, primeiro te perguntar, você pretende continuar em Muriaé?

Natalino: Pretendo.

Flávia: Então, essa pergunta vai pra você. Como que você gostaria que Muriaé fosse em relação à cultura e aos espaços urbanos daqui a 10 anos?

Natalino: Tem uma coisa de Muriaé que eu não mencionei que eu acho fantástico, eu não vi nenhuma outra cidade que é a questão da existência da Fundarte, da existência de servidores públicos concursados, efetivos trabalhando especificamente na área artística, então, isso eu acho fascinante que inclusive outras cidades que que são assim, Capitais de Estados, não possuem, né, a gente tem Fundações sim, mas os servidores efetivos a gente não tem, então, eu acho que isso é fascinante, né, então já tem um caminho aí para para ser desenvolvido. Agora, o que eu sinto falta mesmo, e que eu acho que seria interessante pensar para o futuro, essa questão da arquitetura de uma forma mais, uma arquitetura mais didática, mais cultural, inclusive com essa possibilidade de você passear para pela cidade e aprender alguma coisa, né, e também o fomento a economia criativa eu acho que também é um caminho interessante, né, da gente pensar para o futuro.

Flávia: Ótimo. Queria te agradecer, Natalino, pelo seu tempo, sua disponibilidade e deixar aberto aí para você falar mais alguma coisa que você queira, às vezes você lembrou de mais alguma coisa.

Natalino: Não eu, eu, eu, eu me sinto assim muito grato de viver em Muriaé, muito grato, porque é uma cidade que que tem problemas como qualquer outra cidade, mas é uma cidade acolhedora, é uma cidade que tem uma população muito acolhedora e nós precisamos valorizar esse aspecto dessa cidade. Porque nós sabemos que toda cidade tem um outro aspecto também, nem sempre é tão positivo, mas esse aspecto de acolhimento eu vejo e percebo muito na cidade de Muriaé, na cultura tradicional da cidade, né, quando a gente pensa numa folia de reis, por exemplo, em que você tem ali né a soma de culturas que que poderiam não funcionar juntas né e é tão bonito isso, né, eu acho que isso representa muito a cidade de Muriaé e um DNA do povo mesmo, do povo brasileiro, né. Por que que nós somos uma nação é que conjuga povos são diferentes? É porque existe um respeito esse respeito tá lá na origem e a gente não pode perder isso de vista, eu acho que isso é por isso que eu chamo atenção que a gente tem que valorizar mais esses movimentos culturais que são mais tradicionais da cidade, como a folia de reis que traz esse cerne que é um cerne que nos constrói como nação como povo né, nós não nos sentimos diferentes.

Flávia: E eu acho interessante que é um movimento que vai passando de geração em geração e sozinho né, às vezes você não precisa nem interferir, ele mesmo se mantém, e vão surgindo novas folhas, algumas folhas acabam né que é porque cada folia tem uma, é específica ela tem uma tradição que às vezes é pagar uma promessa durante sete anos, a folia funciona durante 7 anos depois passa para

outra pessoa e ela muda de nome mas ela continua. e aí é o movimento bem legal mesmo, um exemplo muito legal de movimento nacional que se perpetua assim durante os anos.

Natalino: E é belíssimo.

Flávia: E tem outras coisas, Muriaé tem muitas coisas bacanas.

Natalino: Tem, tem, e tem o que eu vejo assim nichos que a gente pode fomentar, por exemplo o distrito de Belisário, né, eu fico pensando que ali a gente tem uma riqueza tão grande de de de de uma possibilidade de fomento cultural, não só no turismo Rural, mas também em termos de artesanato, né, que a gente pode buscar, de gastronomia, é um lugar que tem um clima diferente Muriaé, então a gente pode aproveitar um pouco isso também que Muriaé é uma cidade mais quente, mas aí você busca um refúgio quando você está sentindo muito calor, você vai pra Belisário, tem as cachoeiras, tem tudo, então, ali tem uma possibilidade de um nascimento de até de uma cultura diferenciada, né, gastronômica e, né, e artesanato assim como a gente vê em outras cidades como Tiradentes também, né, que você vê que tem um espaço ali que de você tá caminhando por algumas cidades que tem características muito semelhantes se você chega naquele lugar que é muito diferente, né, e Muriaé é abriga culturas diferentes então às vezes precisa encontrar esses nichos para trabalhar.

Flávia: Eu acho que você tem toda razão e acho que tá no caminho né tem pessoas muitas pessoas que querem fazer as coisas acontecerem, né, só acho que tem tem esperança

Natalino: Tem, tem, principalmente na área cultural, nós temos muita gente boa na área cultural e Muriaé na área de pensar a gestão da cultura, da economia criativa, né, às vezes é só uma questão de tempo, eu acho, é, nós estamos amadurecendo muitas coisas.

Flávia: De juntar forças também, né, eu acho que é uma coisa que precisa e a cultura acho que ela tem achado esse caminho, né, acho que a pandemia ajudou muito nisso. Ela, ela ajudou as forças a se unirem, a buscar junto alguma solução, então, acho que é uma lição que vai ficar. Natalino: Exatamente.

Flávia: Então é isso.

Entrevista: Luiz Fernando Silveira Firmino

Data: 28 de junho de 2023

Local: Fundarte.

Flávia: Fala seu nome para mim.

Luiz Fernando: Luiz Fernando Silveira Firmino.

Flávia: Você é representante da escola de samba Unidos do Santa Terezinha.

Luiz Fernando: Isso.

Flávia: Você faz parte da diretoria?

Luiz Fernando: Sim, sou vice-presidente da escola.

Flávia: E a escola é um ponto de cultura também.

Luiz Fernando: Exato.

Flávia: Onde você nasceu, Luiz Fernando?

Luiz Fernando: Sou morador do bairro Santa Terezinha mesmo desde quando eu nasci.

Flávia: Então você sempre morou em Muriaé.

Luiz Fernando: Sempre morei em Muriaé.

Flávia: E qual a sua relação com a cidade?

Luiz Fernando: A minha relação com a cidade é muito movimento cultural, né, eu vivo a cultura da Cidade, Folia de Reis, escola de samba, grupos juninos. Minha relação é muito boa com a cidade em relação à cultura.

Flávia: E essa sua relação com a cultura, assim, como é que você enxerga a cultura na cidade de Muriaé? Você acha que nesse tempo que você vive de cultura em Muriaé, você acha que avançou? O que você acha que precisa melhorar?

Luiz Fernando: A cultura na nossa cidade ela teve um avanço muito grande de um certo tempo para cá, ela mudou bastante, porque antes você se via muita cultura voltada a edição de livros, principalmente a lei municipal de incentivo à cultura, antes, antigamente, ela via muita edição de livros, muita impressão de livros e hoje não, hoje a cultura está mais, expandiu na verdade, né, os projetos, os editais começou a valorizar a cultura de Periferia, os grupos culturais, os grupos de dança, então assim, isso foi um avanço bem legível para todo mundo, é uma coisa bem plausível, de certo tempo para cá

Flávia: você acha que ainda pode melhorar?

Luiz Fernando: Pode ficar mais acessível. Por mais que seja difícil, pode melhorar bastante em relação à acessibilidade, para quanto mais pessoas puder ter acesso aos editais, à cultura, ao movimento cultural ser mais valorizado principalmente, é bem mais importante.

Flávia: Você acha que é mais difícil pra quem ter essa acessibilidade?

Luiz Fernando: Produtor Cultural de Periferia que não tem muito acesso às entidades públicas, né, aos órgãos públicos ele sofre mais dificuldade para ter acesso a, a certo apoio financeiro, certo aporte financeiro.

Flávia: Você acha que como isso poderia melhorar, no caso?

Luiz Fernando: Nos editais.

Flávia: Partir de quem, por exemplo, assim, pra ter essa acessibilidade?

Luiz Fernando: Do poder público. Eu acho que o poder público, poderia tentar facilitar o quanto mais o acesso do Produtor cultural da Periferia dentro do prédio público, dentro da entidade pública, é uma vez e um exemplo que eu vou dar é a lei municipal de cultura que é muito hoje, é muito difícil em relação à documentação, porque muitos produtores culturais não conseguem acessar os editais devido à situação de documentação que é exigida.

Flávia: Entendi. E aí, vou mudar um pouquinho de assunto. É, assim, falar sobre os espaços urbanos da cidade de Muriaé. Como que você vê esses espaços urbanos? Você acha que a cidade avançou nos espaços públicos urbanos? Você acha que precisa melhorar? Como é que você frequenta esses espaços urbanos?

Luiz Fernando: Então, acho que ainda pode, pode melhorar bastante, né. Principalmente a situação, a parte de paisagismo, vamos dizer assim, tem muitos espaços urbanos que ainda estão bem depredados, são vistos pela sociedade, pela população como um espaço estranho, esquisito, porque não é não tem utilidade, é um espaço que tá ali sem uso, vamos dizer assim, mas tem espaços públicos e urbanos que já estão sendo valorizados, uma vez os muros de pintura que estão aparecendo agora, surgindo agora, depois de um certo tempo, né, eu acho que poderia existir alguma outra forma, né, o poder público poderia ver uma forma de utilizar mais os espaços urbanos que a gente tem na nossa cidade, tem muitos espaços que podem existir feiras culturais, feiras de artesanato inclusive, se tem bastante espaço que pode ser usado e voltado para o público cultural.

Flávia: Você acha que o morador de periferia ele tem liberdade para frequentar todos os espaços urbanos da cidade?

Luiz Fernando: Sim, sim. é de direito.

Flávia: É de direito, mas você acha que eles se sentem à vontade para isso?

Luiz Fernando: Não, não quem mora em Periferia é sempre visto como o mau elemento da história e isso faz com que os moradores da Periferia se sintam, vamos dizer, um ressentimento de descer e ocupar o espaço urbano do centro da cidade, dos bairros mais baixos analisar.

Flávia: E aí, para finalizar, uma reflexão assim como você gostaria que Muriaé fosse em relação à cultura e aos espaços urbanos daqui a 10 anos?

Luiz Fernando: Gostaria que fosse, os espaços urbanos fossem mais utilizados pelo público de Periferia que é um público que na verdade sabem fazer, não só na área cultural, mas o público de periferia eles têm bastante coisa bacana para mostrar para a população, que sabem fazer e fazem com muito talento inclusive, é e a cultura da nossa cidade eu acho que ela pode sofrer um grande avanço em relação a sensibilidade dos produtores, em relação a valorização de produtores de Periferia, né, e a gente espera com que daqui a 10 anos é muita coisa mude, como mudou de um certo tempo para frente, porque a gente espera que as coisas continuam avançando, entendeu.

Flávia: Ótimo, você quer acrescentar mais alguma coisa?

Flávia: Muito obrigada

Luiz Fernando: Por nada.